



Universidade Católica do Salvador

Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade
Contemporânea

ALINE MOERBECK DA COSTA

**LENTES URGENTES: A VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS NA INTIMIDADE,
MANIFESTAÇÕES E FATORES DE RISCO.**

**Salvador
2018**

ALINE MOERBECK DA COSTA

**LENTES URGENTES: A VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS NA INTIMIDADE,
MANIFESTAÇÕES E FATORES DE RISCO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador/UCSAL– BA, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Co-orientadora: Prof^a–Dr^a Maria Isabel Correia Dias

**Salvador
2018**

UCSAL. Sistema de Biblioteca
Setor de Cadastramento

C837 Costa, Aline Moerbeck da

Lentes urgentes: a violência entre jovens na intimidade manifestações e fatores de risco/Aline Moerbeck da Costa. – Salvador, 2018.105 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Coorientadora: Prof^a Dr^a Maria Isabel Correia Dias.

1.Contextos Sociais e familiares 2. Violências e intimidade
3. Juventude 4. Educação e cidadania I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
II. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon – Orientadora III. Dias, Maria Isabel Correia – Coorientadora IV. Título.

CDU 316.346.32-053.6

TERMO DE APROVAÇÃO

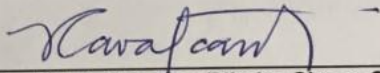
Aline Moerbeck da Costa

**“LENTES URGENTES: A VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS NA
INTIMIDADE, MANIFESTAÇÕES E FATORES DE RISCO.”**

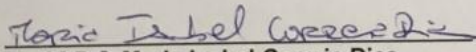
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família
na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 25 de outubro de 2018.

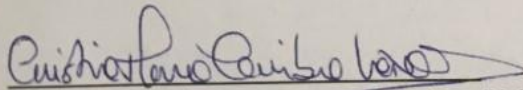
Banca Examinadora:



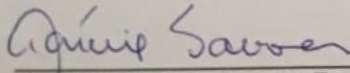
Prof.^a Dr.^a. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Orientador(a) - (UCSAL)



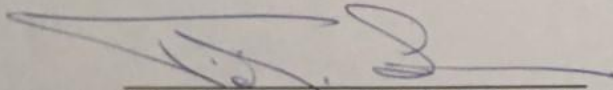
Prof.^a Dr.^a. Maria Isabel Correia Dias
Coorientador(a) - (UPORTO)



Prof.^a. Dr.^a. Cristina Maria Coimbra Vieira - (Universidade de Coimbra)



Prof.^a. Dr.^a. Márcia Santana Tavares - (UFBA)



Prof.^a. Dr.^a. Maria de Fátima Pessoa Lepikson - (UCSAL)

Dedico este trabalho aos meus queridos pais: Conceição e Pio. Exemplos de coragem, honestidade, amor e perseverança na busca pelos sonhos. Vocês são admiráveis. Obrigada pela confiança e apoio imensuráveis nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado é uma viagem e resultado de longas horas de trabalho, que inclui uma trajetória permeada por alguns desafios, perspectivas, alegrias, descobertas, encontros e desencontros, encantamentos e aprendizados. Não poderia deixar de agradecer a todos que fizeram parte desse percurso:

À Deus, por ser minha fonte inesgotável de luz, guiando-me a cada passo e me trazendo força para lutar e alcançar meus sonhos.

Àos meus queridos pais: Conceição e Pio, meus primeiros professores da vida. Aqueles que me ensinaram que sonhos podem ser alcançados com muita dedicação, disciplina e amor. Obrigada por me incentivarem a sempre alcançar voos cada vez mais altos. Obrigada pelo apoio e suporte imensuráveis nessa e em tantas outras trajetórias, pelo amor incondicional. Vocês são também responsáveis pelo meu sucesso. Amo vocês infinitamente!!

Ao meu companheiro, Lucas, como não te agradecer pelos incansáveis conselhos, incentivos e apoio? Obrigada por ter tornado essa trajetória ainda mais colorida e por estar ao meu lado sempre. Amo muito você!!

À minha querida orientadora, Prof^a. Dr^a Vanessa Cavalcanti, que desde que conheci só tem aberto novos caminhos e incentivado a alcançar voos altos. Obrigada por todo carinho, suporte, paciência, conselhos, orientações, ensinamentos, aprendizados durante toda essa trajetória. De quem te admira muito.

À minha co-orientadora Prof^a Dr^a Maria Isabel Dias Correia, obrigada pela disponibilidade, aceite e contribuições importantes para a consolidação do trabalho nessa trajetória.

Aos meus amigos queridos: obrigada pela amizade sincera, apoio e incentivo a todo momento.

À equipe NNEPA/UEFS, por toda assistência e aprendizados nesse percurso. Obrigada a cada um de vocês pelo carinho e auxílio nos momentos de dificuldade.

Aos amigos que fiz nessa trajetória: Poliana, Ohana, Pollyanna, obrigada pela amizade, compartilhamentos e aprendizados. Fazer amigos queridos durante esse percurso faz valer ainda mais a caminhada.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB: pelo apoio financeiro que me permitiu executar diversas etapas do projeto.

As instituições Colégio Estadual Cleriston Andrade/Salvador e Colégio Estadual General Sampaio/ Feira de Santana, que possibilitaram o acesso às/aos jovens em ambiente escolar

“A violência contra meninas e mulheres é provavelmente a mais vergonhosa das violações de Direitos Humanos. E é provavelmente a mais insidiosa. É um problema mundial que não conhece fronteiras geográficas, culturais ou econômicas. Causa enorme sofrimento, deixa marca nas famílias, afetando as várias gerações e empobrece as comunidades. Enquanto continuar, não podemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz. No que concerne à violência contra meninas e mulheres, não há sociedades civilizadas.”

(Kofi Annan, Ex-secretário geral das Nações Unidas, 2000)

RESUMO

Inscrita na linha de pesquisa “Família nas Ciências Sociais”, essa investigação focaliza a violência nas relações de intimidade, com recorte geracional na juventude. Este tema tem alcançado visibilidade, nos níveis social e científico, sendo considerado, na atualidade, como um problema, pelo impacto decorrente da multiplicidade de manifestações e consequências. O objetivo da pesquisa foi estudar ocorrências violentas nas relações de intimidade de jovens, nos últimos doze meses, assim como apresentar os principais elementos jurídicos de proteção e defesa, à luz da literatura. Como delineamento metodológico, a pesquisa foi realizada com jovens, de ambos os sexos e faixa de 16 a 24 anos, de duas escolas públicas de médio porte dos municípios Salvador e Feira de Santana – Bahia. Utilizou-se como instrumento “Percurso Amoroso de Jovens\PAJ” (original do Canadá - *Parcour amoureux des jeunes*), versão brasileira, submetido à adaptação transcultural, validação e análise de psicométrica, para utilização em contexto brasileiro, para operacionalizar as abordagens quantitativa (questionário – questões objetivas) e qualitativa (entrevistas – questões subjetivas). Na abordagem quantitativa, foi selecionada uma amostra de jovens (n=45) (3% a 5% do total de alunos (16 a 24 anos), sorteados aleatoriamente e que integram o ensino médio. Após aceitaram e assinaram termo de consentimento, responderam individualmente o questionário sobre aspectos sociodemográficos e eventos violentos na intimidade ocorridos nos últimos doze meses. Os dados foram analisados com o software IBM® SPSS® *Statistic* versão 22, calculando-se frequências simples e porcentagens, segundo sexo/gênero e faixas etárias. Na abordagem qualitativa, foram efetuadas entrevistas com onze (n=11) jovens, entre aqueles que participaram da fase quantitativa (n=45), tendo como base questões subjetivas do PAJ, relacionadas aos eventos violentos na intimidade e utilizando “Análise Temática de Conteúdo\ATC”, realizada em etapas sistemáticas: “pré-análise”, para formação do “corpus”; “exploração do material”, para codificação e tratamento dos resultados, identificando categoriais chaves e subcategorias; “interpretação do conteúdo”, com base no “corpus” e categoriais extraídas, para discussão dos achados. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana (CAAE: 46267215.6.0000.0053, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde). Como resultados temos a alta frequência de eventos violentos na intimidade (dados quantitativos e qualitativos), onde a violência psicológica (verbal e controle) foi citada pela maioria, apresentando característica de bidirecionalidade (perpetrada por ambos

sexos/gêneros). O “Ciúme e Relações de Poder”, assim como o “Controle” foram as categorias de destaque, relatadas pela unanimidade de jovens, como fatores precipitantes dos eventos violentos, independente da manifestação (verbal, física, sexual), servindo como justificativa para perpetração e como representação de cuidados e sentimentos positivos entre parceiros/as. A violência verbal foi manifestada com agressão mútua, atitude considerada “normal” e de pouca gravidade. A violência física, perpetrada mais pelo sexo masculino, acompanhada de dependência emocional entre parceiros(as) e falta de consciência de estarem em relacionamentos íntimos abusivos. A violência sexual foi explicitada por manifestações diversas, sendo a maioria sem penetração\VSsp, sofrida, especialmente, pelas meninas, com maior frequência em Salvador. Os achados apontaram altas ocorrências violentas na intimidade, sinalizando um fator de risco e impacto negativo para a saúde mental e global de jovens, em pleno processo de desenvolvimento psicossocial. Ressalta-se a necessidade de investimentos eficazes, sensibilizando contextos familiares e educacionais, ademais de diferentes setores sociais para a importância de relacionamentos saudáveis, promotores de Direitos Humanos e no exercício pleno da cidadania, condições fundamentais para o equilíbrio pessoal e interpessoal.

Palavras-chave: violência; juventude; intimidade; contexto social e familiar; direitos humanos; cidadania.

ABSTRACT

Inscribed in the research line "Family in Social Sciences", this research focuses on violence in intimacy relations, with a generational cut in youth. This issue has achieved visibility, at the social and scientific levels, and is nowadays considered as a problem, due the impact and multiplicity of manifestations and consequences. **The objective** of this research was to analyze violent events in intimacy relations, precipitating factors and consequences in the last year, among youngs, as well as presentation of the main legal elements of protection and defense in the light of literature. **Method:** This research was carried out with two young men of both genders and between 16 and 24 years of age, from two medium - sized public schools in Salvador and Feira de Santana - Bahia. It was used the same instrument ("Young Loving Path), Brazilian version, submitted to cross-cultural adaptation, validation and psychometric analysis, for use in the national context), to operationalize the quantitative (questionnaire - objective questions) and qualitative (interviews - subjective questions) approaches. In the quantitative approach were selected a sample of youngs (n = 45) (3% to 5% of the total number of students (16 to 24 years old), randomly selected, according to the high school grades. The randomized students, who accepted and signed a consent form, individually answered the questionnaire on sociodemographic aspects and violent events in the couple, in the last 12 months. Data were analyzed using software IBM® SPSS® Statistic version 22, calculating simple frequencies and percentages, according to gender and age groups. In the qualitative approach, interviews were conducted with eleven (n = 11) youngs, among those who participated in the quantitative phase (n = 45), based on subjective PAJ questions related to violent events in intimacy relations: a) How it was the situation?; b) Talk about the other person involved; c) Talk about what you did; and, d) What are your feelings at the exact moment it happened? It was used Content Thematic Analysis \ ATC, carried out in systematic steps: "Pre-analysis", for the formation of the "corpus"; "Material exploration", for coding and treatment of results, identifying key categories and subcategories;; "Interpretation of content", based on "corpus" and categories extracted, to discuss the findings. This research was approved by the Research Ethics Committee of the State University of Feira de Santana (CAAE: 46267215.6.0000.0053, according to Resolution 466/12 of the National Health Council). **Results:** The findings indicated a high frequency of violent events in the intimacy of couples (quantitative and qualitative data), where Psychological Violence, manifested by Verbal Violence and Control, was cited by the

majority, presenting a bi-directional characteristic (perpetrated by both genders). "Jealousy and Power Relations", as well as the "Control" were the prominent categories, reported by the unanimity of young people, as precipitating factors of violent events, independent of manifestation (verbal, physical, sexual), serving as justification for perpetration and as a representation of positive care and feelings between partners. The verbal violence was manifested with mutual aggression, an attitude considered natural and of little gravity, by young people. Physical violence, perpetrated more by boys, accompanied by emotional dependence between partners and lack of awareness of being in abusive intimate relationships. Sexual violence was explained by several manifestations and mostly "sexual violence without penetration", especially reported by girls, with more frequent cases in Salvador. **Considerations:** The findings indicate a high magnitude of violent occurrences in intimacy among young people, as a risk factor and negative impact on the mental and global health, in the process of psychosocial development. There is a need for effective investments, raising awareness among families and different social sectors of the importance of healthy relationships, based on human rights and the full exercise of citizenship, fundamental conditions for personal and interpersonal balance.

Keywords: violence; youth; intimacy; social and family context; human rights; citizenship.

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	10
1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Impacto, abrangência e perspectivas.....	16
1.2 Objetivo geral e específicos.....	19
1.3 Justificativa e Desenho metodológico.....	20
2. ENTRE AS URGÊNCIAS E AS EMERGÊNCIAS: JUVENTUDES E CONTEXTOS SÓCIO-FAMILIARES	24
2.1 Juventudes: Entre contextos e percursos relacionais.....	24
2.2 Intimidade Revelada: amores e violências entre jovens.....	26
3. ACESSO JURÍDICO DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS	31
3.1 Transformações sociais e promoção de Direitos.....	31
3.2 Percurso Amoroso de Jovens: a escola como ambiente de formação e socialização.....	36
4. VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: MAPEANDO E ENFRENTANDO	38
4.1 Violência verbal, física e sexual nas relações de intimidade de jovens.....	38
4.2 Violência contra meninas e casos de feminicídio.....	41
4.3 Prevenção da violência nas relações de intimidade.....	45
5. QUANDO ELES/AS REVELAM INTIMIDADE, AMORES e VIOLÊNCIAS	47
5.1 Trajetória metodológica, instrumentos e procedimentos empíricos.....	47
5.2 Resultados e discussão: Das experiências vividas aos achados.....	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	95
ANEXOS	96
CRÉDITOS DA AUTORA	105

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1 – Fluxograma (Categoriais)

QUADRO 1 - Unidade de Sentido – Sentimentos Geradores de Poder

QUADRO 2 - Unidade de sentido – Monitoramento e Poder

QUADRO 3 - Unidade de sentido - Violações

LISTA DE SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo

ATC – Análise Temática de Conteúdo

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DEAM – Delegacia Especializada de atendimento à mulher

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAPESB – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia

FLUXO – Fluxograma

FRA – Agência dos Direitos Fundamentais da União Européia

JECRIM – Juizado Especial Criminal

JF – Jovem Feminino

JM – Jovem Masculino

NEDH – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos

NNEPA – Núcleo de Estudos e Pesquisas na infância e adolescência

OMS – Organização Mundial da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAJ – *Parcours Amoureux des Jeunes* /Percurso Amoroso de Jovens

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UMAR – União de Mulheres Alternativas e Resposta

VF - Violência Física

VP – Violência Psicológica

VS - Violência Sexual

VScp - Violência Sexual com penetração

VSsp – Violência Sexual sem penetração

VV – Violência Verbal

1. INTRODUÇÃO

1.1. Impactos, abrangência e perspectivas

O termo “juventude” refere-se a um ciclo ou um período geracional (Motta, 2004) de vida, definido por uma passagem entre a infância e a condição de adulto. A juventude é modelada em uma construção social de um tempo histórico (Castro, 2015), sendo caracterizada pela formação da personalidade e busca de sentidos (Cavalcanti, 2014), concebida por muitos estudiosos um período de maior vulnerabilidade, conflitos e violências.

A violência nas relações de intimidade de jovens tem sido divulgada a partir da década de 80 (século XX), sob as denominações de “*dating violence*” ou “*courtship violence*”. Em décadas anteriores, os estudos se concentravam nos eventos violentos predominando a fase adulta (Araújo, 2013; Nascimento, 2009; Murta et al., 2013). Esta modalidade de violência é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como “comportamento por um parceiro íntimo que cause dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores”.

O comportamento violento entre jovens, nas relações de intimidade, vem sendo registrado em estudos que apontam a gravidade e relevância do tema, considerando a vulnerabilidade psicossocial desse grupo, quanto às sequelas físicas, comprometimento afetivo e formação de vínculos. A tendência desses eventos é acentuar sua frequência e gravidade, ao longo do tempo, sendo considerado um forte preditor da violência em fase futura (ARAÚJO, 2013; MATOS, 2006).

Na atualidade, esta temática constitui preocupação mundial, nos diferentes contextos e nações, motivando agendas de políticas públicas e investigações para aprofundar o assunto, no sentido de subsidiar estratégias de intervenção e prevenção, considerando as consequências desses eventos para jovens, a curto e médio prazo (Castro & Abramovay, 2004; Cavalcanti & Menezes, 2017). Embora reconhecida à relevância, a violência nas relações de intimidade de jovens ainda é pouco discutida nos diferentes contextos (familiar, educacional ou político), bem como pouco debatida pela comunidade científica. São escassos estudos das múltiplas dimensões dessa violência e fatores associados, criando interfaces de descrição e intervenção (seja na esfera educacional como de políticas específicas e preventivas).

Em nível internacional, um estudo espanhol realizado por Fuertes (2010) com 567 adolescentes constatou que 96,3% dos participantes adolescentes entrevistados já tinham vivenciado a violência verbal nas suas relações de intimidade. O mesmo estudo apontou que 24,3% dos adolescentes já agrediram seu parceiro íntimo e 21,7% sofreram violência física nesse tipo de relação.

Outro estudo mais amplo (Oliveira, Assis, Njaine, Pires, 2014), realizado com 3205 adolescentes de 10 capitais brasileiras, detectou que 38,9% dos participantes já agrediram e 43,8% sofreram violência sexual. Segundo estudiosos (Brancaglioni, 2016; Fuertes, 2010; Saffiotti, 1999), a vivência das relações de intimidade por jovens revela que uma sociedade androcêntrica (cultura patriarcal) pode estabelecer maior vulnerabilidade à vivência e à perpetração de violências múltiplas. Além disso, as assimetrias e desigualdades de poder entre as gerações também pode determinar maior vulnerabilidade de adolescentes ao fenômeno, uma vez que nesta etapa da vida ambos os sexos ocupam posições de dependência social (CASTRO, 2004).

No Brasil, até meados da década de 70, a violência na juventude contra meninas e mulheres era considerada um problema de ordem privada e, portanto, o Estado não entendia como uma condição de ordem e controle social e político, dispondo da indulgência da sociedade e considerada por um determinado período como “normal” (Santos, 2008; Tavares, Sardenberg, Gomes 2011), sendo o espaço privado um local inviolável (SAFFIOTTI, 1999, 2004).

Foi através do movimento feminista que, o fenômeno da violência - visto como um evento da esfera privada - passou a ser considerado como um problema social e grave violação aos Direitos Humanos, afetando milhares de meninas e mulheres nos mais variados contextos, extinguindo assim a dicotomia entre público e privado, rompendo as fronteiras e exigindo agendas específicas.

No contexto tecnológico e social, vale salientar as diversas formas de violência sofrida pela população jovem através de meio midiático e redes sociais (ofensas, constrangimentos, intimidação e controle) gerando consequências tão devastadoras quanto todas as outras formas de violência, acarretando sérias consequências a curto e longo prazos. Com o grande avanço tecnológico trazido pelas redes sociais, sucedeu-se uma ampla divulgação de imagens, vídeos e outros conteúdos que descaracterizam, discriminam, intimidam e violam a integridade e dignidade. Esta modalidade de violência contra meninas e mulheres, praticada através do uso da rede social, tem sido cada vez mais frequente na vida das/dos jovens na contemporaneidade (CAVALCANTI & MENEZES, 2017).

Os fatores que levam jovens a manifestarem comportamentos violentos nas suas relações íntimas são complexos e a compreensão exige articulação entre diversas dimensões dos seus relacionamentos, seja ao nível familiar, social e experiências amorosas (Cunha, 2014; Matos, 2006). A faixa vinculada à juventude apresenta risco mais elevado que a adulta para casos de abusos (físico, sexual, psicológico) e outras formas mais agressivas, como o feminicídio e a lesão corporal severa¹,

¹ A nova Lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio, entrou em vigor em 2015, alterando o Código Penal e incluindo mais uma modalidade de homicídio qualificado (o feminicídio), quando o crime for praticado pela condição de gênero feminino. Ainda sim, foi sancionado projeto (Agosto/2018) no Senado, que aumenta a pena para o estupro coletivo. O texto também torna crime a importunação sexual, a chamada vingança pornográfica e a divulgação de cenas de estupro. Para o estupro coletivo a pena pode ficar até 2/3 maior.

considerando a pouca experiência, o desejo de independência e confiança prévia no suporte do parceiro (CALLAHAN, TOLMAN, 2013).

Vale salientar que uma das maiores preocupações atuais, em nível mundial, é o enfrentamento das mais diversas formas de violência de gênero contra meninas e mulheres, sendo a violência simbólica (Sardenberg, 2000 e 2006) a mais grave, por ser infiltrada e enraizada na cultura. As diversas modalidades de violência passaram a ter grande visibilidade, a partir dos estudos feministas evidenciando que todas as formas de violência contra meninas e mulheres “repartem alguns fatores que a caracterizam a violência de gênero: a coerção, a intimidação, a ameaça, a coação, o abuso, a força, o controle e o poder” (VELÁZQUEZ, 2006, p. 224).

Para nortear esta pesquisa, foram escolhidas dois pontos de partida na forma de questionamentos centrais: 1) Como se caracterizam os eventos violentos nas relações de intimidade de jovens, situações precipitantes, principais manifestações e consequências? 2) Quais os elementos jurídicos de proteção e promoção de direitos e defesas para essas vítimas, disponíveis na lei? Importante enfatizar que o objeto-problema compõe uma abordagem sobre um contexto bastante complexo, interdisciplinar e que, portanto, não pode ser captado com instrumentos simplificados ou única técnica, ressaltando a relevância de abordagem multireferenciada, interdisciplinar e observando a complexidade e a intersecção de categorias e resultados possíveis.

O objetivo principal da investigação foi mapear e analisar ocorrências violentas nas relações de intimidade de jovens, ocorridas em período equivalente aos últimos doze meses, utilizando as abordagens qualitativa e quantitativa, através de percursos metodológicos distintos: 1) aplicando o instrumento nomeado “Percurso Amoroso de Jovens\PAJ” (original do Canadá - *Parcour amoureux des jeunes*), versão brasileira, adaptada e validada (aprovada pelo CEP/UEFS sob número CAAE: 46267215.6.0000.0053), para referência em contexto brasileiro, com destaque para duas cidades do Estado da Bahia; 2) entrevistas com questões subjetivas e aplicação de questionário, com questões objetivas, ambas abordagens tratando sobre o mesmo tema.

Ademais, privilegiar os principais elementos jurídicos de enfrentamento, proteção e defesa à luz da literatura contemporânea, relacionando campos das Ciências Sociais Aplicadas (Direito e Políticas Públicas), bem como cotejar convergências de agendas, produção de conhecimento científico anterior e de caráter global/regional diferentes do analisado.

1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Analisar eventos violentos nas relações de intimidade de jovens, principais manifestações, consequências imediatas (ação-reação) e elementos jurídicos de proteção e promoção de direitos e defesa das vítimas.

1) Apresentar, à luz da literatura e integrando o referencial teórico, os principais elementos jurídicos que podem ser acionados/ articulados no enfrentamento, proteção e defesa das vítimas (medidas protetivas e agendas educativas);

2) Traçar o perfil dos eventos violentos na relação íntima de jovens (em percurso recente definido pelos últimos doze meses), situações que precipitaram os eventos, principais manifestações violentas e consequências imediatas;

3) Analisar, segundo o discurso de jovens, as principais situações que desencadearam os eventos violentos, características comportamentais dos parceiros, que possam estar relacionadas aos eventos, manifestações violentas e consequências imediatas (ação – reação).

1.3. JUSTIFICATIVA E DESENHO METODOLÓGICO

Com forte presença no cotidiano e nas relações entre jovens, as manifestações de afeto, mas também de abusos/violências são temas emergentes e requerem olhares atentos, inclusive do ponto de vista social, comportamental, saúde e promoção de educação e direitos. Deste modo, a dissertação - desde o início - propõe aprofundar conhecimentos sobre a violência na intimidade entre jovens, impactos, consequências e fatores associados. Como contribuição social, o estudo visa possibilitar a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento, estimulando a interdisciplinaridade (ou pelo menos aproximações transversais), fundamental à implementação de medidas de prevenção e em diversos contextos sociais.

Vale salientar que o ambiente educacional formal é reconhecidamente *locus* de convívio e formação de jovens, preparando-os para a convivência social pacífica, no exercício pleno da cidadania, com direitos, deveres e respeito à liberdade pessoal do outro. Nesse sentido, e tomando como contextos sociais de formação/aprendizagem, a finalidade de escolas pode estar delimitada pelo fato de refletirem sobre a importância de institucionalizar estratégias e práticas sobre temáticas que afligem as relações humanas, destacando-se a violência entre jovens na intimidade e suas consequências para o desenvolvimento individual e coletivo das novas gerações, promovendo educação para e pelos Direitos Humanos e sendo espaço de difusão de conhecimento e justiça social e não o contrário.

Outra contribuição desta pesquisa é a difusão do conhecimento, através das publicações, participações em eventos e trocas de experiências entre grupos de pesquisa, alunos/as, professores/as, profissionais das diversas instituições universitárias, escolas de ensino médio e serviços; assim como na formação de novos/as pesquisadores/as e educadores/as, formadores/as de opinião, visando propostas e ações direcionadas aos jovens, nos seus contextos relacionais, na família, escola e comunidade.

Este projeto integra uma pesquisa interinstitucional mais ampla desenvolvida entre Universidades (UEFS/NNEPA-Feira de Santana/Ba/Brasil; UQAM/EVISSA – Montreal/Canadá e UCSAL/NEDH – Salvador/Bahia/Brasil), cujo objeto de estudo são as diferentes manifestações dos eventos violentos entre jovens, as principais consequências desses eventos e os possíveis fatores ligados aos relacionamentos familiares, amigáveis e amorosos precedentes. O questionário de pesquisa PAJ (*Parcour amoureux des jeunes*/Percurso amoroso de jovens) é originário do Canadá e, no Brasil, através do NNEPA-UEFS², foi submetido aos processos de adaptação transcultural e validação, com análise das

² A versão brasileira do PAJ já se encontra validada e adaptada ao contexto brasileiro, sendo replicada em escolas do Município de Salvador e Feira de Santana.

propriedades psicométricas, para ser aplicado e replicado no contexto nacional (CAMPOS, 2015; NASCIMENTO, 2014).

O projeto original engloba uma amostra representativa do total de escolas públicas de Feira de Santana, com cerca de 49 mil estudantes matriculados. Para o projeto matriz, foi calculada uma amostra por conglomerado em duas fases: a primeira com base no porte das escolas (número de estudantes matriculados – pequeno, médio e grande) e distribuição espacial (regiões do município) dessas escolas; e a segunda, com base na faixa etária dos alunos (16 a 24 anos), considerando adolescentes e jovens, de ambos os sexos, conforme cálculos estatísticos, para Feira de Santana, município com 600 mil habitantes. Os subprojetos integrantes do projeto matriz compõem dissertações de mestrado, teses de doutorado e respectivas publicações, relatórios, participações em eventos, em nível nacional e internacional (Costa 2010, 2011; Nascimento, 2014, Silva, 2015), onde integrantes das equipes envolvidas com os subprojetos procuram divulgar, através de interlocuções com Instâncias de diversas áreas do conhecimento e outras Universidades, visando à formação de novos pesquisadores e a divulgação do conhecimento científico.

A pesquisa representou o início da participação do NEDH/UCSAL (Núcleo de estudos e pesquisas em Direitos Humanos), em parceria com o NNEPA/UEFS (Núcleo de Estudos e Pesquisas na infância e adolescência), objetivando replicar o instrumento PAJ, em Salvador e Feira de Santana, entre estudantes matriculados na rede de ensino público, nas faixas entre 16 a 24 anos³. As escolas selecionadas apresentam características semelhantes, configurando-se por serem de médio porte: Colégio Estadual Clériston Andrade (Município de Salvador, com cerca de 900 estudantes em três turnos) e Colégio Estadual General Sampaio (Município de Feira de Santana, com 950 alunos). Tais encaminhamentos possibilitaram discussões e deliberações entre as equipes, no sentido de poder analisar eventos violentos na intimidade de jovens, em ambos os municípios.

A motivação pessoal para observar este tema iniciou com a aproximação do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH), através da participação, como aluna ouvinte, de disciplinas do Programa de Pós-Graduação em 2015 em Violência, Direitos Humanos e Família da UCSAL, ministrada pela professora Dr^a. Vanessa Cavalcanti. Da mesma forma, a participação como colaboradora do Núcleo de estudos e pesquisas na infância e adolescência (NNEPA/UEFS) serviu de incentivo para realizar essa delimitação, visto que os grupos (UCSAL/NEDH e UEFS/NNEPA)

³ A coleta nas escolas de ambos os Municípios (Salvador e Feira de Santana) começou com o recorte na faixa etária de 14 a 24 anos, porém, diante da aplicação em fase de pré-teste – já com questionários e realização de entrevistas - constatamos que muitos adolescentes na faixa etária de 14/15 anos não tinham vivenciado relações íntimas ainda e/ou qualquer experiência difícil, não trazendo informações relevantes sobre violências tipificadas.

possuem linhas de investigação comuns (juventude, violência e intimidade) e em parcerias com outras Universidades e Instituições de Ensino Superior. Assim, a articulação interinstitucional contribuiu para o planejamento e a execução desse projeto e o aprofundamento nos estudos direcionados a esta temática. Vale salientar que esta temática provocou uma mobilização pessoal, considerando a formação em Direito e a possibilidade de aprofundar conhecimentos e interlocuções com outras áreas, pela multiplicidade e interdisciplinaridade de questões relacionadas à juventude, gênero e família.

Como desenho metodológico e definição de procedimentos a escolha – para essa investigação em nível de mestrado - recaiu sobre dois eixos. Na abordagem quantitativa, foi selecionada uma amostragem composta por jovens (n=45) (3% a 5% do total de alunos - 900 alunos para cada escola – porte médio), na faixa etária de 16 a 24 anos, sorteados aleatoriamente e que integram o ensino médio, de ambos os sexos e integradas às duas escolas (Salvador e Feira de Santana, as duas maiores cidades do Estado da Bahia). Com base em parte específica do PAJ - em formato de inventário - responderam individualmente o questionário sobre aspectos sociodemográficos e eventos violentos na intimidade ocorridos nos últimos doze meses de experiência delas/deles (consoante diretrizes do CNS e através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

No que se refere à abordagem qualitativa, foram efetuadas entrevistas com onze (n=11) jovens (de ambos os Municípios), entre aqueles que participaram da fase quantitativa (n=45), tendo como base questões subjetivas do PAJ, relacionadas aos eventos violentos na intimidade e utilizando “Análise Temática de Conteúdo\ATC”, realizada em etapas sistemáticas: “pré-análise”, para formação do “corpus”; “exploração do material”, para codificação e tratamento dos resultados, identificando categoriais chaves e subcategorias; “interpretação do conteúdo”, com base no “corpus” e categorias extraídas, para discussão dos achados. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Destarte, partindo dos objetivos e da escolha metodológica, estruturou-se essa dissertação em apresentação dos tópicos inseridos, indicando uma divisão em quatro capítulos e respectivos subcapítulos, perfazendo desde abordagem teórica e contextual e agendas instituições (com ênfase ao jurídico-legal, sistema de proteção e promoção de direitos), passando aos contextos sociais e familiares, apontando aspectos relacionais e debates sobre violências de gênero, até debates sobre categorias como gênero, intimidade, percurso amoroso, delineando do campo, ademais de apresentar resultados e discussões.

Os capítulos foram apresentados, além da Introdução e Considerações Finais, enumerados conforme composição abaixo (títulos e objetivos específicos):

2. ENTRE AS URGÊNCIAS E AS EMERGÊNCIAS: JUVENTUDES E CONTEXTOS SÓCIO-FAMILIARES – são apresentadas as diversas urgências e transformações da família, transfigurações entre sociedade tradicional e contemporânea e a juventude, no contexto sociocultural dos relacionamentos íntimos;

3. ACESSO JURÍDICO DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS - são abordadas as diversas transformações sociais, manifestações da violência na intimidade, bem como elementos jurídicos de proteção e promoção para e pelos Direitos Humanos. Apresenta-se também a escola como *locus* de formação e socialização de jovens e espaço de coleta de dados

4. VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: MAPEANDO E ENFRENTANDO - são apresentadas as diversas modalidades de violência de gênero contra meninas e mulheres, dando enfoque especial às modalidades de violência física e sexual e o crescente aumento dos casos de feminicídio. Ainda assim, serão abordadas no sub-tópico final do capítulo as diversas formas de prevenção da violência das relações de intimidade entre jovens;

5. QUANDO ELAS/ES REVELAM INTIMIDADE, AMORES E VIOLÊNCIAS – nesse item será retratada a trajetória metodológica, instrumentos e procedimentos empíricos bem como também resultados e discussão dos achados.

2. ENTRE AS URGÊNCIAS E AS EMERGÊNCIAS: JUVENTUDES E CONTEXTOS SÓCIO-FAMILIARES

2.1 JUVENTUDES: Entre contextos e percursos relacionais

O termo família faz referência a uma enorme variedade de formas de organização de vida em comum, se diferenciando de acordo com o contexto histórico, social e cultural ao qual se inserem. Sendo assim, se torna difícil descrever a família como um discurso homogêneo unitário. São diversas formas de organizações familiares e complexidade de relações, possuindo influência direta a variabilidade histórica e cultural. Contudo, aqui tomamos a família como um conjunto diverso de experiências e relações, potencializadas pela vivência doméstica e laços de afetividade.

Dentre as principais abordagens da teoria sociológica da família, considera-se como uma agência socializadora e formadora de personalidades individuais e de um determinado grupo. Essa vertente trazida pela Sociologia Crítica também compreende os diversos aspectos sobre a organização de origem patriarcal possuindo papel conservador, de dominação e privativo da liberdade em diversos contextos. Considerada por Canevacci (1981), a família é definida em diversos aspectos como matriz de mecanismos de internalização da submissão e agência de produção ideológica (HELLER, 1971; 2004).

A literatura antropológica também traz grandes considerações acerca da organização familiar delimitando a família como sendo uma organização mutável tendo em vista ser um grupo, rede de parentesco ou unidade doméstica variável de acordo com sociedade e contexto históricos. Nesse sentido, considera-se a família sob a ótica antropológica não só como instituição natural e sim como espaço de construções de princípios e ideologias (HELLER, 2004; LEVI-STRAUSS, 1980).

No que se refere à sistematização familiar inserida na sociedade tradicional, o casamento e o parentesco constituíam os pilares da instituição. O casamento tinha alianças fortes quanto aos acordos financeiros de interesse das famílias de origem. A estrutura dessa sociedade era marcada pela necessidade de sobrevivência, reprodução da família e como forma de assegurar a transmissão do patrimônio (DIAS, 2010; ROUDINESCO 2003).

Em geral, no casamento eram dispensadas as condições de amor, prevalecendo sempre interesses patrimoniais. Com o matrimônio, a mulher passava da tutela do pai para o marido, estabelecendo uma relação de subordinação com este, considerado chefe da família. Assim, o papel expressivo ficava sendo exercido pela mulher e o instrumental cabia ao homem (não devendo competir sobre os papéis socialmente atribuídos); uma divisão relacionada diretamente com questões biológicas e psicológicas de cada sexo naquele período e contexto sociocultural (ROUDINESCO 2003; SANTOS, 2005).

A sexualidade estava relacionada à condição conjugal com a finalidade de reprodução (Flandrim, 1992; Lebrun, 1983). Neste período, somente o casamento conferia estabilidade à união conjugal, surgindo laços de parentesco, necessários à integração social dos filhos (DIAS, 2010).

É bem verdade que o plano familiar não era um espaço somente de formação de laços e vínculos, constituía-se também como cenário de violências (física, psicológica, verbal, emocional, sexual) e, ao contrário do que se imagina ser um ambiente de segurança é um ambiente onde ocorrem diversas modalidades de violência, sinalizando para a origem de todas as demais (CAVALCANTI, 2015, 2018).

A cultura patriarcal, pautada no poder masculino sobre a propriedade e a família (extensiva ou nuclear), após o casamento, tratava como natural a fraqueza e inferioridade feminina, vinculando papéis e divisão sexual de maneira assimétrica. Essa cultura atravessou diversos períodos, vindo até a superar os novos ideais trazidos pelas revoluções, período marcado por significativas mudanças nas relações de poder (Dias, 2010; Safiotti, 2004, 2001). A força da dominação masculina inserida nesse período patriarcal predominava pelo fato de não necessitar de justificativa para uma visão androcêntrica e, a própria dominação masculina, por si só, já caracteriza uma violência simbólica impregnada nas categoriais sociais (BOURDIEU, 1998; SARDENBERG, 2006).

Contudo, a violência ou qualquer forma de dominação masculina jamais deve ser considerada como um processo natural, conforme afirma Hannah Arendt (2006, p. 40): “Nem a violência, ou o poder, são fenômenos naturais, isto é, manifestações de um processo vital; pertencem eles ao setor político das atividades humanas cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem de agir, a habilidade de iniciar algo de novo”.

No decorrer dos séculos, as formas de família passaram por diversas transformações culturais e estruturais. O século XVI é referenciado pelas grandes transformações e as mudanças começam a se configurar, surgindo novos padrões de comportamento institucional e cultural nas relações familiares e, portanto, as novas gerações encontram maiores dificuldades para enfrentar os desafios e novos padrões, comportamentos e contextos (DIAS, 2015; FONSECA, 2002; GOMES, 2005; PEIXOTO, 2001; ROUDINESCO, 2003).

Com as diversas transformações dos modelos familiares, encontramos-nos sem as nossas antigas crenças sobre a família (sobre o tradicional) e sem a crença de um destino estável (sobre um único modelo homogêneo na contemporaneidade). Assim, verifica-se a enorme diversidade empírica e as rachaduras de modelos clássicos que definiam a organização familiar. Entretanto, apesar de haver uma dúvida por falta de definição dessas relações, é certo que a família continua possuindo um papel de grande relevância de compreensão de como indivíduos veem, se relacionam e vivem.

Traçar análises sobre o campo dos estudos de e sobre família é, sem dúvida, ressaltar um conjunto de valores e experiências que permitem ao indivíduo a busca de sentidos, princípios, concepções e valores, sendo uma definição simbólica (atrelada a organização da vida no cotidiano). A ideia de famílias em movimento (Peixoto, 2001) explica como uma maneira de compreender as diversas mudanças nas famílias e contextos e seus efeitos.

Ainda fazendo uma passagem na sociologia da família contemporânea, Singly (2007) traz debates eminentes que abordam as novas formações familiares, individualização das relações e seus efeitos na família. Classifica o modelo de família contemporânea como sendo relacional (vida privada e pública), individualista e a partir de horizonte intergeracional (eixos norteadores através dos quais explicita seus ideais e concepções). Consoante argumentos do autor, a família contemporânea se fixa mais pelas relações internas e menos como instituição. O único ponto visível entre a família antiga e a moderna está no reforço da função da reprodução biológica e social como contribuição, uma vez que ambas procuram resguardar o status no espaço social entre as gerações.

Nos diferentes modelos familiares, é na vivência cotidiana que se diferenciam culturas e proporcionam transformações sociais. É dentro da organização familiar que são estabelecidos espaços sociais e simbólicos de referências e modelos, sendo ambiente de segurança e acolhimento, mas também de violências (Cavalcanti, 2015). Assim, conforme menciona Sarti, (2004), a família é espaço de captação de uma visão do mundo de acordo com as regras e contexto social em que se vive.

A transição do modelo de família patriarcal, hierarquizado, heteroparental e biológico criou um novo modelo democrático, igualitário que, muito além da relação hetero, pode ser também homoparental, passando a ser um espaço de convivências múltiplas e sob viés sócio-afetivo (Farias & Rosenvald, 2013). Entretanto, quando se caracteriza como um espaço de violências, atinge, abala e sensibiliza todos os seus membros, abrindo precedências para além do privado, através de debates, marcos legais e institucionais, na busca de direitos e prerrogativas, no que se refere à segurança e bem-estar, com alcance à cidadania, ultrapassando a esfera do privado e ocupando lugar em agendas e planos de ação. Em especial, desde meados dos anos 1970, as dimensões dos Direitos Humanos de mulheres e meninas têm sido colocados como pauta para enfrentamentos e ações educativas que possam causar impacto, predominantemente, na formação, construção identitárias e prevenção de sofrimentos (CAVALCANTI, 2015; SANDENBERG, 2006).

2.2 INTIMIDADE REVELADA: amores e violências entre jovens.

Inicialmente, vale salientar que discorrer sobre a categoria juventude(s) nos leva a observar com mais cautela a sua historicidade para assim questionar a sua universalidade. Isso ocorre por possuir tal categoria diversas variações de idades temporais e também a possibilidade que as sociedades geram

acerca dos sujeitos. Em contrapartida, vivenciar a fase juvenil sob a ótica do gênero é desprender-se “[...] em função de desigualdades de gênero, de preconceitos e discriminações que atingem diversas etnias” (Novaes, 2015, p. 32). Neste sentido, os mais diversos segmentos juvenis se misturam e revelam indicadores sociais percussores.

Dos variados indicadores sociais e epistemologias contemporâneas, a violência de gênero nas relações íntimas configura-se como um fator que afeta as mais variadas classes sociais enquadradas nos diferentes padrões socioeconômicos. A violência ocorre no âmbito das relações íntimas de jovens. Nas últimas décadas a nível nacional tem se dado um enfoque grande nos estudos e pesquisas sobre a violência na juventude e se percebeu que esses dois fatores (violência e juventude) se cruzam nas mais diversas formas de casais nas relações íntimas.

Importante frisar que a categoria violência de gênero tem a sua origem como categoria para romper e exteriorizar com as gritantes desigualdades entre homens e mulheres nos diversos setores pessoais e sociais (Gomes, 2011). Em contrapartida, verifica-se que o fenômeno da violência entre jovens nas relações de intimidade tem contribuição de relações que são construídas culturalmente, sendo a mídia e outros diversos fatores elementos de propagação e influencia na reprodução da violência e subjetividades da sociedade contemporânea (Gomes, 2011; Neves, 2016; Tavares, 2015; Velázquez, 2006). Destarte, a violência pode ser compreendida como “[...] um dado cultural e societário, com uma grande variação em suas formas de manifestação, em função do contexto sociocultural em que ocorre, e da diversidade e complexidade dos valores que assume, em cada um destes contextos particulares” (GOMES, 2011, p. 141).

Nos últimos anos estudos (acima elencados) tem demonstrado que a violência entre jovens na intimidade tem ocorrido de forma recorrente e frequente, demonstrando que esse fenômeno está cada vez mais presente nos relacionamentos juvenis. Olhando sob outra ótica, importante frisar que existe uma certa banalização pelos jovens das diversas formas de agressão, sendo invisibilizada e assinalando “[...] que essas relações se inserem em contextos que, influenciados por certos modelos hegemônicos de gênero, tanto podem se relacionar à produção de violências quanto podem contribuir para a invisibilidade da própria vida” (GOMES, 2011, p.140).

Nos argumentos de Gomes (2011, p.141), tal “violência, frequentemente, é insensível e invisível para suas próprias vítimas, sendo produzida e reproduzida pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou do desconhecimento, ou ainda do sentimento.”

No que se refere ao contexto sociocultural contemporâneo, os adultos se preocupam com as juventudes, com predomínio de três eixos estruturantes: quebram as regras vigentes, são responsáveis pelo futuro da humanidade (positiva ou negativamente) e expressam os valores da sociedade. No aspecto histórico, a juventude vem sendo estudada e estendida, com predisposição universal de ampliar

para além dos vinte e quatro anos, observando-se maior investimento no processo de educação formal, prolongamento da idade para formação de nova família e inserção no mercado de trabalho, bem como expressões artístico-culturais e agendas específicas.

Pesquisas sobre juventudes, nas últimas décadas, revelam questões cruciais e correspondentes, como a expectativa social para essa fase da vida, que se caracteriza por múltiplas mudanças biopsicossociais, no percurso entre adolescência e fase adulta na construção de identidades (CASTRO, 2009; CAVALCANTI, 2015; NJAINE, 2011).

As grandes mudanças nos diversos contextos (social, cultural, político e econômico) trazidos pelo século XX trouxeram significativas alterações na vida privada mensurando diversas transformações nas relações íntimas (Dias, 2010; Minayo, 2010). Mudanças no transcurso da sociedade moderna para a contemporânea têm revelado consequências no processo de socialização. Nesse aspecto, vale salientar o papel das desigualdades sociais, marcada pela falta de oportunidades e acesso de grande parte da população juvenil, oriunda das camadas sociais múltiplas, aos direitos fundamentais, como educação, saúde, trabalho, assistência social.

No cenário brasileiro, a partir da década de 80, determinadas expressões de relacionamentos são compartilhadas pela juventude, como novas representações no modo de se relacionar. A expressão “ficar” se caracteriza pelo contato sem comprometimento, cuja relação pode envolver beijos ou ato sexual. Essa prática possibilita espaço para outras inserções, como “pegar e ficar”, marcado pelo desejo de contato físico. Consequentemente, a “relação íntima” envolve o senso de compromisso e outros sentidos da sexualidade e intimidade (CAMARGO, 2010; JESUS, 2005; MINAYO, 2011; NEVES, 2017; OLIVEIRA, 2007).

A juventude é marcada por uma fase de transição emocional, econômica e inserção social. As diversas relações íntimas que acontecem nesse período da adolescência são marcadas pelas mais variadas experiências específicas a esse ciclo da vida. No campo afetivo-sexual, os diversos contextos no relacionamento entre juventudes (sexualidades, relações amorosas, sociais) estavam e estão presentes nas sociedades contemporâneas. No século XX, mudanças sociais marcaram essas relações, como a ascensão feminina, decorrente das conquistas do movimento feminista; valendo ainda ressaltar as consequências da epidemia de HIV/AIDS, na década de 80, provocando mudanças nas relações afetiva e sexual, em especial na juventude (DIAS, 2008, 2010; RIBEIRO, 2011).

Na juventude, as experiências afetivo-sexuais também sofrem interferências das questões de gênero, territórios e padrões comportamentais, considerando fatores socioculturais e econômicos, os quais influenciam os relacionamentos interpessoais, caracterizado pela diversidade de escolhas (Falcke, Zordan, 2010; Jablonski, 2002; Santos, 2015). Por isso, há que se pensar de maneira interseccional ou

utilizando a “alquimia das categorias” (Castro, 1992) que sugere fusão ou anulação de uma categoria pela outra.

Para pesquisar juventude, importante levar em consideração as categorias de raças, gênero e geração por serem atributos naturais com significados políticos, culturais e econômicos, organizados por hierarquias, privilégios e desigualdades, aparados por símbolos particulares, e 'naturalizados' (STOLCKE, 1990; SUÁREZ, 1991).

Neste sentido, a análise, pautada por uma perspectiva de gênero, raça e geração perpassando pela alquimia de categoriais (Castro, 1992) não deixaria qualquer brecha, resultando em algum modelo de perfil próprio ou sendo filtradas por questões de classe invisibilizando identidades. Estariam assim consequentemente voltadas a ações mais críticas desmanchando também chamados de quadros conceituais próprios a cada sistema de relações (STOLCKE, 1990).

Essa transição dos diversos modelos de relacionamento ocorre com as diversas modificações no estatuto social das mulheres, reflexo também dos movimentos feministas e transformações entre as sociedades que acontecem através da busca e necessidade de mulheres e homens dividirem relações íntimas igualitárias (NEVES, 2007, 2008; NEVES, GOMES, 2016).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), durante uma relação íntima, a violência de gênero pode provocar danos de diversificadas natureza, como agressão física e sexual, além do abuso psicológico, como intimidação, humilhação, manifestações de controle, isolamento do espaço familiar e das relações de amizade, monitoração da vítima, restrição do acesso às informações e assistência.

No que se refere ao relacionamento íntimo de jovens, o mecanismo que pode dar início ou continuidade ao comportamento de natureza violenta é complexo, cuja compreensão necessita da conexão entre os diversos aspectos do relacionamento. Nessa conjuntura, vários fatores podem ser responsáveis pelo aumento dos acontecimentos violentos entre jovens, como insegurança, ciúme e descontrole emocional; inexperiência; entre outros. Nesse propósito, estudiosos afirmam que adolescentes se encontram na condição de extremo risco, decorrentes de falta de experiência, busca de independência e creditar segurança do parceiro (CALLAHAN, TOLMAN, SAUNDERS, 2013; FERREIRA, 2011; MATOS et al., 2006). Ainda assim, verifica-se presente a forte predominância da cultura patriarcal e consequente transmissão intergeracional trazida ao longo dos anos, com fator potencializador das diversas formas de violência nas relações de intimidade juvenis.

Quanto à influência dos fatores ligados à família, estudos afirmam que a existência de episódios violentos entre os membros desse núcleo se caracteriza como fator de risco, entre outros, para a violência nas relações íntimas, sendo considerado um forte preditor direto da violência em fase futura nos relacionamentos. Nessa perspectiva, um dos fatores que levam a compreensão do processo de

transmissão do fenômeno entre as gerações apontam que o jovem que conviveu no ambiente doméstico-familiar violento está propenso à sua reprodução, como agressor ou vítima. (CARIDADE, 2006; COSTA, 2013; CUNHA, 2014; MACHADO, MOREIRA, 2003; MINAYO, 2011).

Um aspecto bem importante e que deve ser observado é a reprodução de comportamentos violentos ao longo das gerações. Esse aspecto tem se tornado muito perigoso e que merece atenção tendo em vista estar o jovem adquirindo modelos de aprendizagem violentos e conseqüentemente em momento futuro reproduzir esse modelo. A transmissão intergeracional da violência baseia-se na teoria que, segundo alguns estudiosos da área (Araújo, 2013) jovens que vivenciaram, assistiram comportamentos violentos ou foram vítimas de violência dentro da família possuem maior probabilidade de desenvolver comportamentos violentos em diversos aspectos em fase futura. Segundo a teoria da aprendizagem, na juventude, grande parte dos comportamentos aprendidos e internalizados nesta fase é decorrente da observação de outros comportamentos (Bandura, 2001 e 2006), e, constatou-se que jovens que cresceram em ambientes violentos estão mais predispostos a realizar atos maldosos e violentos.

Comportamentos aprendidos no ambiente familiar são reincidentemente reproduzidos por jovens no ambiente extrafamiliar, configurando atitudes de permissividade e violência, principalmente nas relações de intimidade. As(os) jovens passam a se tornar, transmissores culturais dessa conduta violenta que provoca conflitos pessoais e torna o (a) jovem mais vulnerável e predisposto a ser vítima ou agressor, sendo reprodutor intergeracional dessa violência (BANDURA, 2001; CASTRO, 2004, CARIDADE, MACHADO, 2006).

Vale salientar a importância do ambiente social extrafamiliar na geração de conflitos entre jovens, ressaltando o papel social da escola, como espaço de formação, socialização e interlocução da juventude. A escola representa uma instância privilegiada para reflexão sobre questões que envolvem jovens, responsáveis adultos, filhos/as, professores/as, estudantes bem como sobre a representação social dessa instituição, como basilar segmento de formação e práticas direcionadas a consciência, responsabilidade e prevenção da violência (Gomes, 2011). A escola – vista inclusive em âmbito de senso comum - é vista como um espaço colaborativo, de formação e de reflexão para os primeiros contatos de crianças e jovens, promovendo a vida em sociedade, além de ser responsável pela socialização fora do ambiente familiar.

Os diversos acontecimentos, reflexões, educações e ponderações tanto no ambiente escolar como no familiar acarretarão resultados não só na esfera individual, mas na coletiva também (Borges, 2004). A família e o ambiente escolar são espaços de “busca de sentidos”, mas também dos de episódios de violências sobrepostas (Cavalcanti, 2015, 2018). Estudiosos apontam que a escola representa um espaço privilegiado para implementação de ações preventivas e de impacto, frente às

vulnerabilidades/ necessidades essenciais inerentes a esse grupo (BANYARD, CROSS, 2008; OPAS, 2012).

3. ACESSO JURÍDICO DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS

3.1 Transformações Sociais e Promoções de Direitos

No campo das Ciências Sociais e Humanas, o estudo da violência nas relações de intimidade, foi iniciado em meados do século XX, período que passou a ter grande destaque mundial tendo em vista a gravidade do fenômeno. Assim, começaram a surgir em âmbito internacional, programas educativos com o intuito de, alertar e dar oportunidade ao jovem denunciar qualquer caso de violência nas suas relações de intimidade (violência física, sexual, psicológica). Exemplo disso é Associação Portuguesa de apoio de vítima (APAV), organização sem qualquer fim lucrativo que tem como objetivo principal promover e prestar informação a vítima de violência. Um grande avanço informativo para jovens e facilitador por oferecer meios de apoio ao jovem vítima de violência.

Ainda em âmbito internacional temos a União de Mulheres de Alternativas e Respostas (UMAR) como organização que objetiva a luta e o enfrentamento pelos direitos das mulheres, defesa e promoção de direitos e igualdade de gênero. Uma das áreas prioritárias vincula-se à prevenção primária acerca da intervenção e prevenção da violência em fase juvenil. Um estudo realizado pela UMAR (2013), abordando as diversas modalidades de violência na juventude (psicológica, midiática, sexual, perseguição, controle, e física), constatou que experiências violentas são habituais: com a vitimação entre 6% (violência física e sexual) e 19% (violência psicológica) e na legitimação entre 6% (violência física) a 28% (comportamentos de controle). Verificou-se que grande parte dos depoimentos não são considerados como violentos, existe um processo de “normalização” pelos jovens, alcançando um índice de 24% no que se refere à violência sexual, 28% no que se refere à categoria controle e 24% nas redes sociais.

Tal caracterização coaduna com a intensificação das relações e das identidades na faixa etária analisada. Afinal, as relações amorosas entre jovens têm sido compreendidas como fundamentais para interação social, bem como para as escolhas futuras na fase adulta (Carvalho, 2003). O significado do amor pode ter diversos entendimentos, variando de acordo com o período histórico, o tempo e a singularidade do contexto cultural a ele inserido. Muito além de ser entendido como apenas um conceito multidimensional, o amor é produto social, cultural e discursivo (Neves, 2007). Contudo, nem sempre se estabelece através de um caráter saudável e adaptativo; muitas vezes, pode ser confundido com atos e práticas violentas.

Bourdieu (2002), ao escrever sobre a dominação masculina, destaca que, por vezes, o amor pode ser ao mesmo tempo um fator paradoxal: de risco e de protetor, para o controle e poder, gerando conseqüentemente, a violência. Nesse sentido, a violência nas relações de intimidade apresenta matizada pelas relações de gênero, partindo de uma construção social de poder, assimetrias e sendo descrita como todo ato de violência baseado no gênero ao qual resultou ou possa resultar um dano ou sofrimento físico, sexual ou/e psicológico para mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, coação, ou privação arbitrária da liberdade, quer na vida pública ou privada (KRONBAUER & MENEGHEL, 2005).

A violência de gênero é instituída em contextos e espaços relacionais e interpessoais inseridos em períodos históricos diversos. Essas ações violentas nas relações de intimidade referem-se às diversas modalidades de agressão, conhecidas na atualidade, como a forma mais contínua de violência de gênero (BANDEIRA, 2008; MINAYO, 2010; NASCIMENTO, 2009; OLIVEIRA, 2014).

O conceito violência de gênero e sua ampla complexidade, indica que “existem diversas formas de violência que são exercidas sob meninas/mulheres além da agressão física (a violência emocional, invisível, simbólica, controle, econômica e na sua forma mais grave o feminicídio)” ou o que pode se chamar de violência sobrepostas (Cavalcanti, 2017 e 2018), sendo definida conforme conceito da Organização das Nações Unidas (ONU, 1993) que corresponde a “todo o ato de violência que tenha ou possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto produzidas na vida pública como no espaço privado”.

Durante muito tempo as diversas formas de dominação masculina dificultaram o questionamento das relações desiguais entre homens e mulheres. Foi através do movimento feminista, com maior intensidade a partir de meados dos anos 80, que começaram a serem colocadas em pauta debates e ações específicas.

Algumas teorias feministas (Arendt, 2006 e 2015; Butler, 2010 e 2017; Saffiotti, 2001); afirmam ser a violência como uma manifestação de poder prevaiente da dominação masculina (Bourdieu, 2002) e, acredita que, esta desigualdade de poder leva a comportamentos violentos nas relações de intimidade. Contudo, nenhum critério físico, biológico e econômico deve delimitar o papel que meninas e mulheres assumem na sociedade, uma vez que é a própria sociedade que estabelece padrões do que se pode chamar de sexo feminino ou masculino. As alteridades entre os sexos e a dominação masculina não são critérios hábeis que justifiquem a segregação entre sexos uma vez que, conforme cita Beauvoir (1949; 1989), a invisibilidade histórica que foi auferida às mulheres é produto de uma construção social ao longo do tempo, permeado através de uma cultura patriarcal e que portanto, por ser resultado de uma construção em um tempo histórico, pode ser desconstruída.

É bem verdade que a história da sociedade ocidental é estabelecida por inquietudes femininas diante das opressões demarcadas pela sociedade patriarcal. Sendo assim, começam a se potencializar os movimentos feministas como resposta a essas opressões, promovendo ações de enfrentamento a esses modelos culturais estabelecidos. Esses movimentos são marcados por lutas e ações coletivas com o objetivo central da desconstrução do patriarcado e igualdade de gênero

A violência contra meninas e mulheres é o resultado de diversos fatores e contextos, dentre eles, o patriarcado (e a sua forma de expressão associada a uma cultura conservadora e machista) contribuindo ao longo da História, para a impregnação de assimetrias, relações de poder e dominação. Sem dúvida, a violência de gênero está diretamente ligada ao condicionamento de uma cultura machista que realça desigualdades e violações. É necessário que, para que haja uma considerável redução da violência contra meninas e mulheres, sejam desmanchados estereótipos de gênero, gerando definitivamente, rachaduras no sistema patriarcal (CAVALCANTI, 2015; COSTA, 2010; DIAS, 2015).

Em âmbito nacional, a persistência feminista contra todo tipo de violência sofrida pelas mulheres gerou diversas transformações nos processos legislativos, institucionais e jurídicos. Tiveram como marco inicial a época da ditadura militar – com destaque ao ano de 1975 com a participação na ONU e demarcação de planos e ações especializadas - onde começaram a surgir denúncias de violência doméstica cometida contra a mulher. A partir daí, esse processo de epistemologias feministas foi reforçado em diversos momentos com os mais variados recursos de luta, tendo algumas respostas do Estado brasileiro (criação da delegacia especializada de atendimento à mulher – DEAM e criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – JECRIM), o que posteriormente, gerou alguns conflitos acerca da aplicação da Lei 9.099/95, gerando em alguns casos decisões equivocadas no que se refere à seriedade do fator social, acarretando na intensificação e reforço do movimento feminista através de sua militância.

A implementação de políticas públicas para combater e amenizar o fenômeno da violência foi e é vital. No caso brasileiro, somente ganham maior destaque a partir da pressão exercida pelos movimentos feministas. Foi a partir desse período que ocorreram algumas mudanças significativas nos diversos âmbitos. Uma das importantes medidas adotadas foi à criação de um serviço de denúncia e amparo para mulheres vítimas de violência abrangendo as diversas categorias como raça, classes, orientações sexuais e gerações ampliando e dando acesso as diversas camadas sociais (CAVALCANTI, 2015 e 2017, VELAZQUÉZ, 2006).

As Delegacias Especiais de atendimento à Mulher (DEAMs) foram resultado das batalhas trazidas pelo movimento feminista diante da situação violenta que vivenciavam, como uma solução do Estado a atenuar e solucionar as mais variadas desigualdades e violações dos Direitos Humanos. É um

espaço de inclusão de grupos de mulheres na busca da diminuição das diferenças na busca pela justiça social estando atrelados a direitos específicos. Para as diversas formas de preconceitos e discriminações é necessária a implementação de políticas públicas positivas no combate a desigualdade, em especial a de gênero que ainda insiste em permanecer nos diversos contextos e sociedades (CASTRO, 2004 e 2009; CAVALCANTI, 2015; VELAZQUÉZ, 2006).

Entretanto, importante enfatizar que não é o bastante somente a implementação de políticas públicas que resguardem e protejam meninas e mulheres se de maneira colateral não existir meios de educação de forma a esclarecer e informar para quem for o prestador do serviço. As DEAMs são meios suficientes de garantia dos mais variados Direitos Humanos, mas só elas não são capazes de garantir soluções para os pleitos, especialmente pelo desenho da rede de proteção para o caso brasileiro (CAVALCANTI, 2015 e 2017).

Diante da persistência e luta mediante os Direitos Humanos, na busca de solucionar e combater a violência contra a mulher, considerada como grave problema social, surgiu a Secretaria Especial de Política para mulheres com objetivo de minimizar/reagir a todas as formas de violência contra a mulher. Posteriormente, foi sancionada a Lei nº11.340, conhecida como Lei Maria da Penha que, sem dúvida, representou e representa até hoje um marco e grande avanço no combate a qualquer modalidade de violência contra a mulher, observando a seriedade, complexidade e urgência dos conflitos e agressões que vivenciavam e vivenciam diversas meninas e mulheres até os dias atuais (CASTRO, 2002; SARDENBERG, 2000; SUÁREZ, 2002; TAVARES, 2012 e 2015).

A entrada em vigor da Lei Maria de Penha figurou como uma conquista, diante da luta dos direitos das mulheres e a visibilidade do fenômeno da violência contra as mulheres como um fator social e de políticas públicas. Foi também um significativo marco para a abordagem jurídica da violência baseada no gênero, estabelecendo novos modelos de combate e enfrentamento desse fenômeno em âmbito nacional (PASINATO, 2004; SANTOS, 2005).

Dando seguimento, foi no Tribunal de Crimes contra as Mulheres mediante a Conferência Mundial de Direitos Humanos que foi introduzido o direito a vida sem qualquer tipo de violência precedido da Declaração de extinção da Violência contra a mulher, definida pela ONU no mesmo ano. Fatos como esse tiveram grande relevância para a promulgação da Convenção de Belém do Pará que denominava a violência como sendo “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (BANDEIRA, 2008, p. 185).

A Lei 11.340 foi inspirada na Convenção de Belém do Pará (1994) que auxiliou no processo de identificação da violência contra a mulher ampliando o conceito e identificando diversas violências sobrepostas praticadas contra meninas e mulheres. Naquela época, um dos principais objetivos do movimento era dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas como penalização aos casos brasileiros que estavam na Corte Interamericana e pelo descumprimento do Brasil, mesmo sendo signatário.

Segundo a definição da APAV (2011), a violência na intimidade consiste em um “ato de violência, pontual ou contínua, cometida por um dos parceiros (ou por ambos) numa relação de intimidade, com o objetivo de controlar, dominar e ter mais poder do que outra pessoa envolvida na relação”. O conceito tende a variar de autor para autor, tendo em vista a dificuldade de caracterizar esse processo, marcado pela transição da fase juvenil para a fase adulta. Apesar de consideráveis investigações realizadas nesta área, Caridade e Machado (2013) defendem que há um menor investimento em abordagens teóricas explicativas da violência na intimidade.

Tratar sobre proteção integral e medidas protetivas da violência na intimidade em fase juvenil aponta caráter complexo uma vez que envolvem diversos fatores a serem analisados. Porém, temos algumas legislações e medidas protetivas que asseguram os direitos da mulher vítima de violência, bem como os direitos da jovem adolescente. Inicialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fundado pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, é um conjunto de normas do ordenamento jurídico que visa à proteção integral da criança e do adolescente, sendo considerado como um marco legal dos Direitos Humanos. O Estatuto representou uma síntese da discussão nacional em torno das políticas públicas de proteção tanto para a infância quanto para a população jovem. Apesar da importância desse estatuto, sua relevância e inovações, ainda são insuficientes para garantir de forma efetiva a totalidade da responsabilização de agressões.

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) foi um importante marco legislativo de garantia dos direitos e deveres do jovem contra toda modalidade de maus tratos e violência, servindo como respaldo legislativo. Celso Lafer incorpora essa concepção e afirma que a cidadania é "concebida com o 'direito a ter direitos', pois sem ela não se trabalha a igualdade que requer o acesso ao espaço público, pois os direitos - todos os direitos - não são *dados*, mas *construídos* no âmbito de uma comunidade política." (LAFER, 1997, p. 64-5).

Além da Lei 11.340/06 e a Convenção de Belém do Pará (1994) ambas resguardando direitos e fomentando prevenção e enfrentamento à qualquer modalidade de violência. A dívida consiste na aprovação de uma legislação ou medida específica que combata de forma efetiva e previna a violência

nas relações de intimidade como nova categoria jurídica (PASINATO, 2004; SANTOS, 2001; SARDENBERG, 2000, 2002; TAVARES, 2015).

Entre os países com menor índice de violência contra a mulher, Portugal se encontra classificado entre os 10 países que possuem menor prevalência desse fenômeno, porém, os índices ainda são altos revelando que pelo menos uma a cada quatro portuguesas já sofreram algum tipo de agressão nas suas relações de intimidade (Dias, 2010). Um total de 87% dessas mulheres vítimas de violência mantinha ou mantiveram de algum modo, relações de intimidade com os agressores, consoante dados revelados do Observatório de mulheres assassinadas (UMAR, 2013).

Para esse fenômeno, importante ressaltar que o Código penal português já estabelece sendo crime de violência na intimidade, o que se enquadra na violência doméstica, em seu artigo 152º, número 1, alínea b) vejamos: "Quem, de modo reiterado ou não, 7 infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro/intimidade ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação".

Nesse sentido, verificando a alta incidência e o crescente aumento de casos das diversas formas de violência contra meninas e mulheres é necessário publicitar, divulgar amplamente, criar estratégias de prevenção e intervenção acerca desse fenômeno no sentido de educar e alertar a sociedade para um fator social que vem se agravando a cada dia.

Importante ressaltar que não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador em relação à mulher, mas destacar que a expressiva concentração da violência de gênero nas relações de intimidade sobre os corpos femininos e, que as relações violentas existem porque as relações desiguais de poder permeiam a vida rotineira das pessoas. É necessário desconstruir estereótipos trazidos pelo sistema patriarcal que insiste em não promover a ideia de igualdade e justiça social. Torna-se cada vez mais urgente uma abordagem educativa sobre a violência de gênero nas relações de intimidade no sentido de revelar a gravidade do fenômeno, reforçando lutas e pautas feministas promovendo políticas públicas efetivas de enfrentamento a este fenômeno.

3.2 Percurso Amoroso de Jovens: a escola como ambiente de formação e socialização

Para investigar este fenômeno da violência entre jovens na intimidade, o ambiente escolar/acadêmico foi escolhido como local de captação de dados tendo em vista ser a escola reconhecida como importante *locus* de convívio e formação de jovens, preparando-os para a convivência social e pacífica no exercício pleno da cidadania, com direito, deveres e respeito à liberdade pessoal do outro.

Nesse sentido, à escola pode ser um ambiente para refletir sobre a importância de institucionalizar estratégias, práticas e educação sobre temáticas graves que afligem a humanidade, destacando-a a violência entre jovens na intimidade, suas consequências e gravidade tanto para o desenvolvimento individual e coletivo das novas gerações como visibilidade do fenômeno que tem crescido demasiadamente nos últimos tempos.

Para que sejam estabelecidas estratégias de enfrentamento a este grave fenômeno, a educação para e pelos Direitos Humanos é sem dúvida um dos fatores primordiais nas escolas como formação de uma geração que respeite o óbvio: o princípio da dignidade humana através da promoção de justiça, igualdade e paz. Educar para e pelos Direitos Humanos seria uma estratégia de compartilhar, influenciar e firmar pensamentos e ideologias de valores essenciais a qualquer indivíduo para as gerações presentes e futuras (BENEVIDES, 2003, CAVALCANTI, 2014)

Compreender e enfrentar o fenômeno da violência entre jovens na intimidade através das lentes concedidas pelos Direitos Humanos é uma forma educativa de evidenciar aos jovens o grave fenômeno da violência nas relações de intimidade como categoria, revelando e alertando sobre a crítica situação de vulnerabilidade que se encontram os mesmos nas suas relações de intimidade uma vez que, em grande parte dos casos nem eles mesmo julgam estarem vivenciando e enquadrados em relações violentas.

No plano escolar, é necessário um foco no sentido de criar espaços de reflexões e/ou unidades de orientação escolar com suporte a vítima de violência que, muitas vezes não sabe a quem recorrer. A prevenção através da escola pode abraçar outras pessoas também (professores, funcionários, pais), agindo de forma conjunta, educando e alertando sobre esse fator e as graves sequelas e consequências que podem acarretar ao jovem estar inserido em um relacionamento abusivo. Só através de uma atuação mais assertiva será possível estabelecer conhecimentos acerca do fator, lutando, enfrentando e alertando os jovens contra um fenômeno, considerado como uma questão de grave violação aos direitos humanos (LEVESQUE, 2001; MENEZES, 2003, BORGES, 2006).

Sem dúvida seria uma transformação decisiva de hábitos, valores, pensamentos e comportamentos necessários para romper com mentalidades, estereótipos e culturas enraizadas ao longo do tempo que insistem em permanecer e violar a todos os direitos inerentes aos seres humanos, sem qualquer distinção de gênero, faixa etária, raça/etnia/cor.

Um fator central no enfrentamento da violência nas relações de intimidade entre jovens é que, segundo Lisboa et al. (2002), o fato de ele ser identificado em casa ou na escola, devido aos diferentes tipos de relações interpessoais, nas quais coexistem questões de hierarquia e poder. O papel da escola no enfrentamento a violência na intimidade é crucial, devendo ser um meio educativo para alertar a população juvenil acerca das diversas formas de violência nas suas relações íntimas. A juventude é

considerada um período de transição, formação da personalidade e busca de sentidos (Borges, 2004; Castro, 2004) e, portanto, os indivíduos que estão inseridos nessa categoria são considerados mais vulneráveis e propensos a vivenciarem nas suas relações íntimas algum tipo de violência.

Verifica-se a importância do papel da escola no combate e educação, no sentido de alertar, identificar e enfrentar a violência nas relações íntimas de jovens. A escola deve se responsabilizar com a garantia dos jovens e a atuação de educadores que fortaleçam a militância desses direitos. A atuação do educador na identificação, alerta e denuncia dessa modalidade de violência pode prevenir e advertir aos jovens de riscos presentes e futuros, considerando que a violência é um fator gradativo.

Torna-se indispensável compreender que a educação é uma modalidade de construção coletiva, contínua e permanente e a escola é um espaço favorecido dessa estruturação tendo em vista ser um ambiente que se desenvolve pensamentos, hábitos, valores e conhecimentos (Monteiro, Silva, 1995; Castro, 2014). A família e a escola são redes fundamentais de articulação desse processo de formação da identidade, de proteção, de socialização da criança e do jovem (Faleiros, 1998). Nesse sentido, frisa-se o importante papel da escola e professores como agenciadores do saber, aderindo uma educação renovadora e contemporânea trazendo aos alunos uma consciência e responsabilidade acerca dos fatos sociais.

4. VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: MAPEANDO E ENFRENTANDO

4.1. Violência Verbal, Física e Sexual nas relações de intimidade de jovens

As diversas modalidades de violência (verbal, física e sexual) nas relações de intimidade entre jovens, conhecida como “*dating violence*” ou “*courtship violence*”, tem sido o grande enfoque de estudiosos da área, sendo considerado um crescente problema social, tendo em vista a gravidade e dimensão do fenômeno nos últimos anos (CARIDADE, MACHADO, 2008; GELLES, 1997).

Na atualidade, uma grande parcela dos jovens tem vivenciado relações amorosas violentas, experimentando as mais variadas formas de abuso (físico, psicológico-verbal e sexual etc). Os índices são alarmantes podendo ser constatados em estudos que indicam percentual de 20% a 30% dos jovens envolvidos em relações íntimas violentas (Berry, 2000), prevendo-se ainda que a violência entre jovens adultos alcança um índice de 21,8% a 55%. Começa-se a perceber a amplitude e gravidade desse fenômeno que tem alcançado cada vez mais a população jovem dos mais diversos grupos etários.

As pesquisas desenvolvidas nessa temática revelam um fator surpreendente acerca desta forma de violência: sendo o homem considerado o perpetrador e a mulher a vítima. Apesar de existir alguns autores que apoiem essa tese (Coker, 2000), grande parte das investigações tanto em âmbito nacional

como internacional, revelam que a violência nas relações de intimidade ocorre de forma bilateral no que se refere à violência verbal (Machado, Matos & Moreira, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004; Straus, 2004), constatando que as mulheres podem ser tão violentas quanto os homens, e em alguns casos, ainda mais.

No que se refere a outras modalidades de violência mais severas (como agressão física e sexual) na juventude, o homem aparece como agressor. As mais variadas repercussões para a vítimas de violência na intimidade são inúmeras e são maiores quanto mais longas forem à duração da relação e/ou mais intensa for a violência perpetuada (Barroso, 2008), deixando sequelas efetivas na vida da vítima.

Especificando inicialmente a violência verbal, esta violência é recorrente na relações íntimas de jovens e em alguns contextos e estudos ocorre de forma bidirecional (de ambos os sexos) e em grande parte, pode desencadear outras violências ou ocorrer de forma simultânea, sendo definida pela literatura de violência sobrepostas (Cavalcanti, 2017; 2018) ou coocorrente (MACHADO, MATOS & MOREIRA, 2003).

As consequências da violência física podem ser diversas, desde pequenas lesões até a incapacidade permanente ou morte. Relativos aos/às jovens, as consequências físicas mais comuns são lesões, cortes e hematomas. Para além das consequências físicas que este tipo de violência pode ter, essa modalidade de violência pode acarretar consequências psíquicas como: viver com medo, ansiedade, sobressalto que geram sentimentos depressivos, baixa autoestima e um pânico geral na intimidade da pessoa, consequências psicológicas da violência, que não são menos graves (BARROSO, 2008; CARIDADE, 2008).

No que se refere a violência física, um estudo em âmbito internacional realizado na UMAR em Portugal no ano de 2015, constatou dados alarmantes no que se refere à esta modalidade de violência. A pesquisa foi realizada com 894 jovens e identificou que 17% dos(as) jovens já tinham vivenciado insultos e ofensas nas suas relações. Esse percentual era em sua maioria do gênero masculino alcançando um percentual de vitimização de meninos de 19% a mais do que em meninas, constatando uma assimetria do feminino sobre o masculino, ou seja, meninas agredem mais. Ainda sobre essa pesquisa 70% dos entrevistados de ambos os gêneros reconhecem a atitude como conduta violenta sendo que 88% são meninas e 74% são meninos. Contudo, no contexto brasileiro esses resultados alcançam uma disparidade no que se refere à modalidade de violência física em contexto escolar (MINAYO, 2011).

Destarte, especificando a violência sexual, esta ocorre quando um dos elementos da relação utiliza a força física e/ou ameaça com o intuito de submeter à vítima a práticas e/ou contatos sexuais forçados (APAV, 2003). A literatura nos mais diversos contextos afirma em seus estudos que jovens

meninas têm vivenciado concomitantemente várias formas de abuso (violência física, psicológica, sexual e na sua forma mais grave, o feminicídio), considerando violências sobrepostas (Cavalcanti, 2017 e 2018). Alguns estudos específicos (Caridade & Machado, 2006) indicam nessa violência que aproximadamente 50% das estudantes já experimentaram alguma forma de coerção sexual nas suas relações de intimidade.

Os estudos acerca dessa violência constataam que jovens não percebem ou não consideram as agressões ocorridas no âmbito de suas relações amorosas como práticas abusivas, não identificando/caracterizando as relações sexuais forçadas como um meio de violação. Em geral, o agressor é um parceiro íntimo ou alguém conhecido, membro da mesma família. Esta forma de abuso relacionada com a vergonha acerca do episódio dificulta a/o jovem adolescente da conscientização acerca da realidade, dificultando que muitos procurem ajudas, denúncias e a devida responsabilização do agressor (FRESE, MOYA & MEGIAS, 2004).

Para aprofundar questões como gênero e compreender a violência na intimidade entre jovens é necessário entender e identificar em que contexto a violência é/foi praticada por cada um dos parceiros e, a influência de utilização de fatores externos como substâncias psicoativas (como álcool e drogas) e as reações da vítima e impacto da violência tanto no relacionamento íntimo como nos agentes envolvidos. Importante também compreender como a dimensão cultural pode influenciar na construção de relacionamentos violentos e no gênero (CARIDADE, 2010, 2012; MINAYO, 2012).

Verifica-se que a família pode ser um ambiente de intensificação e reprodução de comportamentos violentos, como também de interiorização de valores ideológicos e sociais. Convivendo o jovem em um ambiente violento, está este mais propenso no futuro, à reprodução da violência em suas relações, tanto no papel de vítima como agressor (ARAÚJO, 2013; CUNHA, 2014; MURTA et al., 2014; OPAS, 2012).

Destaca-se que a violência nas relações íntimas pode trazer sérios impactos futuros aos jovens, nos mais diversos sentidos e aspectos, de curto a longo prazo. Com isso, ratifica-se a importância do papel da família nos padrões de comportamento aprendidos e perpetuados através das gerações. A violência ocorrida dentro do contexto familiar constitui um fator complexo que envolve diversos elementos e, a presença de uma rede familiar estruturada favorece ao jovem como base pessoal para entendimentos e visão acerca dos fatores e fenômenos. Compreende-se no espaço familiar, escolar e as instituições com as quais o jovem tem contato, os suportes necessários e educativos servindo de base e estrutura para a formação da juventude (MINAYO, 2011, NOVAES, 2016).

Um estudo realizado por Anacona (2008), na Colômbia, apresenta uma revisão da literatura que traz dados importantes. Na pesquisa estudo, é abordada a violência nas relações íntimas de adolescentes/ jovens quanto à prevalência, aos fatores de risco e às dificuldades associadas a esse tipo

de comportamento violento. Nesse estudo, após a análise, foram apresentados fatores que favorecem atos de violência, tendo como principal resultado, as experiências prévias de vitimização dentro e fora da família de origem, assim como a aceitação da violência. Conclui-se neste estudo que a família de origem é referência e modelo de aprendizagem no que diz respeito à transmissão intergeracional da violência em fase presente e futura.

Outro estudo, dirigido por Milletich, Kelley, Doane e Pearson (2010), constatou que há associação direta entre experiências de violência interparental na infância/adolescência e o envolvimento em uma relação conjugal violenta na vida adulta. Ressalta-se a importância da família de origem na transmissão transgeracional da violência conjugal, seja como parte do aprendizado de relações íntimas seja pelo processo de naturalização do fenômeno.

Realizando uma breve revisão de literatura acerca da temática, constata-se que a maioria dos estudos traz como resultado o fato que, ter a/o adolescente vivenciado como vítima ou testemunha, violência intrafamiliar na infância/adolescência consiste em sério fator de risco para o envolvimento em contexto das relações futuras na vida adulta (ALEXANDER, 2009 e 2011).

Neste sentido, verifica-se a gravidade do fenômeno e a necessidade de educar as/os jovens sobre esse fenômeno que tem sido cada vez mais frequente nas relações íntimas de jovens. Muitas vezes, as/os jovens nem tem conhecimento que estão inseridos(as) em relações abusivas ou, às vezes, por falta de suporte tendem a aceitar/manter uma relação violenta. É necessário criar para as/os jovens, com o apoio da família e do social (contexto escolar) estratégias de prevenção e educação para e pelos Direitos Humanos.

4.2. Violência contra meninas e casos de feminicídio

A violência nas relações de intimidade não é um fenômeno recente e sua enorme visibilidade está associada à redefinição dos papéis de gênero, estando relacionada a uma nova estruturação de percepção social e a consolidação dos Direitos Humanos em âmbito internacional. Diversos estudos (Butler, 2017; Fuertes, 2010; Gomes, 2005; Neves, 2008; Pasinato, 2006; Sardenberg, 2002) têm investigado sobre os motivos que levam a um indivíduo agredir ou matar a sua parceira íntima e, este fator, tem movimentado profissionais de diversas áreas além do Direito no sentido de compreender, enfrentar e combater esse fenômeno.

Ao fazer referência a violência de gênero, não se define que o recorte somente seja estabelecido entre homens e mulheres, contudo é o meio relacional onde esse fator mais ocorre tendo em vista que as diversas relações de poder, estereótipos culturais são construídos em geral diante das desigualdades de gênero (Cavalcanti, 2015). Relevante visualizar o conceito de gênero com mais amplitude e levando-se em consideração ser essa categoria uma construção relacional entre feminino e

masculino. Sexo e gênero são categoriais entrelaçadas entre si, estando um mais voltado ao aspecto biológico e a outra a uma construção cultural (CASTRO, 2004; CAVALCANTI, 2015; DIAS, 2010).

É sob o recorte da violência entre jovens na intimidade que surge a discussão sobre as suas manifestações e consequências no mais variados âmbito, especialmente no espaço escolar e social. Atualmente, as ocorrências de violência interpessoal como o assassinato de meninas/mulheres, denominado como feminicídio se multiplicam assustadoramente e a alta estatística presume uma diversidade e complexidade de crimes de gênero camuflados mediante índices semelhantes (NEVES, 2017; SEGATO, 2006).

Dentre as formas mais graves de violência de gênero na intimidade, o feminicídio é a mais crítica de todas não só pela sua gravidade, mas também pela sua complexidade. Em um estudo realizado em 66 países, constatou-se que 13,5% dos homicídios são cometidos nas relações íntimas e as mulheres são consideradas seis vezes mais agredidas do que homens (Stöckl, 2013). Um dado ainda mais assustador constatou que no ano de 2012 um percentual de 47% das mulheres assassinadas ao nível internacional, teve como agressor parceiros íntimos ou familiares, alcançando um total de 43.600 mortes (UNDOC, 2013).

Dados divulgados no mapa da violência demonstram o crescimento dos índices de casos de violência indicando que, em sua maioria, no que se refere ao crime de feminicídio, ocorrem em fase juvenil e contra jovens negras. Fazendo um comparativo com dados dessa investigação - realizada nos municípios de Salvador e Feira de Santana - os resultados alcançaram uma similaridade, tendo em vista os achados dessa pesquisa alcançarem uma maior predominância de vítimas de violência nas relações de intimidade também serem jovens negras.

A violência contra meninas e mulheres vitima milhares de brasileiras e esse percentual vem crescendo assustadoramente nos últimos anos. De acordo com dados da ONU (de 2004 a 2013), uma estimativa de 66 mil mulheres a cada ano, em esfera mundial, foram assassinadas pelo fato de serem mulheres. O Brasil ocupa a sétima colocação no *ranking* mundial alcançando um percentual assustador de 43,7 mil mulheres assassinadas entre o ano de 2000 e 2010, sendo que, cerca de 41% dos casos, o crime foi praticado por seus companheiros e ex-companheiros. Dados mais recentes demonstram a dimensão e magnitude do problema. No Brasil, foram registrados no ano de 2016 e 2017 (segundo informação dos Ministérios Públicos Estaduais) oito casos de feminicídio por dia. O Mapa da Violência (2016) demonstra que as principais vítimas são mulheres e, sendo elas em sua maioria, mulheres negras (chegando a alcançar um total de 54%).

A violência de gênero não é um fator atípico, muito pelo contrário. Ganha dimensões estruturais e trata-se de uma prática onde há elementos que diferenciam/classificam meninas e mulheres vítimas de violência mediante sua condição, classe, raça/etnia que, de forma nenhuma podem ser

camuflados (Bandeira, 2006). No Brasil, temos alguns marcos legais no estudo e combate a violência de gênero, o Código Civil brasileiro de 2002 onde o termo “homem”/marido, foi substituído por “pessoa”, sendo que ambos passam a ter direitos iguais em uma sociedade conjugal. Um pequeno avanço da legislação na busca pela igualdade; porém, insuficientes para extinguir os índices crescentes da violência contra mulheres e meninas. Coibir, enfrentar e erradicar são diretrizes desde os anos 90, mas na prática agendas e políticas públicas, além de legislação especializada e agravadora, não impedem fomento de números em diminuição.

Nesse sentido, é necessária uma análise, pautada por uma perspectiva de gênero, raça e geração perpassando por uma alquimia de categoria (Castro, 1992) não deixando qualquer brecha resultando em algum modelo de perfil próprio ou sendo filtradas por questões de classe ou sexo e invisibilizando identidades. Estariam conseqüentemente voltadas às ações mais críticas, desmanchando também chamados de quadros conceituais próprios a cada sistema de relações, interfaces e conexões que ampliam as lentes interpretativas com vistas às ações mais efetivas.

No ano de 2015, como forma de proteção às mulheres vítimas de agressão (podendo essa agressão ser física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, incluindo na sua forma mais grave o assassinato de mulheres) por seus parceiros íntimos, namorados, cônjuges ou ex-companheiros, foi sancionada lei específica. Em março do mesmo ano, a Lei nº13.104 (Lei do Feminicídio) como nova categoria jurídica, foi inserida no Código Penal como uma das modalidades de homicídio qualificado (e crime hediondo) e representou ciclo relevante no marco jurídico-legal, já vindo de lutas e agendas anteriores, não pontuada e qualificada em 2006, quando da promulgação da Lei Maria da Penha.

A violência contra meninas e mulheres tem deixado marcas profundas e doloridas. Pesquisa realizada pelo Instituto Sangari, com base nos dados do Sistema Único de Saúde, denominada Mapa da Violência no Brasil (2012), demonstrou que entre 1997 e 2007, 41.532 mulheres foram assassinadas no Brasil; ou seja, em média 10 mulheres foram assassinadas por dia ou ainda, 4,2 assassinadas por 100.000 habitantes.

No ano de 2015, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, registrou 49 casos de feminicídio e ainda 406 casos de estupro, 11.346 de lesões corporais, 24.359 casos de ameaças. Esse é um dado alarmante e preocupante nas diversas esferas no sentido de se pensar em estratégias mais sérias que possam combater esse fenômeno tão sério. Além dos altos índices temos verificado notícias sobre diversos casos de feminicídio por parceiros íntimos por ex-parceiros e atuais com enfoque em fase juvenil. Em verdade, são crimes de violência contra mulheres e meninas que denotam a desigualdade de gênero e, configurados como crimes passionais, ou seja, sem denotar o que se encontra por trás desses acontecimentos: o enorme assassinato androcêntrico de meninas e mulheres cometidos por homens (SILVA, 2008; 2010).

O termo “feminicídio” surgiu pela primeira vez no Brasil através de um procedimento de análise de homicídio de mulheres em suas relações íntimas e, teve sua origem na teoria feminista. A nomenclatura foi utilizada em 1976, mediante o depoimento de Diana Russel no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres. Posteriormente, caso e expressão marcaram a referência no estudo de casos sobre os eventos de assassinatos de mulheres, agravados pela identidade de gênero. Sua literatura se destaca ao definir o termo feminicídio como o assassinato de mulheres que foram mortas resultantes da discriminação com base no gênero (ALVAREZ, 2013; MAGALHÃES, 2013).

A promulgação da Lei nº 13.104 (Lei do Feminicídio) como nova categoria jurídica, veio como uma forma não só punitiva dos agressores. No entanto, de prevenção aos futuros acontecimentos violentos, uma das expectativas é a contribuição conjunta para uma mudança de mentalidades, comportamentos, conscientização, debates sobre feminismos, construção de novos valores e luta contra a violência de gênero e promoção de direitos iguais.

A violência contra meninas e mulheres é a forma direta de grave violação e afronta a dignidade da pessoa e devem ser debatidas pela sociedade contemporânea uma vez que burla princípios, legislações e limites (CAVALCANTI, 2005).

No Brasil, a situação alcança índices alarmantes. Constatou-se que a cada cinco minutos, uma mulher é agredida, vítima de violência e cada ano, cerca de quatro mil mulheres são assassinadas segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017). Importante destacar dados que foram publicados na Revista Sistema Penal e Violência no ano de 2015 e 2016, delimitando que na faixa etária jovem é onde se encontra as principais vítimas de feminicídio (31% do total se encontravam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% na faixa de 30 a 39 anos), ou seja, captando um índice total de 54%, constata-se que metade das mortes foram meninas/mulheres. No Brasil, esse percentual chega a alcançar um índice de 61% de óbitos de mulheres negras (sendo a maior concentração na região Nordeste com taxa de 87%, Norte 83% e Centro-Oeste 68%).

Em âmbito internacional, em Portugal, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Européia (FRA) publicou, em 2014, o relatório “Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Européia”, e constatou que a partir dos 15 anos, uma a cada três mulheres já foi vítima das mais diversas formas de violência (física, psicológica, sexual e na sua modalidade mais grave, o feminicídio) na vida. Percebe-se diante destes resultados que a violência sofrida por meninas e mulheres é um abuso e transgressão reincidente dos Direitos Humanos, porém, nem sempre denunciada (FRA, 2014).

Analisando os dados e informações acima, constatou-se que os diversos avanços legislativos são perceptíveis em ambos os países, contudo, a sociedade muitas vezes não segue o ritmo das mudanças legislativas. De acordo com dados divulgados pelo IPEA (2014), um grande percentual de entrevistadas/os mostraram-se despreocupadas/os sobre o assunto de crimes contra mulheres e meninas

entendendo que esse fator diz respeito à esfera privada. Isso remete à dimensão e à gravidade do episódio, tendo em vista a não compreensão da amplitude do fenômeno e entendimento de ser um fator não somente da esfera privada e sim pública.

A lei certifica para as mulheres vítimas de violência (independente da circunstância ou situação) que essa agressão não se encontra inserida mais na esfera privada, e sim como dever do Estado que possui desde então a incumbência acerca do evento e a responsabilidade para que sejam tomadas as devidas medidas. Sendo assim, assegura-se também mediante a Lei Maria da Penha procedimentos preventivos, além de, permitir que o agressor tenha sua prisão imediata decretada mediante prisão em flagrante.

Neste sentido, indispensáveis às contribuições previstas na Lei Maria da Penha e ações voltadas ao enfrentamento e combate a violência contra a mulher, bem como o combate a desigualdade de gênero. Os índices de violência contra meninas e mulheres têm crescido assustadoramente e merecem devida atenção das diversas esferas e do Estado, especialmente no sentido de subsidiar estratégias de prevenção, intervenção e responsabilização acerca desse fenômeno.

É visível a enorme necessidade de políticas públicas e serviços que atendam mulheres e meninas vítimas de violência de forma efetiva, promovendo um processo educativo de conscientização da população acerca desse fenômeno. É necessária a articulação entre os diferentes órgãos públicos e delegacias de atendimento às mulheres, principal meio de entrada na rede de proteção (promovida e garantida legalmente), também responsável por denúncias das diversas formas de violências.

Infelizmente a violência contra meninas e mulheres tem sido considerada como “normal” pela sociedade e poder público uma vez que nem sempre contempla de forma eficaz a demanda das vítimas não estabelecendo políticas (mas tem) com definições transparentes sobre categorias e questões de gênero, território, raça/etnia, classe social e geração. Consolidar e efetivar políticas públicas é romper com resistências enraizadas dos diversos setores sociais, modificando concomitantemente a educação e promoção de igualdade, sendo de extrema importância considerar o discurso das vítimas para que assim possam ser estabelecidas medidas efetivas e eficazes (SILVA, 2008, TAVARES, SARDENBERG, GOMES, 2011, VELAQUEZ, 2016).

É necessário estabelecer medidas e agendas educativas de conscientização, prevenção e informação para as diversas camadas sociais e gerações, consolidando e efetivando políticas públicas de combate e prevenção das diversas modalidades de violência contra meninas e mulheres, de forma que se possa estabelecer uma educação para e pelos Direitos Humanos.

4.3 Prevenção da violência nas relações de intimidade

A violência nas relações de intimidade entre jovens é considerada hoje um problema social que merece atenção e cuidado diante das significativas consequências que podem trazer a curto e longo

prazo. Sabe-se que a violência nas relações de intimidade não é um fator eventual. Pesquisas têm demonstrado percentuais altos desses abusos nas relações íntimas de jovens, principalmente violência física e sexual (Neves, 2017; Strauss, 2004), confirmando a ideia de violência como aspecto de “senso comum”, havendo urgência na intervenção e prevenção.

Em um estudo realizado na universidade (Machado, Matos, Gonçalves, 2008) de Coimbra/Portugal, concluiu-se uma percentagem significativa de estudantes que tinham condutas violentas no contexto das suas relações íntimas; 15,5% afirmaram ter sido vítima de pelo menos um ato abusivo durante o último ano e 21,7% admitiram já ter adotado este tipo de condutas em relação a seus parceiros (Machado, Matos, Moreira, 2003). Em outra investigação realizada em âmbito internacional constatou-se que os comportamentos violentos mais ocorridos (recebidos ou perpetrados), estão em insultar, ferir, dar bofetadas, ameaçar, agredir.

A investigação no campo de estudos sobre violências nas relações íntimas de jovens tem demonstrado a necessidade da prevenção nas populações dessa fase da vida, ampliando impactos e ações mais eficazes. Este preocupante fenômeno e sua dimensão nas relações íntimas, impactos e consequências tanto para vítimas quanto para autores/as em fase presente e futura é um enorme fator de risco, bem como os diversos envolvimento em outros comportamentos violentos que podem acarretar às/aos jovens sendo um forte preditor também em fase futura. Nesse sentido, fundamenta-se a importância da prevenção da violência nas relações íntimas de jovens como uma forma de evitar, educar e alertar jovens acerca dessa problemática que vem crescendo nos últimos anos.

A violência processada em fase inicial, se prevenida, pode evitar danos futuros, como relações adultas violentas. Aqui pensando, inclusive, no agravamento e nos dados apresentados sobre assassinatos de mulheres – com destaque à faixa etária estudada nessa dissertação. Não é exagero referenciar feminicídios quando se trata de violência de gênero, com destaque àquelas vividas nas relações de intimidade entre jovens e do crescente aumento de casos de assassinato de meninas e mulheres nos diversos contextos, conforme pode-se verificar no Mapa da violência (2012, 2015 e 2017). Levando em consideração que o fenômeno da violência é um fator gradativo e processual, iniciando-se com pequenas atitudes e ações e, posteriormente, aumentando frequência e incidência, há que se mapear e criar estratégias de promoção de igualdade de gênero e acesos à justiça e à cidadania.

Para melhor entender a violência como fator gradativo e o feminicídio como grave consequência destas práticas, Caputi e Russel (1992) mencionam o termo feminicídio como uma continuação da violência contra as mulheres, onde podem ser estabelecidas as mais variadas formas de violência (estupro, o incesto, o abuso físico, emocional e sexual, o uso das mulheres na pornografia, na exploração sexual etc.), que se resultantes em morte, se convertem em feminicídio. Assim, verifica-se a

importância da prevenção da violência ainda em sua origem e fase inicial, evitando assim consequências mais gravosas, como a exemplo da morte, uma vez que o feminicídio (crime praticado contra a mulher mediante condição de gênero), não refere-se um evento isolado na vida de mulheres e sim como um conjunto de violências que geram a morte (PASINATO, 2011).

A partir da década de 90 começaram a surgir os programas de prevenção à violência nas relações de intimidade de jovens, coadunando também com planos e ações específicas dirigidas por pactos e diretrizes no âmbito internacional e nacional para promoção de Direitos Humanos. Atualmente, já é possível encontrar programas desenvolvidos e preparados para trabalhar com esse fator, tendo referencial pesquisas e dados de vários setores e experiências governamentais e não-governamentais. Esses programas são educativos e informativos no sentido de evidenciar para vítimas a gravidade e consequências da violência sofrida, da necessidade de denúncia e acesso ao sistema protetivo, procurando educá-la acerca de comportamentos não violentos na intimidade. De certa forma, o objetivo central desses programas de prevenção é evitar que essas vítimas sigam no processo abusivo e que possam a vir no futuro ter outras sequelas e consequências de foro também coletivo. (Plano Nacional e Estaduais de Política para as mulheres, 2004, 2008 e 2013; Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2006).

5. QUANDO ELAS/ES REVELAM INTIMIDADE, AMORES E VIOLÊNCIAS

5.1. Trajetória metodológica, instrumentos e procedimentos empíricos.

Para investigar o fenômeno da violência entre jovens, com olhares mais acurados no que se refere à intimidade, o ambiente escolar/acadêmico foi escolhido como privilegiado para captação de dados. Vale ressaltar que a escola, reconhecida como importante *lócus* de convívio e formação de jovens é instituição de preparação/fomento para a convivência social e pacífica no exercício pleno da cidadania, pautada em direitos, deveres e respeito à liberdade pessoal do outro.

A escola pode ser um ambiente para refletir sobre a importância de institucionalizar estratégias, práticas e educação – formal, informal e não formal - sobre temáticas graves que afligem a dinâmica social e dimensões dos Direitos Humanos (Estevão, 2012 & 2013), destacando a violência entre jovens na intimidade, suas consequências e gravidade tanto para o desenvolvimento individual e coletivo das novas gerações como visibilidade do fenômeno que tem crescido demasiadamente nos últimos tempos.

Para que sejam estabelecidas estratégias de enfrentamento, a educação para e pelos Direitos Humanos (Lei de Diretrizes e Bases e Planos Nacionais e Estaduais, por exemplo) é sem dúvida um dos fatores primordiais para formação e desenvolvimento de gerações, pautadas em princípios e categorias pactuadas internacional e nacionalmente, com destaque ao princípio da dignidade humana através da

promoção de justiça, igualdade e paz. Educar para e pelos Direitos Humanos seria uma estratégia de compartilhar, influenciar e firmar pensamentos e ideologias de valores essenciais a qualquer indivíduo para as gerações presentes e futuras (Benevides, 2003, Cavalcanti, 2014). Compreender e enfrentar o fenômeno da violência entre jovens na intimidade através das lentes concedidas pelos Direitos Humanos é uma forma educativa de evidenciar aos jovens o grave fenômeno da violência nas relações de intimidade como categoria, revelando e alertando sobre a crítica situação de vulnerabilidade que se encontram os mesmos nas suas relações de intimidade uma vez que, em grande parte dos casos nem eles mesmo julgam estarem vivenciando e enquadrados em relações violentas.

No plano escolar, é necessário um foco no sentido de criar espaços de reflexões e/ou unidades de orientação escolar com suporte a vítima de violência que, muitas vezes não sabe a quem recorrer. A prevenção através da escola pode abraçar outras pessoas também (professoras/es, funcionárias/os, mães/pais), agindo de forma conjunta, educando e alertando sobre esse fator e as graves sequelas e consequências que podem acarretar à/ao jovem estar inserido em um relacionamento abusivo. Só através de uma atuação mais assertiva será possível estabelecer conhecimentos acerca do fator, lutando, enfrentando e alertando os jovens contra um fenômeno, considerado como uma questão de grave violação aos Direitos Humanos (BORGES, 2004; LEVESQUE, 2001).

Sem dúvida seria uma transformação decisiva de hábitos, valores, pensamentos e comportamentos necessários para romper com mentalidades, estereótipos e culturas enraizadas ao longo do tempo que insistem em permanecer e violar a todos os direitos inerentes aos seres humanos, sem qualquer distinção de gênero, faixa etária, etnia. Trabalhar na educação consolidada para e pelos Direitos Humanos de forma a combater às diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica, sexual), existentes é um meio de educar a população jovem e prevenir a eventos violentos. É necessário romper com pensamentos, construindo condições e educação que contribuam para identificar e reparar violações a direitos, promovendo educação sob a perspectiva dos Direitos Humanos, educando como desafio de promoção da justiça e igualdades (SILVA, 2010; CAVALCANTI & SILVA, 2014).

Um fator importante no enfrentamento da violência nas relações de intimidade entre jovens é a conexão do jovem com a escola. Não obstante, o papel da escola no enfrentamento a violência na intimidade é crucial, devendo ser um meio educativo para alertar a população juvenil acerca das diversas formas de violência nas suas relações íntimas. A juventude é considerada um período de transição, formação da personalidade e busca de sentidos (Castro, 2004; Cavalcanti, 2015) e, portanto, os indivíduos que estão inseridos nessa categoria são considerados mais vulneráveis e propensos a vivenciarem nas suas relações íntimas algum tipo de violência.

Torna-se indispensável compreender que a educação é uma modalidade de construção coletiva, contínua e permanente e a escola é um espaço favorecido para essa estruturação, tendo em vista ser um ambiente que se desenvolve pensamentos, hábitos, valores e conhecimentos (Castro, 2015; Monteiro). A família e a escola são redes fundamentais de articulação desse processo de formação da identidade, de proteção, de socialização da criança e do jovem. Nesse sentido, frisa-se o basilar papel da escola e professores como agenciadores do saber, aderindo uma educação renovadora e contemporânea trazendo aos alunos uma consciência e responsabilidade acerca dos fatos sociais.

O campo de estudo é um recorte espacial onde a pesquisadora tem contato com os sujeitos pesquisados, tendo assim como resultado uma descoberta construída mediante premissas trazidas pelo investigador(a), tais como: pressupostos teóricos, entrevistas, observações etc. (Minayo, 2013). Destarte, Deslauriers & Kerisit (2010) afirmam ser o campo de estudo um espaço de múltiplas possibilidades, próprias do processo de construção do objeto de pesquisa. Em aproximações com uma metodologia qualitativa não se vai só a campo para encontrar respostas para seus questionamentos, mas também investir em registros e descobertas surpreendentes sobre o objeto de estudo.

No sentido de aprofundar a temática da violência nas relações de intimidade de jovens, o presente projeto buscou articular as abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa, com vistas a melhor compreensão e aprofundamento sobre o fenômeno.

Municípios e Escolas

A dissertação de mestrado foi desenvolvida tomando como terreno duas instituições escolares formais da rede pública de ensino, de porte médio (entre 750 e 1000 estudantes), integradas ao ensino médio e faixa etária entre 14 e 24 anos, nos municípios de Salvador e Feira de Santana⁴. A primeira, capital do Estado, é importante município da região nordeste, com população estimada em três milhões de habitantes, destacando-se como polo nacional de turismo. Feira de Santana é a segunda maior cidade do Estado da Bahia, polo industrial, distando apenas 100 km da capital, com população estimada em 600 mil habitantes. Encontra-se encravado em trevo rodoviário de intercomunicação das regiões norte, nordeste e sudeste do país. Dados assinalam alto índice de violência e com alto fluxo migratório das populações de municípios mais pobres desta região (IBGE 2010).

⁴ As unidades escolares participantes no estudo empírico são: em Salvador, Colégio Estadual Clériston Andrade, com um total de 900 alunos e, em Feira de Santana, Colégio Estadual General Sampaio, com um total de 950 alunos.

Estratégias metodológicas qualitativa e quantitativa

A pesquisa utilizou questões de um mesmo instrumento (PAJ), para operacionalizar as abordagens quantitativa (aplicação de questionário, com questões objetivas) e qualitativa (realização de entrevistas com questões subjetivas) entre jovens, de ambos os gêneros, na faixa entre 16 a 24 anos, matriculados nas escolas públicas selecionadas para o estudo, nos dois municípios (Anexo 1).

A abordagem qualitativa tem como “premissa epistêmica de que o conhecimento é produzido em uma interação dinâmica entre sujeito e objeto e há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e (inter) subjetivo dos sujeitos” (Minayo; Suely, 2003, p.6). A partir de multireferencialidade teórica, de procedimentos e uso de instrumentos diferenciados, coaduna-se com essa escolha, a permissão de revelar expressões e interações entre indivíduos e a diversidade e expressões, especialmente na população jovem, que utiliza diversas linguagens e expressões comunicativas. Apoiada, portanto, na Fenomenologia e estudos feministas e tomando como recorte o Tempo Presente, instituições e sujeitos integrados pelo campo da educação, com destaque às relações entre juventudes, sexualidades e violências. Por este motivo e abordagem, o uso de instrumentos quali-quantitativos foram integrados ao caminho metodológico e procedimental elegido para desenvolvimento dessa investigação, em modalidade de mestrado.

A etapa quantitativa baseia-se na mensuração, envolvendo dados numéricos e estatísticos específicos, trazendo à pesquisa e à análise advinda do campo uma noção imediata do fenômeno, mediante índices e estatísticas. Desta forma, o sentido dessas ações ganha visibilidade nesse modelo de construção metodológica, buscando o significado da ação social segundo a ótica de sujeitos pesquisados (DESLAURIERS, KERISIT, 2010).

Como instrumentalização, foi selecionada uma amostragem de conveniência (n=45) (cerca de 3% a 5% do total de estudantes matriculados na faixa de 16 a 24 anos, de cada escola selecionada), de jovens, de ambos os sexos, na faixa etária de 16 a 24 anos, os quais foram sorteados/as aleatoriamente, segundo as séries do ensino médio⁵. Com base nos objetivos do estudo – apresentados na Introdução - e utilizando o instrumento PAJ, os/as estudantes destacados foram informados/as de riscos e benefícios de integrar a pesquisa e assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice 1). Responderam sobre aspectos sociodemográficos e questões relacionadas aos eventos violentos na intimidade, vivenciados nos últimos doze meses.

Os critérios de inclusão foram: estar presente na sala no momento da pesquisa; jovens de

⁵ No contexto brasileiro, o ensino médio está composto em quatro séries – 1º ao 3º ano (Lei nº 9394, de 31 de dezembro de 1996).

ambos os sexos entre 16 a 24 anos, matriculados nas escolas de Salvador e Feira de Santana; aceitar participar do estudo, voluntariamente, conforme assinados os termos de consentimento (Apêndice 1). Já considerando fatores e critérios de exclusão, os itens que foram ressaltados no projeto inicial são: não estar na sala de aula no momento da coleta; sair da sala e não aceitar participar, livremente; não estar na faixa etária estabelecida.

Os dados sociodemográficos e sobre manifestações de violência na intimidade foram analisados com o *software* IBM® SPSS® Statistic versão 22, com a produção de frequências simples e porcentagens, apresentados em formato de tabelas, que seguirão no item adiante como forma de descrever e analisar indicadores coletados.

Para a etapa da abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com onze (n=11) jovens, entre aqueles que participaram da fase quantitativa (n=45), tendo como base questões subjetivas, do mesmo instrumento (PAJ), relacionadas aos eventos violentos nas relações de intimidade e interações com amigos(as):

- a) Como foi a situação?;
- b) Fale sobre a outra pessoa envolvida;
- c) Fale sobre o que vocês fizeram; e,
- d) Quais os seus sentimentos no exato momento em que aconteceu?

A opção de utilizar entrevistas como instrumento tem como finalidade facilitar diversidades de expressões, especialmente com o público jovem, que utilizam das mais variadas formas de comunicação e linguagens específicas à faixa etária (MINAYO, 2007).

A abordagem qualitativa foi realizada através da técnica de Análise Temática de Conteúdo (ATC) (Minayo, 2007), como forma de organização e análise de dados, considerando que o foco do estudo foi qualificar as vivências de sujeitos jovens e percepções sobre eventos e fenômenos vinculados às relações abusivas na intimidade. Esta técnica metodológica é realizada em etapas, sendo a primeira a constituição de “*corpus documentae*”, com base na temática delineada previamente e respectivos pressupostos (teóricos, revisão de literatura e pré-teste).

A segunda etapa consiste na exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados. Nesta etapa, identificamos as categorias (palavras e termos-chave), reveladas pela expressividade e repetição (narrativas de sujeitos entrevistados) e possíveis subcategorias. Em última instância, segue-se para o procedimento de análise e interpretação do conteúdo, com base nos achados identificados e extraídos na etapa anterior, categorias e subcategorias e discussão dos achados. Ademais, se relacionam

em conjunto a base na literatura produzida sobre a temática (CALIXTO, PINHEIRO, 2014; MINAYO, 2007).

Justifica-se ainda a escolha da técnica de “Análise de Conteúdo” (AC) como potencialidade de permitir também o aprofundamento de dados quantitativos, visto que a pesquisa qualitativa é capaz de incorporar significado e intencionalidade, como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais (BARDIN, 1997).

Instrumento e Operacionalização de coleta de dados

Foi utilizado o questionário PAJ (*Parcour amoureux des jeunes* – PAJ / Percurso amoroso de jovens)⁶ que é um instrumento original do Canadá. No Brasil, através do NNEPA-UEFS, foi submetido aos processos de adaptação transcultural e validação (CAAE: 46267215.6.0000.0053) com análise das propriedades psicométricas, para ser aplicado e replicado no contexto nacional. Atualmente, o PAJ, versão nacional, encontra-se validado e adaptado para ser utilizado no contexto brasileiro (NASCIMENTO, 2014; CAMPOS, 2015).

Para a abordagem quantitativa, a aplicação do questionário foi precedida de explicações direcionadas aos alunos (as) sobre os objetivos e a finalidade da pesquisa, momento que foi solicitada a colaboração desses e assegurado o livre arbítrio e o anonimato. As/os estudantes que aceitaram participar assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, contando com a participação mediante o livre-arbítrio. Foi informado que os questionários não deveriam ser identificados, sendo garantido total sigilo e confidencialidade. As/os professores não permaneceram no ambiente durante a aplicação de questionários, assegurando a liberdade de expressão quanto ao preenchimento do instrumento. As salas foram organizadas de tal forma equidistância entre cadeiras, mantendo-se privacidade. Ao término, os questionários não identificados foram depositados pelos/as jovens em uma urna lacrada, disponibilizada para esta finalidade.

Para a coleta de dados da abordagem qualitativa, foram selecionados jovens que participaram da etapa quantitativa. Após a aceitação e assinatura do termo, a equipe realizou uma dinâmica de entrosamento, com propósito de aproximação entre jovens e equipe, considerando a importância dessa estratégia, para a realização das entrevistas, anuência e voluntariedade. Essas medidas permitem que as ações ganhem visibilidade nesse modelo de construção metodológica, buscando o significado da ação

⁶ A coleta de dados desse projeto, com abordagens qualitativa e quantitativa, em ambos os municípios foi coordenada pela pesquisadora (bolsista Fapesb – Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia, junto com equipe de mestrandos e doutorandos do NNEPA/UEFS, pesquisadores de subprojetos integrantes do Projeto Original, mais amplo, os quais receberam treinamento para esta finalidade e de estudante de Iniciação Científica da UCSAL/NEDH (bolsista CNPq).

social e valorizando a ótica de sujeitos. A opção de trazer entrevistas como instrumento constitui um contexto facilitador de diversidades de expressões, especialmente com o público jovem, que utilizam das mais variadas formas de comunicação.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob Protocolo CAAE: 46267215.6.0000.0053, conforme regulamentação da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (conforme documento em Anexo 2).

5.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO: das experiências vividas aos achados

ABORDAGEM QUANTITATIVA

Perfil sociodemográficos dos jovens

O perfil sociodemográfico dos jovens das duas escolas públicas que participaram da enquete PAJ mostrou característica semelhante entre Salvador (S) e Feira de Santana (FS), estando à maioria na faixa de 16 a 19 anos; meninas; mestiças e negras. Entretanto, diferiram quanto aos perfis de escolaridade e coabitação: em Salvador, 92% cursava o ensino médio, enquanto em FS, apenas 55% com esse mesmo nível de escolaridade; em Salvador, 40% coabitavam com a mãe e 36% com ambos os pais; em Feira de Santana, 60% coabitavam com ambos os pais.

Tabela 01: Perfil dos adolescentes e adultos jovens (16 a 24 anos) que participaram da pesquisa “Percurso Amoroso dos Jovens-PAJ” em Escolas públicas de Feira de Santana e Salvador (2018).

Características de adolescentes e adultos jovens	FEIRA DE SANTANA		SALVADOR	
	Total		Total	
	N	%	N	%
FAIXA ETÁRIA				
16 a 19 anos	12	60,0	20	80,0
20 a 24 anos	8	40,0	4	16,0
Ignorado	-	-	1	4,0
TOTAL	20	100,0	25	100,0
SEXO				
Masculino	9	45,0	8	32,0
Feminino	11	55,0	14	56,0

Ignorado	-	-	3	12,0
TOTAL	20	100,0	25	100,0
RAÇA/COR				
Branca	3	15,0	3	12,0
Mestiça/ Parda/Morena ⁷	12	60,0	11	44,0
Negra	5	25,0	9	36,0
Ignorado	-	-	2	8,0
TOTAL	20	100,0	25	100,0
ESCOLARIDADE				
Fundamental I (1ª a 5ª série)	-	-	-	-
Fundamental II (6ª a 9ª série)	3	15,0	2	8,0
Ensino Médio	11	55,0	23	92,0
Educação para Jovens e Adultos (EJA)	5	25,0	-	-
Ignorado	1	5,0	-	-
TOTAL	20	100,0	25	100,0
COM QUEM MORA (N=20)				
Pais	12	60,0	9	36,0
Pais separadamente	1	5,0	1	4,0
Mãe	4	20,0	10	40,0
Pai	1	5,0	2	8,0
Namorado(a)	1	5,0	2	8,0
Outro ¹	1	5,0	1	4,0
TOTAL	20	100,0	25	100,0

¹Outro: Sozinho (n=1); prima (n=1) e avós (n=1).

Fonte: elaboração da pesquisadora, outubro de 2018.

⁷ Mestiça é uma nomenclatura encontrada na análise das entrevistas sendo utilizada pelos próprios entrevistados (as) para se auto declararem quanto a sua raça/etnia.

Violência na intimidade, segundo o gênero (questões objetivas do PAJ)

O relato sobre ocorrências violentas na intimidade, nos últimos 12 meses, segundo o sexo, mostrou que, em ambos os municípios, a violência psicológica (VP) foi a manifestação mais citada. Entretanto, as proporções divergiram entre sexos: em Feira de Santana (FS), os jovens relataram com maior frequência (7-63,6%), enquanto em Salvador (SSA) foi mais apontada pelas jovens (11-57,9%). A violência física (VF) foi citada por apenas dois (2) jovens de cada município. Em Feira de Santana foi explicitada, por ambos os sexos e, em Salvador, apenas pelo de sexo masculino.

A violência sexual (VS) foi apontada por duas (2) jovens de Feira de Santana, sendo um (1) caso com penetração não consentida; em Salvador, nove (9) jovens citaram, sendo sete (7) casos de VSsp, três (3) meninos e quatro (4) meninas; os dois casos de VScp foram relatados por ambos os sexos.

Tabela 02 - Ocorrências violentas entre adolescentes e adultos jovens (15 a 24 anos) e manifestações da violência, nos últimos 12 meses. Escola pública de Feira de Santana (20) e Salvador (20), (2018).

TIPO DE VIOLÊNCIA**	FEIRA DE SANTANA*				SALVADOR*					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Ignorado*	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Violência Psicológica\VP ¹	7	63,6	4	36,4	6	31,6	11	57,9	2	10,5
Violência Física\VF ²	1	50,0	1	50,0	2	100,0	-	-	-	-
Violência Sexual\VSsp ³	-	-	1	6,8	3	37,5	4	50,0	1	12,5
Violência Sexual\VScp ⁴	-	-	1	6,8	1	50,0	1	50,0	-	-

¹ VP (Provocou raiva; ameaçou fazer mal; machucou; zombou; seguiu/monitorou).

² VF (Esmurrou; deu pontapé; estapeou; puxou cabelos; ameaçou bater; atirou objetos; empurrou, sacudiu ou sufocou).

³ VSsp (Abraçou, acariciou, apalpou sem consentimento; tentou manter relação sexual sem consentimento: utilizou argumentos ou pressão, usou força física, bebida ou droga).

⁴ VScp (utilizou argumentos ou pressão, usou força física, bebida ou droga).

* Perda de dados nos cruzamentos.

** Questões não são mutuamente excludentes.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, setembro de 2018.

Violência na intimidade, segundo faixas etárias (questões objetivas do PAJ)

A exemplo dos resultados supracitados, os achados de acordo com faixas etárias mostraram perfis de relatos divergentes, embora com maior frequência de manifestações da VP, em ambos municípios. Em FS, as proporções de relatos de VP foram mais equitativas entre adolescentes e adultos jovens (5-45,4% e 6-54,6%), enquanto em S, adolescentes foram a maioria (16-84,2%). Nesses municípios, a VF foi relatada por quatro (4) jovens, sendo dois (2) em cada um dos municípios. A VS foi mais frequentemente apontada por jovens de S, sendo oito (8) casos de VSsp, seis (6) entre adolescentes; os dois (2) casos da VScp foram apontados por ambas faixas etárias; em FS, a VScp foi citada apenas por um (1) adolescente.

Tabela 03 - Ocorrências violentas entre adolescentes e adultos jovens (16 a 24 anos), segundo faixa etária e manifestação da violência, nos últimos 12 meses. Escola Pública de Feira de Santana (20) e Salvador (20), (2018).

TIPO DE VIOLÊNCIA	FEIRA DE SANTANA*				SALVADOR*			
	15 - 19		20 - 24		15 - 19		20 - 24	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Violência Psicológica\VP ¹	5	45,4	6	54,6	16	84,2	3	15,8
Violência Física\VF ²	2	100,0	-	-	1	50,0	1	50,0
Violência Sexual\VSsp ³	1	100,0	-	-	6	75,0	2	25,0
Violência Sexual\VScp ⁴	1	100,0	-	-	1	50,0	1	50,0

¹ VP (Provocou raiva; ameaçou fazer mal; machucou; zombou; seguiu/monitorou).

² VF (Esmurrou; deu pontapé; estapeou; puxou os cabelos; ameaçou bater; atirou objetos; empurrou, sacudiu ou sufocou).

³ VSsp (Abraçou, acariciou, apalpou sem consentimento; tentou manter relação sexual sem consentimento: utilizou argumentos ou pressão, usou força física, bebida ou droga).

⁴ VScp (utilizou argumentos ou pressão, usou força física, bebida ou droga).

* Perda de dados nos cruzamentos.

** Questões não são mutuamente excludentes.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, setembro de 2018.

ABORDAGEM QUALITATIVA

Violência na intimidade (Entrevistas, com base nas questões subjetivas do PAJ)

Ao total da pesquisa, foram realizadas onze (11) entrevistas com questões abertas no Município de Salvador e Feira de Santana com jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, matriculados no ensino médio de escolas públicas. As entrevistas foram realizadas com base nas questões subjetivas do PAJ, sendo três (3) questões norteadoras: 1) Fale em poucas palavras sobre a experiência mais difícil que você já teve em suas relações de intimidade: como foi a situação? 2) Fale sobre a outra pessoa envolvida; 3) Fale sobre o que aconteceu, como foi a situação e como você reagiu? (Violação, reação, vitimização e agressão).

Definição das Unidades de Sentido (US)

As Unidades de Sentido (US) foram estabelecidas a partir dos discursos de jovens entrevistadas/os, a saber: A) Sentimentos geradores do conflito/estado emocional; B) Monitoramento e poder; C) Embates/ divergência; D) Diversas modalidades de Violência (agressão).

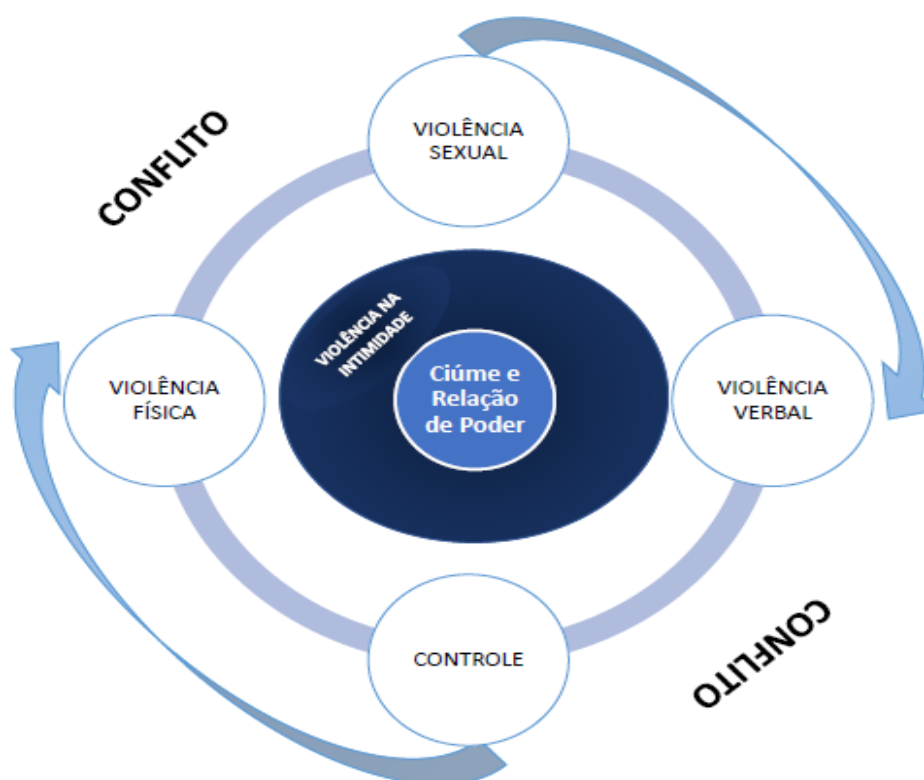
Durante as entrevistas, a partir das questões pautadas e dos depoimentos de participantes, foram estabelecidas as Unidades de Sentido sobre o tema, o qual integrava o conteúdo verbalizado/referenciado. Os temas, por sua vez, fazem referência às US e Núcleos de Sentidos demonstrados por jovens que participaram da pesquisa. Inicialmente, vale salientar que, do ponto de vista geral, para ambos os sexos, a faixa etária que compreende a juventude (16 a 24 anos) encontra-se em pleno processo de desenvolvimento psicossocial, onde estabelecer vínculos amorosos e amigáveis constitui prioridade, para o processo de integração social, em direção à maturidade pessoal, profissional e relacional.

Na presente pesquisa, os achados das abordagens quantitativa (questões objetivas – apresentadas em tabelas) e qualitativa (questões objetivas – as entrevistas) mostraram que as/os jovens que participaram do processo encontram-se em escala de elevada vulnerabilidade e risco, no que se refere aos atos violentos nas relações de intimidade, manifestados pelas múltiplas formas de violência (psicológica, física, sexual). No entanto, constatou-se a bidirecionalidade, o que se refere às violências verbal e controle, na condição de vítima ou perpetrador/a. Contudo, no que se refere à violência física e sexual verificou-se assimetria do sexo masculino sobre o feminino.

Com base no contexto sociocultural dos dois municípios, os resultados se distinguiram, havendo um dissenso e predominância de relatos das violências física e sexual, no Município de Salvador. A análise das entrevistas mostrou que a faixa etária entre 16 e 19 anos apresentou-se mais vulnerável, para as diversas modalidades de violência (física, sexual e psicológica - controle e violência verbal), tanto na posição de vítima, como agressor (birecionalidade – através de ação e reação), muito embora a faixa adulto jovem (20 a 24 anos) tenha também explicitado diferentes formas de vitimização e perpetração.

Em seguida à fase de definição das Unidades de Sentido, foi iniciado o processo de categorização e análise dos dados das entrevistas, sendo detectadas quatro (4) Categorias, quais sejam: Ciúme e Relações de Poder (Categoria 1); Controle (Categoria 2); Violência na Intimidade (Categoria 3), formada por três (3) Subcategorias: Violência Verbal (Subcategoria A); Violência Física (Subcategoria B); Violência Sexual (Subcategoria C); e Conflito (Categoria 4). Vale salientar que a categoria “Conflito” perpassa por todas as outras categorias supracitadas, conforme fluxograma

FLUXO 1 – CATEGORIAS



CATEGORIAS

A **Categoria 1**, formada de **dois fatores “Ciúme e Relações de Poder”**, os quais serão analisados de maneira apartada, tendo em vista melhor compreensão, estudo e especificação dos resultados dessa pesquisa.

No que se refere ao **fator “Ciúme” (Categoria 1)**, verificou-se a bidirecionalidade, considerando ter sido manifestada por ambos os gêneros. Nesse quesito, a categoria apareceu como fator precipitante e gerador para as diversas modalidades de violência, conforme explicitado nas falas: *“como já disse, a nossa relação terminou por conta de ciúmes. Eu era bastante ciumento e ela também, principalmente com as amigadas”* (JM, 17 anos); *“bem, ele sentia ciúmes de mim, desconfiava de mim, ai brigamos, quer dizer, é que também bato nele”* (JM, 17 anos). (grifos meus)

Importante ressaltar que as/os jovens tinham o entendimento que o ciúme é um fator prejudicial ao relacionamento, uma vez que pode ser gerador e desencadeador de diversas manifestações de violência e formas de controle. Contudo, apesar dessa compreensão, consideravam o ciúme como atitude normal e como parte de um relacionamento íntimo. Ainda em seus depoimentos, as/os jovens associaram o ciúme como demonstração de amor/afetividade (gostar do outro) (a) ou como meio de provar/manifestar bons sentimentos, conforme narrativa: *“o ciúme estraga a relação, pode provocar briga e, às vezes, até violência; mas, uma relação sem ciúme à pessoa não gosta da outra. Quem não gosta não sente ciúme”* (JM, 16 anos). (grifos meus).

Em nível nacional, estudo realizado com jovens de ensino médio por Nascimento (2011), o ciúme é considerado a principal causa de brigas nas relações íntimas entre jovens, sendo a possessividade (desejo de ter o parceiro(a) só para si e a dificuldade de partilhar o parceiro(a) com outras atividades e pessoas), um dos principais motivos de manifestação desse sentimento. Na presente pesquisa, as/os jovens consideraram o ciúme como etapa “normal” do relacionamento, ratificando achados desse e de outros estudos (Gomes, 2005; Machado, 2003). A crença de que o ciúme é demonstração de afeto foi bidirecional, onde afirmaram que, sem ciúme na relação íntima, não existe sentimento.

Pesquisa internacional realizada por Mendes & Hernández (2001) verificou que o fator ciúme está diretamente associado ao desejo de controlar, bem como à insegurança na relação e dependência emocional. Machado e Caridade (2006) entendem que o ciúme de forma complexa desempenha para

muitos jovens papel de demonstração de amor, porém, está por diversas vezes, associado à manifestações violentas, podendo ser entendido como uma maneira de intimidação, para meninas e como uma resposta à “provocações” femininas, para os meninos.

Seguindo na análise da categoria ciúme, constatou-se nessa pesquisa que este é um dos fatores geradores e antecedentes das diversas formas de controle e agressão física cometida por ambos os sexos. Contudo, verifica-se que, tendo o ciúme como fator impulsionador, meninas tendem a controlar com maior frequência (através de redes sociais e aparelhos celulares) e, meninos, a agredir (mediante violência física).

Os dados da presente pesquisa concordam com achados de pesquisa multicêntrica sobre violência perpetrada por ciúme, com recorte de gênero, realizado pelo Departamento de Estudos da Violência e Saúde da Fiocruz em dez (10) capitais brasileiras (2016), onde a infidelidade e o ciúme foram os principais fatores precipitantes e motivadores das diversas modalidades de violência. Da mesma forma ratificam pesquisas anteriores, que afirmaram ser o ciúme fator propulsor de diversos conflitos nas relações de intimidade de jovens (FUERTES, 2010; MOLIDOR & TOLMAN, 1998).

Ainda na análise da **Categoria 1**, o segundo fator “**Relações de Poder**”, constatou-se disputa entre os parceiros, na relação de intimidade:

“bom, eu visto a roupa que eu quero, na hora que eu quero, ele não me dá roupa, então não tem o direito de interferir e mesmo que desse, apesar dele sempre querer ter o poder sobre o que faço e visto.” (JF, 18 anos)

“é que eu tinha muito ciúmes dela mas, ela também tinha de mim e a gente ficava nessa disputa de querer controlar a vida do outro” (JM, 17 anos).

Foi verificado também manifestação de ciúme associada às relações de poder:

“eu sou homem e sei quando o homem tem alguma maldade com a mulher então eu disse para ela: tem muitos amigos seus que são maldosos, já alguns amigos meus eu não ligava, mas alguns amigos dela que eu via abraçando e beijando já via ali a maldade e não queria...” (JM, 18 anos)

Analisando os discursos dos jovens supracitados, observa-se a existência da bidirecionalidade, na disputa pelo poder, através da vigilância e controle sobre a parceira e, ao mesmo tempo, questões de permissividade e igualdade de direitos, na relação íntima (“se eu posso, ela (e) também pode”), explicitando limites igualitários, para ambos os sexos. No segundo relato, verifica-se, através do depoimento, uma possível delimitação de espaço e controle, mediante uma demarcação permissiva

(escolha da amizade que a parceira deve ter). Importante ressaltar que, nos resultados dessa pesquisa, as relações de poder tinham como fator precipitante o ciúme e as diversas formas de monitoramento e controle.

A análise das “Relações de Poder” (Categoria 1) mostrou que, em alguns aspectos da disputa pelo poder, na relação, esse fator ocorre de forma bidirecional, em ambos os sexos, associado à diversas manifestações de ciúme e competitividade pelo poder – quem tem mais direitos. Contudo, verifica-se uma assimetria do masculino sobre o feminino, no que se refere a comportamentos padronizados (características de comportamento feminino e características de comportamento masculino) nas relações, perpassando pelas formas de dominação associadas ao controle e machismo: “*eu sou homem e sei quando um homem está com maldade...*”, conforme fala supracitada (JM, 18 anos).

As relações de poder entre os sexos perpassam por formas de dominação masculina, ou seja, desigualdade do masculino sobre o feminino. Bourdieu (2011) aponta que a dominação masculina se refere a uma lógica social androcêntrica (Saffioti, 2004) que se perpetua nas coisas e em “*corpus*”, por meio de ações do cotidiano e, de maneira sutil, através dessas ações se fixa em comportamentos, dominação do masculino sobre o feminino. Ou seja, perpassa por delimitações sexistas trazidas pelo contexto sociocultural, estabelecendo padrões de comportamentos feminino e masculino.

A hipótese trazida por Matos (2006), afirma serem as relações de poder, a própria dominação masculina que, como consequência, propicia a violência (em suas variadas manifestações), fruto das relações assimétricas de gênero, o que este denomina de violência simbólica. A relação de poder é uma expressão de violência de gênero se caracterizando por atos de abuso de poder de uma pessoa contra a outra, perpassando por relações assimétricas e desiguais, manifestadas através de normas de gênero, estabelecendo modelos de masculino e feminino (BUTLER, 2010).

Na Categoria 1, que apresenta dois fatores “Ciúme e Relações de Poder” foram constatadas as seguintes Unidades de Sentido (US), quais sejam: “Fatores geradores de sentimentos e suas consequências”; “Pressão/ Cobrança”; “Sentimentos manifestados”; “dominação e limites”.

QUADRO I - UNIDADE DE SENTIDO: SENTIMENTOS GERADORES E PODER	
TEMAS	VERBALIZAÇÕES\FALAS DOS JOVENS
Fatores geradores de sentimentos e suas consequências	<p><i>“como já disse a nossa relação terminou por conta de ciúmes, eu era bastante ciumento e ela também no que se refere às amizades”.</i></p> <p><i>“bem, ele sentia ciúmes de mim, desconfiava de mim.”</i></p> <p><i>“quando ela dizia que eu estava com outra sendo que eu estava no caminho para a casa dela em um engarrafamento, ela me xingava com ciúmes e quando chegava ela partia para cima de mim” (JM, 17 anos)</i></p>
Pressão/ Cobrança	<p><i>“eu me sentia muito cobrado, muita pressão. Ela dizia assim: vem tal hora... aí eu tinha que sair da suburbana para chegar a casa dela na hora certa, ela morava no Rio Vermelho. Às vezes, eu pegava engarrafamento. aí ela começava a falar que estava com outra” (JM, 18 anos)</i></p>
Sentimentos manifestados	<p><i>“com tudo isso eu ficava triste, me sentindo humilhada com o que ele fazia..”</i></p> <p><i>“eu cheguei a ficar muito chateado com isso porque eu ouvia várias piadinhas sempre sobre a forma dela se comportar com os amigos”</i></p> <p><i>“eu fiquei muito triste, se eu soubesse que ele me controlaria assim”</i></p>
Dominação e limites	<p><i>“eu sou homem e sei quando o homem tem alguma maldade com a mulher então eu disse para ela: tem muitos amigos seus que são maldosos, já alguns amigos meus eu não ligava, mas alguns amigos dela que eu via abraçando e beijando já via ali a maldade...”.</i></p> <p><i>“bom, eu visto a roupa que eu quero, na hora que eu quero, ele não me dá roupa, então não tem o direito de interferir e mesmo que desse, apesar dele sempre querer ter o poder sobre o que faço e visto.”</i></p>

Fonte: Elaboração da pesquisadora, setembro de 2018.

Dando seguimento nas análises, a **Categoria 2**, denominada **“Controle”**, esteve presente em grande parte das entrevistas de jovens. Foi constatado como um fator muito presente nos relacionamentos íntimos, onde as narrativas explicitaram grande invasão/perda da privacidade e liberdade, controle de redes de amigos e saídas. Essa forma de violência também apresentou uma bidirecionalidade, praticada por ambos os sexos, categoria presente em muitos depoimentos:

“Traição assim, não. Eu nunca percebi, mas, eu sou desconfiado, penso toda hora e pergunto toda hora: Tá me traindo, é? Se tiver, fale! Fico olhando a blusa e mochila para ver se tem alguma coisa, mas não é que eu seja obsessivo ou autoritário” (JM, 17 anos)

“Bem, eu sou ciumenta e ele também então, eu queria sair para a balada e ele não deixava de jeito nenhum. Me sentia presa” (JF, 17 anos)

“Ela queria que eu me afastasse dos meus amigos e isso é um problema, aí começava a me controlar” (JM, 19 anos).

Analisando os discursos supracitados, constatou-se alta vigilância e monitoramento bidirecional (ambos os sexos) entre as/os parceiras/os, onde as/os jovens relataram estabelecer delimitações a serem seguidas na relação íntima, de acordo com as percepções de “certo ou errado” de cada um deles(as). Pode-se denominar de “manual de conduta”, onde são fixadas regras, proibições e permissões direcionadas sem alteridade (a serem seguidas sempre por outrem, seja rede de amigos/as, instâncias de controle e supervisões na mobilidade).

Conforme os resultados, as/os jovens em seus depoimentos explicitaram, em sua maioria, considerar o controle como atitude “normal” de uma relação de intimidade e, por isso, relatavam permissividade, vigilância e atenção quanto às atitudes controladoras de suas/eus parceiras/os, por considerarem componente relacional. Esses resultados ratificam estudo internacional de Fering, Deblinger, Hawort (2002), onde foi observado aceitação da violência por jovens, principalmente, no que se refere às diversas manifestações e formas de controle.

O “Controle” como categoria de análise foi assinalado com alta frequência, especialmente, direcionado através e a partir de intermediação de meios digitais e tecnológicos, tais como mídias e redes sociais, o que constata a importante influência de aparatos externos no relacionamento interpessoal de jovens e como um fator precipitante de conflitos e manifestações de atos violentos, nas suas relações íntimas ou amizades, conforme verifica-se nas passagens a seguir:

*“Quando eu **pego o celular dele** lá e acho alguma coisa suspeita. Eu me estresso. Eu brigo com ele, empurro, bato; mas, ele fica só tirando onda” (JF, 17 anos). (grifos meus)*

*“Sabe quando você tem amizades e ai ele fica **possessivo e prende meu celular**”; “bem, eu não podia **nem falar com nenhum amigo** que ele me xingava, começava a **vasculhar meu celular e facebook**” (JF, 16 anos). (grifos meus)*

Em âmbito internacional, um estudo realizado em Portugal pela UMAR, em 2015, constatou que, no que se refere ao controle, considerado como uma forma de violência psicológica mostrou proporções de 8,7% (F) e 7,6% (M) entre os sexos. Tal incidência encontra-se em similaridade com os achados dessa pesquisa demonstrando bidirecionalidade na perpetração dessa violência por ambos os sexos.

Constata-se através da análise do conteúdo de jovens – com destaque para o contexto internacional e regional - das pesquisas trazidas aqui que, mediante comportamentos dominadores e de controle, parceiras/os passam a monitorar chamadas telefônicas, mensagens de texto, redes sociais, rede de amizades. Através da internet e aparelhos celulares existem ferramentas que permitem controle de parceiras/os, modalidade contemporânea de controle utilizada por jovens, para vigiar e controlar as atividades da/o parceira/o.

Strauss e Sweet (1992) em seus estudos sobre violência entre parceiros íntimos definem as diversas modalidades de controle, nos relacionamentos íntimos de jovens, classificando-os como formas de abuso/violência psicológica. Apesar de não ter sido foco primário e imediato dos resultados dessa pesquisa, vale salientar outros meios de manifestação da violência, tendo como suporte redes sociais ou meios midiáticos, mediante exposição e compartilhamento de imagens denominadas “nudes” (Cavalcanti & Menezes, 2017). Outra contribuição relativa ao ambiente virtual/digital é assinalada por Thompson (2005, p. 72), quando afirma que “o desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de interação, novos tipos de visibilidade e novas redes de divulgação”.

Compondo análise interpretativa com base na literatura especializada e no pesquisa de campo realizada para a realidade regional, deduz-se que, na categoria “Controle”, um dos elementos centrais e que pode ser explicitado como fundante de relacionamentos é o monitoramento constante entre as/os jovens pares, na intimidade, utilizando diferentes e variadas estratégias de coerção: através de redes sociais, buscando conhecer pessoas com quem a/o parceira/o se comunica, como uma forma de delimitar a comunicação, estabelecendo regras e o limite do relacionamento.

As falas supracitadas mostraram ainda o monitoramento de mobilidade (exemplificadas quanto às saídas, às vestimentas e à rede de amizades de parceiras/os). A evidente necessidade de controle de parceira/o representa uma maneira de estabelecer imposições sobre comportamentos, condutas e atitudes que devem ser acatadas e seguidas. Tal assertiva pode ser verificado na expressão seguinte: *“Eu não podia nem falar com uma amiga que ela já ficava no controle, me xingava e falava um monte de baboseira”* (JM, 19 anos).

Constatou-se uma assimetria do masculino sob o feminino, no que se refere ao controle e monitoramento de vestimentas, conforme foi explicitado: *“Ele não gostava que eu usasse roupa curta, não deixava sair com roupa curta, ficava controlando”* (JF, 18 anos). Esses achados apresentam similaridade com estudo internacional (2015) em contexto português, onde foi observado que meninas são as principais vítimas de controle; onde a violência psicológica baseada no controle é a modalidade

mais frequente de violência entre jovens, nas suas relações de intimidade (PAIVA & FIGUEREDO, 2004; OLIVEIRA & SANI, 2005).

Estudo realizado pela UMAR (2015) indicou que, referente à categoria controle, foi identificada maior tolerância e aceitação desta modalidade de violência pelo masculino em relação ao feminino, caracterizando a permanência de violência de gênero com prevalência de dominação masculina (Moura, 2012). Contudo, traçando um comparativo com os resultados integrados na dissertação ocorre exatamente o oposto: identificou-se concomitantemente maior tolerância das diversas formas de controle proferidas pelo sexo feminino.

Importante enfatizar, com base nos achados das entrevistas, que as/os jovens, em diferentes circunstâncias, não tinham expressa consciência (expressão de fala) de estarem inseridas/os em relações íntimas abusivas, confundiam atitudes violentas com “*demonstrações de amor ou por fazer parte do relacionamento*”. O “ciúme e o controle” foram anunciados como fatores precipitantes da agressão e como forma de justificar a violência perpetrada (murros, empurrões, tapas, chutes). Foi constatado comprometimento emocional de algumas/ns jovens que relataram contexto doméstico-familiar violento - violência interparental), bem como dependência emocional de parceira/o íntima/o, demonstrado pela noção de suporte financeiro e promessas de mudanças de conduta e de comportamento. Isso pode ser exemplificado na seguinte narrativa frequente: “*não vou mais te bater, foi a última vez*”. Esse relato foi citado como “justificativa” por algumas jovens entrevistadas, para afirmar o motivo de continuar com o parceiro, mesmo sofrendo agressão.

A Categoria “Controle” foi identificada através de diferentes Unidades de Sentido (US), conforme apresentado: “Supervisão através de rede social”; “Vigilância da rede de amizades”; “monitoramento de saídas e vestimentas”.

QUADRO II - UNIDADE DE SENTIDO: MONITORAMENTO E PODER	
TEMAS	VERBALIZAÇÕES
Supervisão – Monitoramento através de redes sociais e aparelhos	<p><i>“ele me agrediu porque eu não queria mostrar meu celular para ele”.</i></p> <p><i>“eu olhava o celular dele de vez em quando. Quando eu via algo suspeito, eu me estressava”.</i></p> <p><i>“ele é bastante ciumento. Ele vigia o celular da minha amiga 24 ou 48h para saber o que ela está fazendo e com quem está conversando”.</i></p> <p><i>“ele não deixa eu controlar o celular dele, mas se ele deixasse e eu pudesse, eu controlaria. Isso me deixa bastante irritada”.</i></p>
Vigilância da rede de amizades	<p><i>“a gente batia muito de frente porque ela não queria que eu andasse com determinados meninos, ficava falando dos meus amigos”.</i></p> <p><i>“como já disse a nossa relação terminou por conta de ciúmes, também no que se refere às amizades. Ele não queria que eu permanecesse de amizade com alguns meninos”.</i></p>
Monitoramento de mobilidade e vestimentas	<p><i>“é que ele parece um idoso, sabe? Não gostava de sair e quando eu queria sair, ele achava ruim e não deixava”.</i></p> <p><i>“o namoro até que está bom, o negócio é que ele não gosta de sair e eu gosto”.</i></p> <p><i>“ele era muito mandão. Eu queria sair e ele não gostava, eu queria vestir uma roupa, ele não deixava, ficava falando”.</i></p>

Fonte: Elaboração da pesquisadora, setembro de 2018

Dando seguimento às análises das categorias, a “**Violência na Intimidade**” foi identificada como **Categoria 3** e formada por três (3) Subcategorias: **Violência Verbal (Subcategoria A)**; **Violência Física (Subcategoria B)**; **Violência Sexual (Subcategoria C)**.

A subcategoria “**Violência Verbal**” foi explicitada por múltiplas manifestações, como: xingamentos, desqualificações, humilhações, intimidações, entre outras. Vale salientar que na análise dos discursos da maioria absoluta dos jovens foi constatada a banalização e a naturalização dessa modalidade

de violência, bem como ausência de entendimento pelos jovens sobre atitudes e comportamentos enquadrados como violentos, conforme foi verificado nos depoimentos:

“A gente estava conversando ai ele começou a me xingar, eu também xingava ele mas era só isso” (JF, 16 anos).

“A gente não tinha brigas sérias não, só às vezes que eu me estressava e rolava alguns xingamentos, mas não era nada além disso ...” (JM, 17 anos).

Seguindo a análise da subcategoria “Violência verbal”, verificou-se, através dos depoimentos, manifestações diversas de violência verbal (xingamentos, desqualificações, humilhações, intimidações etc.). Vale salientar que, inicialmente, detectou-se banalização e “naturalização” dessa modalidade, bem como ausência de percepção por parte das/dos jovens sobre atitudes e comportamentos enquadrados como violentos. De acordo com expressões delas/es, abaixo relatos que confirmam tal assertiva:

“A gente estava conversando ai ele começou a me xingar, eu também xingava ele mas era só isso” (JF, 16 anos).

“A gente não tinha brigas sérias não, só as vezes que eu me estressava e rolava alguns xingamentos mas não era nada além disso...” (JM, 17 anos).

Foi observado que, em algumas situações, a violência verbal acontecia associada à posterior agressão física, conforme depoimentos:

“eu mesmo era calmo, ela que vinha para cima de mim me ofendendo com palavrões e tapas...” (JM, 16 anos).

“ele era um pouco grosso, as palavras que ele usava comigo, muitos xingamentos...” (JF, 17 anos).

“eu ofendia ela, a gente discutia muito, ela me estressava, às vezes acontecia de rolar um empurrão, mas era só no momento de raiva que acontecia isso” (JM, 18 anos).

Identificou-se a agressão verbal em grande parte das falas das/os jovens, consolidando ideia de violência bidirecional, ou seja, ambos os sexos se agridem na mesma proporção. Conforme apontado, a agressão verbal é considerada atitude “natural”, com pouca gravidade em diversos aspectos (seja na rede de amizades ou em seus relacionamentos íntimos). Como fator principal precipitante desta modalidade de violência evidenciou ser o ciúme e controle em suas diversas formas de manifestação. Strauss e Sweet (1992) descrevem a agressão verbal como modalidade de violência psicológica como o padrão de comunicação, quer verbal quer não-verbal, que possui o objetivo de causar sofrimento psicológico no outro, ou que é entendido como tendo essa intenção.

Seguindo essa abordagem e confirmando em outros contextos, estudo realizado em Portugal, na UMAR (2013), com 893 jovens constatou que insultos, ofensas e diversas formas de controle e

humilhação são constantes nos relacionamentos íntimos de jovens, onde 16% do total confirmou já ter vivenciado situações de agressão verbal, pelo menos uma vez, sendo 11% perpetrado por jovens de sexo feminino e 21,5% pelo sexo masculino. Concluiu-se que as jovens tem maior tendência para serem violentadas verbalmente em relação aos jovens, ainda que elas reconheçam melhor essas situações de violência. Os resultados da presente pesquisa contrapõem os achados desse estudo, considerando que houve alta frequência de bidirecionalidade, quanto à violência verbal, onde meninos e meninas explicitaram sofrer e perpetrar este tipo de violência, por motivações diversas, sendo o ciúme e o controle os fatores desencadeantes mais expressivos.

Estudo realizado também em âmbito internacional, estudos realizados no Canadá, nos Estados Unidos e no Reino Unido (Hickman & Jaycox, 2004; Jackson, 2000) identificaram, através de uma amostragem de estudantes do ensino secundário, que 45% dos meninos e 42% das meninas reportaram já terem sido vítimas de violência psicológica (agressão verbal), sendo que 55% foi perpetrada por rapazes e 60% por moças.

Outras pesquisas constataram que mulheres são mais frequentemente vítimas de violência verbal, em relação aos homens e que as consequências são mais severas do ponto de vista de violência de gênero, sobretudo, para as mulheres. Contudo, um conjunto significativo de estudos mostraram que mulheres podem ser tão violentas, quanto homens, no que se refere à violência verbal (Archer, 2001). Vale destacar que atitudes violentas perpetradas por homens tem efeitos mais devastadores e trazem consequências maiores às vítimas, considerando que a violência verbal praticada por homens vem associada em sua maioria à violência física (LEWIS & FREMOUW, 2001).

Seguindo esta linha de raciocínio, no que se refere à modalidade de violência verbal, os resultados dessa pesquisa verificaram que esta manifestação violenta pode estar associada com outras, referenciadas como violências sobrepostas (Cavalcanti, 2015 e 2018) ou co-ocorrências - polivitimização, conforme constata-se no depoimento: *“a gente estava discutindo, eram ofensas para lá e para cá e eu me estressei e empurrei ela, dei um murro e um chute, foi um momento de raiva...”* (JM, 17 anos).

Destarte, vale salientar a alta carga de agressividade nos relacionamentos e a perpetração das diversas formas de violência em um único evento (coocorrências ou polivitimização). Constatou-se que os principais fatores precipitantes das discussões foram ciúme, auto depreciação, controle, tendo como consequência a agressão física, como verificado na fala: *“tenho uma amiga que vivia discutindo com o*

namorado, eles ficavam se ofendendo o tempo inteiro e um colocando o outro para baixo...” (JF, 20 anos).

Dando seguimento, a análise da **subcategoria B, “Violência Física”**, o discurso dos jovens identificou a bidirecionalidade e conseqüente banalização da violência em diversos aspectos por ambos os sexos, contudo, entretanto, observou-se que meninos agredem mais que meninas, no que se refere à violência física. Em grande parte dos depoimentos, constatou-se uma naturalização da atitude violenta bem como alta intensidade de agressividade, por parte dos meninos.

“Meu parceiro ele me batia muito com aquela corda para cavalo, sabe? Eu corria para a casa da vizinha que era muro com muro da minha casa, mas, depois acabava voltando para ele porque gostava...” (JF, 18 anos). (grifos meus)

Em muitos relatos, principalmente no que se refere à agressão física, uma grande parcela de jovens justificou a agressão (tanto verbal, quanto física) movidos pelo ciúme, imaginando *“estar sendo traído”* ou em resposta ao ciúme da parceira:

“ela me controlava muito, mexia no meu celular, não queria que eu falasse com meninas então começava a briga e eu explodia e acabava dando um murro nela ou empurrão ... mas depois ficava tudo bem ... Só aconteceu uma vez e depois ficou tudo bem” (JM, 17 anos).

No quesito fatores precipitantes das diversas modalidades de agressões físicas destacou-se mais uma vez o “ciúme” e o “controle”, manifestados e justificados pelo agressor como conseqüência ao comportamento da vítima, nos diversificados aspectos:

“quando a gente decide ficar junto aí começaram as proibições. Ela começou a me proibir a ir a diversos lugares e eu comecei a fazer isso com ela também e ela não gostou então, começaram as discussões em diversos sentidos. Aí em uma delas eu acabei me exaltando. Perdi o controle e acabou gerando agressão física” (JM, 18 anos).

“eu mesmo era calmo, ela que vinha para cima de mim, me batia e me xingava com palavrões” (JM, 16 anos).

Ainda referente aos achados da modalidade da violência física, foi observado que, em alguns relatos entendem que, por estar inserido em uma relação íntima, tem o direito ao controle e proibição de comportamentos e atitudes de sua/eu parceira/o. Essa falsa e errônea concepção acaba por desencadear conflitos que são geradores de manifestações violentas posteriores.

Relatórios acadêmicos apontam que as meninas se encontram muito mais vulneráveis às modalidades de violência física e sexual, constatando uma assimetria do masculino sobre o feminino nesse quesito. Nesse estudo, no que se refere à violência física, a perpetração por meninos foi

constatada em diversas falas: *“a gente estava discutindo e eu me estressei. Aí eu empurrei, dei um murro e um chute nela... foi em um momento de raiva”* (JM, 17 anos).

Dando continuidade à análise da Categoria **“Violência na Intimidade”, Subcategoria C, “Violência Sexual\VS”**. Cabe destacar que foram considerados dois tipos de manifestações: **VS sem penetração\VSsp** (abraçou, acariciou, apalpou sem consentimento; tentou manter relação sexual sem consentimento: utilizou argumentos ou pressão, usou força física, bebida ou droga) e **VS com penetração\VScp** (utilizou argumento ou pressão, usou força física, bebida ou droga).

Os depoimentos das/os jovens apontaram uma assimetria do masculino sobre o feminino. Ou seja, as meninas sendo vítimas e os meninos agressores da violência sexual\VS, destacando-se as manifestações de VSsp, em relação à VScp. Nessa modalidade de violência foram identificadas meninas expostas, em escala de extremo risco e vulnerabilidade, sendo que, no Município de Salvador, número de casos desta violência relatados pelos jovens prevaleceram, em relação aos achados de Feira de Santana. Verificou-se “naturalização” e banalização da prática dessa violência pelo sexo masculino, conforme verifica-se na fala:

“forçar uma relação sexual, afinal, já tínhamos mais de dois anos de relacionamento e ela não queria de jeito nenhum então eu a segurei no início, mas depois foi tudo normal” (JM, 18 anos).

Em seguida, observou-se que a VS estava associada a uma “força de barra” por parte do masculino, no sentido de obter vantagem de sua parceira, mediante a chantagem do envolvimento de ambos em um relacionamento mais íntimo, portanto, o ato sexual é um acontecimento formal e esperado, independente da vontade da parceira, conforme verifica-se no depoimento:

“a minha primeira vez não foi boa. Eu achava que era obrigação ter que fazer porque ele vivia insinuando isso para mim e na hora que ia rolar eu disse que não queria e ele forçou de qualquer jeito, teve uma certa luta corporal...” (JF 17 anos).

Nessa pesquisa, os sentimentos manifestados pelas vítimas de VS foram diversos, destacando-se a tristeza, raiva, baixa auto-estima, sentimento de fraqueza, conforme verifica-se na fala: *“fiquei muito triste, me sentia fraca, com raiva até porque eu achava que ele tinha que ter respeitado o meu momento”* (JF, 17 anos). Salienta-se que foi observado o uso de bebidas alcoólicas pelo agressor, antes e durante a prática do ato violento, vejamos:

“Acho que ele pode ter feito isso porque tinha bebido. Mas em outros momentos ele já tinha tentado isso mesmo eu dizendo que não queria, só que ele não fez porque eu dizia

que ia chamar a minha mãe se ele continuasse, era lá em casa. Mas dessa última vez que ocorreu isso eu estava sozinha com ele na casa de uma amiga, aí não teve jeito...” (JF, 17 anos). (grifos meus).

Foi explicitado ainda que, apesar do agressor ter feito uso de bebida alcoólica, no momento do ato de violência, ele já tinha tentando essa mesma prática sexual, de maneira forçada e não consentida em outros momentos. Tal atitude sugere que o comportamento do jovem pode ou não ter sido relacionado com uso de bebidas, considerando as tentativas de violação anteriores sem essa prática, visto que o uso de bebidas apenas pode potencializar intenções e comportamentos anteriormente premeditados.

Os achados desta pesquisa estão em acordo com estudos, com a temática da VS nas relações de intimidade de jovens, em nível nacional e internacional. Krug (2002) revelou em sua pesquisa que cerca de 50% das meninas explicitaram ter tido sua primeira experiência sexual forçada; Price e Byers, (1999) relatam prevalência entre 16 e 20%, entre jovens entrevistados, observou em sua pesquisa proporções entre 4,8% e 25,6% (FERREIRA, 2011; PAIVA e FIGUEREDO, 2004).

Pesquisadores como Saffioti (2004) postulam que o comportamento sexualmente agressivo é resultado de uma cultura, em que essa atitude é potencialmente consentida e aceitável. Tolerar e validar essa modalidade de abuso, relacionada com muitas vezes a vergonha de ser vítima do ato, dificultam o entendimento desta realidade, a sua prevenção e enfrentamento, na medida em que estreitam a possibilidade de haver denúncias e punição aos agressores (Frese, Moya & Megías, 2004). Diversos estudos (nacionais e internacionais) nessa perspectiva tem apontado que a violência sexual nas relações de intimidade de jovens é um evento muito frequente). Segundo pesquisas, essa modalidade de violência é, na grande maioria dos casos, cometida por um conhecido e de forma mais frequente por parceiro íntimo (MINAYO, 2004, 2017; NEVES, 2017; SAFIOTTI, 2004).

Um dos estudos mais referenciados na literatura (Koss, Gidycz & Wisniewski, 1987, apud Foshee, 1996) identificou que, 20% a 50% das estudantes universitárias já foram vítimas de alguma modalidade de coerção sexual, no contexto de suas relações íntimas. Percentagens similares foram encontradas no estudo de Abbey (1996), com amostra de 1.160 mulheres, onde 59% tinham experimentado algum tipo de agressão sexual, sendo que destas, 23% relataram violação e 8% tentativa de violação. Verificou-se em ambas pesquisas acima que, na grande maioria dos casos (95%), as agressões sexuais foram cometidas por um conhecido da vítima (geralmente, o parceiro amoroso).

Na presente pesquisa, foi verificado que meninos também relataram ter sofrido violência sexual, em escala muito menos frequente, casos manifestados pela VSsp. Esses achados apontam envolvimento bidirecional, possivelmente decorrente de fatores socioculturais e geracionais, que envolvem comportamentos de jovens, em relação à intimidade. Cabe salientar que, na América latina e Caribe fatores culturais influenciam a apologia à sensualidade. Portanto, nas gerações mais jovens é frequente acariciar de forma não propositada, sem que isso seja considerada uma conduta violenta, cabendo o limite individual ser estabelecido pelo jovem, independente de gênero.

Vale ressaltar ainda que, o gozo de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, a partir da década de 80, fruto do trabalho intenso e grandioso do movimento feminista, tem empoderado jovens, quanto a escolhas, assim como decisões do momento de continuar a intimidade, na escala de carícias para a relação sexual, dentro de limites de consentimento mútuo, que pode às vezes ser confundido por um dos parceiros como abusivo. Salienta-se que o consentimento é o que define se a relação foi abusiva ou não, onde a vontade de cada indivíduo deve ser preservada e respeitada de forma inviolável, considerando o direito à própria escolha sem pressões.

Foram verificadas as seguintes Unidades de Sentido referentes à Categoria: **“Violências na intimidade”** e Subcategorias: **“Violência Verbal”**; **“Violência Física”** e **“Violência Sexual”**, vejamos:

QUADRO III - UNIDADE DE SENTIDO: VIOLAÇÕES	
TEMAS	VERBALIZAÇÕES
Agressão Física	<p>“a gente teve uma discussão e eu na raiva bati nela, empurrei e dei um murro no rosto”.</p> <p>“meu parceiro me batia com aquele chicote que se usa para cavalo, sabe? Eu corria para a casa da vizinha que era muro com muro, mas, depois acabava voltando porque gostava dele”</p> <p>“uma amiga minha apanha muito do companheiro. Uma vez ele chegou bêbado em casa e deu um murro na cara dela. Ela ficou com o olho todo roxo, tentou até passar maquiagem para disfarçar, mas não adiantou, dava para perceber.”</p> <p>“um primo meu que tem um filho e a namorada dele é muito brigona, batia nele..”</p> <p>“já aconteceu de uma amiga minha da academia ser agredida pelo namorado dentro da casa dela só porque ela tinha ido para a academia e chegou tarde, ai ele ficou com ciúme e achou que ela estava traindo ele então deu um soco no olho, sabe? Quando ela chegou lá com o olho roxo todo mundo quis saber o que tinha acontecido com ela e ela nem prestou queixa”</p> <p>“a gente discutiu por ciúme por causa de amizades e ele veio e me empurrou, até tentei revidar mas não ia conseguir.”</p> <p>“conheço uma amiga daqui do colégio que apanha do namorado. Outro dia ela foi fazer uma surpresa para ele no dia dos namorados, fez um bolo, acendeu velas, essas coisas... e ele chegou na casa dela e perguntou, que palhaçada é essa? Empurrou ela e deu um soco nela e saiu. Ela disse que foi o pior dia da vida dela.”</p> <p>“aconteceu com minha amiga e há pouco tempo ele agrediu ela, chegou em casa, bateu nela na cara, mordeu e foi embora. Acho que ele estava bêbado.”</p> <p>“Ele pegou meu celular e quebrou, ai veio e me empurrou, me jogou no chão e me deu um monte de chutes. Saí do lugar onde a gente estava e fui correndo pra casa”</p>
Agressão Verbal	<p>“eu mesmo era calmo, ela que vinha para cima de mim, me xingava com palavras”</p> <p>“ele é um pouco grosso, as palavras que ele usava, muitos xingamentos”</p> <p>“eu xingava ela, a gente discutia muito, mas ela me estressava, era no momento da raiva”</p>
Agressão Sexual	<p>“a gente já tinha muito tempo de namoro, percebi que ela não queria muito, ai la na hora, segurei ela no inicio mas depois ficou tudo bem..”</p> <p>“a minha primeira vez não foi boa. Eu achava que era obrigação ter que fazer porque ele insinuava isso e na hora que ia rolar eu disse que não queria e ele forçou de qualquer jeito, teve uma certa luta corporal. Fiquei muito triste, com raiva até porque eu achava que ele tinha que respeitar meu momento. Acho que ele pode ter feito isso porque tinha bebido um antes. Mas em outros momentos ele também já tinha tentado isso, só que ele não tinha feito isso porque eu dizia que ia gritar minha mãe. Mas dessa ultima vez eu estava sozinha com ele, aí não teve jeito”</p>

Fonte elaborada pela autora em setembro, 2018.

Dando seguimento, a categoria “Conflito”, como última categoria de análise, surge em decorrência e como consequência direta das categorias “Ciúme e Controle”. Contudo, verifica-se que tal categoria perpassa todas as demais já apresentadas e discutidas acima.

A análise das entrevistas mostrou que a categoria “Conflito” aparece mediante as divergências de ideias entre as/os parceiros e decorrente das diversas manifestações de “Ciúme e de Controle” nas relações.

“Nós dois sempre ficávamos querendo exigir do outro e aí vinham os conflitos, eu queria ter uma atenção maior e não era correspondido” (JM, 19 anos)

“bem, ele sentia ciúmes de mim, desconfiava de mim então surgiam os conflitos” (JF, 17 anos). (grifos meus).

O “Controle” apareceu com muita frequência como fator precipitante para as diversas modalidades de conflito.

“a gente batia muito de frente porque ela não queria que eu andasse com determinados meninos, ficava falando dos meus amigos” (JM, 18 anos);

“é que ele parece um idoso, sabe? Não gostava de sair e quando eu queria sair ele achava ruim, não deixava, ficava me controlando.” (JF, 16 anos);

“ele era muito mandão. Eu queria sair e ele não gostava, queria vestir uma roupa e ele não deixava, ficava falando.” (JF, 18 anos)

Conforme depoimentos das(os) jovens, o conflito precipitava e desencadeava agressão física, valendo ressaltar a assimetria do masculino sobre o feminino:

“a gente já estava tendo discussão há um tempo e em uma dessas eu bati nela, empurrei e deu um murro no rosto” (JM, 18 anos);

“uma amiga minha daqui do colégio vivia em conflito com o parceiro e uma vez ele chegou bêbado em casa e deu um murro na cara dela. Ela ficou com o olho todo roxo, até tentou passar maquiagem para disfarçar, mas dava para perceber.” (JF, 17 anos). (grifos meus)

Pesquisas realizadas em âmbito nacional e internacional, as agressões verbais e de conflitos nas relações são frequentemente associadas à violência física. As periodicidades de conflitos relacionam-se, na maior parte das vezes, com a transgressão dos papéis sociais atribuídos às mulheres, numa postura conservadora e atitudes controladoras.

Estudo realizado por Machado, Matos & Moreira (2003), em contexto universitário de Portugal, concluiu que uma percentagem significativa de estudantes tinham condutas violentas, no

contexto das suas relações íntimas e viviam e constante conflito: 15,5% referiu ter sido vítima de, pelo menos um ato abusivo, durante o último ano e 21,7% admitiram já ter praticado este tipo de violência.

Os achados da presente pesquisa concordam com esses estudos, onde as manifestações da violência em um mesmo evento são frequentes e os “Conflitos” da relação, seja manifestados por ciúme, controle ou outras formas, funcionam como fatores precipitantes das violências (verbal, física, sexual), na intimidade. Ainda sim, as consequências podem variar e intensificar a gravidade, de acordo com outros fatores precipitantes, como uso de bebidas, estado psicológico de cada um dos parceiros, transtornos mentais, precedentes ou decorrentes, entre outros agravos que pode comprometer a saúde mental, física e até desfechos fatais.

A alta frequência de atos violentos, na maioria dos entrevistados, independente da forma de violência, podendo ocorrer mais de uma manifestação, no mesmo evento, aponta imaturidade emocional dos jovens, para a convivência interpessoal e íntima com parceiros e amigos. Esses achados falam a favor da vulnerabilidade e despreparo psicológico, para estabelecer relacionamentos pacíficos e saudáveis. Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de uma agenda governamental e atuação dos diversos setores sociais, no sentido de mobilizar ações direcionadas à formação de jovens, nos aspectos da sociabilidade. Salienta-se a importância da família, escola e toda sociedade, quanto à necessidade de formação moral e ética de jovens, ensinamentos fundamentais para que exercite e respeite preceitos fundamentais básicos para a convivência interpessoal, familiar, amigos e parceiros, na intimidade, pautados nos direitos humanos e exercício da cidadania.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude é momento em que a experimentação da sexualidade vai possibilitar uma estruturação de sua identidade.

Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay & Lorena Silva, 2004, p. 33.

As ações coletivas de transformação social têm essa dupla característica de resistência e de criatividade e quer uma quer outra exige envolvimento emocional, entusiasmo e indignação.

Boaventura de Sousa Santos, 2001, p. 20.

Em contextos sociais e familiares contemporâneos o que se nota é a presença constante de elementos de socialização e construção de relações e identidades individuais. Entretanto, com tantos avanços do ponto de vista legal-institucional, as tensões e os conflitos, bem como o uso de expressões de todos os tipos de violência também perfazem o mapeamento das vivências e das experiências entre e com jovens na atualidade. Seja em ambiente doméstico-familiar e nas unidades escolares há marcadores de violências sobrepostas, micro-violências e tipificadas, consubstanciando elevada frequência de eventos abusivos-violentos na intimidade de jovens (indicadas em dados quantitativos e qualitativos, pelo menos desde os anos 90).

Não obstante a produção internacional e nacional já confirmarem – em distintos contextos – certa “naturalização”, controle e monitoramento, as/os jovens expressaram também nessa investigação formas abusivas de se relacionar, onde a violência psicológica, manifestada pelas atitudes verbais e controle (conforme quadros e narrativas captadas no grupo entrevistado), foram citadas pela maioria do universo entrevistado. Isso aponta para a relevância de um fator inédito até então identificado pela produção acadêmica referenciada nesse trabalho: a bidirecionalidade (perpetrada por ambos os sexos-no que se refere à modalidade de violência verbal e controle) foi expressiva e garante um olhar atento, mas especialmente uma recomendação central: **educar para e pelos Direitos Humanos, deixando as miopias e os “pontos cegos” como respaldo para outras investigações e análises de intervenção/prevenção.**

Ademais, um ponto que deve ser observado que se revelou bastante evidente as relações íntimas de jovens são as relações de poder, onde verificou-se aspectos de disputa de ambos os gêneros dentro da relação. Contudo, constatou-se uma assimetria do masculino sobre o feminino mediante características de dominação e machismo, associada ao controle nas suas diversas manifestações.

O jovem masculino sente-se em lugar privilegiado de formas de dominação, perpassando por delimitações sexistas inseridas e reflexo do próprio contexto sociocultural. Nesse sentido, através dessas

delimitações e formas de dominação que surgem os diversos conflitos e violências. O **cruzamento entre juventudes e sexualidades** reivindica a prioridade para esse grupo, mas provoca debates, polêmicas, interesse e atenção quando a categoria relações abusivas na intimidade são acrescidas ao tópico.

O “**Ciúme e Relações de Poder**”, assim como o “**Controle**” foram as categorias que mais se destacaram, pela unanimidade de jovens, como fatores precipitantes dos eventos violentos. Independentemente da manifestação (verbal, física, sexual), serve como justificativa para a perpetração e utilizada como representação de cuidados, sentimentos positivos e verdadeiros para com seus parceiros. A **bilateralidade (relações de poder) e as assimetrias de gênero** assinalam, ademais, comportamentos e condutas que denotam rupturas e permanências (controle) que circundam a ideia de juventudes e intimidade.

No que se refere à **violência verbal**, constatou-se a bidirecionalidade dessa prática violenta, ou seja, ambos se agridem, mutuamente. Tal atitude foi considerada “natural” e com pouca gravidade, pelas/os jovens, tendo como principais fatores precipitantes o ciúme e o controle, nas diversas modalidades de manifestação e relatados com frequência e não esporádica.

Sobre a **violência física**, aponta-se a naturalização da violência perpetrada ou sofrida, bem como, certa dependência emocional e psíquica de parceira/o. Isso foi justificado pela falta de compreensão e consciência que estão inseridos em relacionamentos íntimos abusivos, usando como recurso para permanecerem juntos, o sentimento de amor à/ao parceira/o “*gostar*”, mesmo na presença de eventos agressivos. Constata-se que, entre os fatores precipitantes para as atitudes violentas, sentimentos de “ciúme” e “insegurança em relação aos sentimentos de parceiras/os”, além do uso de bebidas alcoólicas, podem ser elementos comuns e justificantes das ações.

Quanto aos relatos de **violência sexual**, verificou-se que o sexo feminino está inserido no grupo de maior risco de vitimização, com relatos de relação e tentativas desta prática sem consentimento. Nessa modalidade de violência foram identificadas meninas expostas em escala de extremo risco e vulnerabilidade, sendo que, no Município de Salvador, o número de casos relatados prevaleceram como maioritários, em relação aos achados de Feira de Santana.

A **associação entre violência física e sexual**, mais perpetrada pelo sexo masculino, também foi justificada como resposta ao ciúme, questões de inseguranças e medidas de controle das atitudes entre jovens parceiras/os.

As tipologias jurídicas e suas múltiplas manifestações cotidianas e relacionais transpareceram com bastante evidência nas relações de jovens e um dado constatado preocupante é o fato de **as/os**

jovens não terem demonstrado consciência/ entendimento em diversos momentos de estarem inseridos em relações abusivas (como vítima ou agressor/a).

A partir dessa argumentação, verifica-se a urgência de se estabelecer medidas de prevenção e intervenção, através do acesso a justiça, cidadania e educação. Especialmente no que se refere ao ambiente escolar (que deveria ser de promover ensino de qualidade a afetividade, além de respeito nas relações entre sujeitos), como microcosmo social e relacional deveria valorizar um desempenho sobre exercício da razão crítica e vinculantes do que se chama “cultura juvenil”.

A literatura nacional e internacional – nas últimas duas décadas - assinalou grandes avanços e constituição de marcos legais e institucionais no que se refere às juventudes. Entretanto, recomendação a que chegamos com essa investigação, ressalta ainda que as/os **jovens não estão sendo escutadas/os ativa, ampliada e com delimitações interseccionais** (em suas experiências e representações relacionais, identitárias e sociais).

Por isso, demonstram não possuir a compreensão de ser a violência um fator gradativo/processual – começando com micro- violências, agressões leves e, aos poucos, tomando proporções ampliadas e mais severas. Esse processo também acaba por gerar consequências, sequelas, comprometimentos psíquicos e afetivos e resultados, muitas vezes, devastadores (como é caso de estupros e feminicídios).

O “**naturalizar**” os tipos de violência em contexto social e familiar, observado no cotidiano e nas experiências compartilhadas pelas/os jovens, foi um dos dados de grande relevância para essa pesquisa. Isto porque há que se vislumbrar uma análise crítica, constatando a necessidade e a urgência de se realizar, dentro das escolas, debates, agendas, projetos – espaços de falas e educação (formal e não formal) - acerca do fenômeno da violência nas relações entre jovens e, assim, trazer à tona aspectos relacionais vivenciados, mas contemplando aspectos graves e frequentes quanto às violências individuais, relacionais e sobrepostas, conforme analisado ao longo de todo o texto.

A constatação da **alta frequência de atos violentos** nas relações íntimas de jovens revela a necessidade de uma imediata intervenção/ação nas diversas esferas (familiar, educacional, social) no sentido de trazer a lume **pautas educativas acerca da violência nas relações de intimidade de jovens**, tanto no aspecto de conscientização dos(as) jovens acerca do fator, como também, modelo preventivo. Nesse sentido, a educação favorecerá para ampliação de uma cidadania e alargamento de um modelo de democracia, informação comunicação e **educação para e pelos Direitos Humanos**.

É fundamental e urgente realizar nas escolas – espaço de socialização e aprendizados múltiplos e socializadores - **projetos e debates de conscientização e prevenção** acerca do fenômeno da violência e de riscos e perigos, perpassando por uma educação crítica e de acesso à cidadania, condição fundamental para o equilíbrio pessoal e social, onde a **cultura da paz e do respeito recíproco**,

interpessoal e coletivo, representa a base fundamental para estabelecer elos de convivência pacíficos, saudáveis e que possam também impactar em ambiente doméstico-familiar e social estendido. Ou seja, entre as experiências vividas de maneira individual e relacional (familiar e escolar), podem potencializar uma abordagem que promova dimensões de direitos, acesso à cidadania e à dignidade, considerando aspectos éticos e não violentos da vida em partilha.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. **Retratos da juventude brasileira**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, v. 2, 2008 p. 37-72.
- ALEXANDER, P. C. Childhood maltreatment, intimate partner violence, work interference and women's employment. **Journal of Family Violence**, v. 26, n.4, p. 255-261, 2011.
- ALEXANDER, P. C. Childhood trauma, attachment, and abuse by multiple partners. **Psychological Trauma: Theory Research Practice and Policy**, v. 1, n. 1, p. 78-88, 2009.
- ANACONA, C. A. R. Prevalência, factores de riesgo y problemáticas associadas com la violencia em el noviazgo: una revisión de la literatura. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 26, n. 2, p. 242-251, 2008.
- ARAÚJO, H. I. D. S. **Violência nas relações de namoro: das motivações inerentes ao comportamento abusivo**. 2013. Monografia (Licenciatura em Criminologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- ARCHER, M. **Arte contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 263p.
- ARENDRT, H. **Sobre la violencia**. Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. **Estatísticas**. Lisboa: 2003.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. **Manual de Procedimentos**. Lisboa: 1998.
- BABO, T.; JABLONSKI, B. Folheando o amor contemporâneo nas revistas femininas e masculinas. **Revista ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 36-53, 2002.
- BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. Desafios das políticas e ações em saúde diante da violência contra as mulheres. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 183-212, 2008.
- BANDURA, A. Social cognitive theory: An agentic perspective. **Annual review of psychology**, v. 52, n. 1, p. 1-26, 2001.
- BANDURA, A. Toward a psychology of human agency. **Perspectives on psychological science**, v. 1, n. 2, p. 164-180, 2006.
- BANYARD, V. L.; CROSS, C. Consequences of ten dating violence: Understanding intervening variables in ecological context. **Violence Against Women**, v. 14, n. 9, p. 998-1013, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARNETT, O. L. A. W.; MILLER-PERRIN, C. L.; PERRIN, R. D. **Family violence across the lifespan**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1997.
- BARROSO, Z. Violência nas Relações Amorosas. In: **Atas - VI Congresso Português de Sociologia Mundos Sociais: Saberes e práticas**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008, p. 2-11.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. v. I, II. Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERRY, B. D. **The domestic violence sourcebook: Everything you need to know**. Los Angeles: Lowel House, 2000.

BORGES, C. Relações de grupo e representações sociais no contexto educacional. **Revista gestão em ação**, Salvador, v.7, n.2, 2004.

BOURDIEU, P. (coord.). **A miséria do mundo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Oeiras: Celta Editora, 2011.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.10, p.5-15, 1989.

BOURDIEAU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANCAGLIONI, B. C. A; FONSECA, R. M. G. S. Intimate partner violence in adolescence: an analysis of gender and generation. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 69, n. 5, p. 946-955, 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Lei **Maria da Penha**. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Norma técnica de padronização: Delegacias especializadas de atendimento à mulher**. Brasília, D.F.: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil, 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Editora da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2004.

BRASIL Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Relatório de implementação 2006: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, D.F.: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil, 2006.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

____ **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CALLAHAN, M. R.; TOLMAN, R. M.; SAUNDERS, D. G. Adolescent dating violence victimization and psychological well-being. **Journal of Adolescent Research**, v. 18, n.6, p. 664-681, 2013.

CAMARGO, B.V. et al. Relações Amorosas, Comportamento Sexual e Vulnerabilidade de Adolescentes Afrodescendentes e Brancos em Relação ao HIV/ AIDS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n.2, p.36-50, 2010.

CAMPOS, C. H. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 p. 143-196.

CAMPOS, M. R. S. **Análise das propriedades psicométricas da versão brasileira do inventário “Parcours Amoureux des Jeunes-PAJ”**. 2015. Dissertação de Mestrado (Saúde Coletiva). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Feira de Santana.

CANEVACCI, M. **Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. São Paulo: Brasiliense, v.4, 1981.

CAPUTI, J.; RUSSEL, D. E. H. Femicide: sexist terrorism against women. In: RADFORD, J.; RUSSEL, D. **Femicídio: la política de matar mujeres**. Nueva York: Twayne, 1992.

CARIDADE S.; MACHADO, C. Violência na intimidade juvenil: prevalência, factores de risco e atitudes. In: MACHADO, C. **Novas formas de vitimação criminal**. Braga: Psiquilibrios, 2010, p. 13-59.

CARIDADE, S. **Vivências íntimas violentas**. Uma abordagem científica. Coimbra: Almedina, 2011.

CARIDADE, S.; MACHADO, C. Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. **Análise psicológica**, Lisboa, v. 24, n. 4, p. 485-493, 2006.

_____. violência sexual no namoro: relevância da prevenção. **Psicologia**, Lisboa, v. 22, n. 1, p.77-104, 2008.

CARLSON, C. Invisible victims: holding the educational system liable for teen dating violence at school. **Harvard Women’s Law Journal**, v. 26, p. 315-393, 2003.

CARVALHO, M. P. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000100013&script=sci_arttext&tlng=es>.

CASTRO, M. G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos: gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. **Estudos feministas**, n. 0, p. 57-73, 1992. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/381/38126508005.pdf <

CASTRO, M. G. **Debates sobre Direitos Sexuais e reprodutivos de adolescentes jovens**. Caso Brasil. Direitos Humanos Educação e Cultura. Faculdade Dois de Julho, 2009.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.

CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M. Juventudes, violências e o Estado: jovens em território com o programa Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, n. 1, p. 17-41, 2015.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014.

CAVALCANTI, V. R. S. Mundos cruzados: cidade e escola, espaços do múltiplo, lugares de representações. In: AVELINO, Y. D.; FLÓRIO, M. (Orgs.). **Polifonias na Cidade: Memória, Arte e Cidade**. São Paulo: Pólo Cultural - Núcleo de Estudos de História Social da Cidade - NEHSC, 2008, p. 1-15.

_____. Vozes femininas (ainda) silenciadas: Ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985-2005). In: SILVA, G.; NADER, M.B.; FRANCO, S.P. (Org.). **História, Mulher e Poder**. Vitória: EDUFES - Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2006, p. 253-273.

CAVALCANTI, V. R. S. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, I. (Org.). **Violência doméstica e de gênero**. Lisboa: Pactor, 2018, p. 1-27.

CAVALCANTI, V. R. S.; GOMES, G. E. B. C. Violência(s) porta adentro: categorias relacionais como gênero e famílias em foco interdisciplinar. In: BASTOS, A. C. S.; MOREIRA, L. V. C.; PETRINE, G.; ALCÂNTARA, M. A. R. (Orgs.). **Família no Brasil: Recurso para a Pessoa e Sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015, p. 313-338.

CAVALCANTI, V. R. S.; MENEZES, M. R. C. Mulher Jovem e Cibercultura: Liberdade, Subordinação e Reminiscências Patriarcais no meio Virtual. **Ex aequo**, n. 35, p. 33-47, 2017

CAVALCANTI, V.R.S. & SILVA, A.C. Ética & práxis: em tempos sombrios, a justiça social e a liberdade devem ser difundidos. In: CAVALCANTI, V.R.S & CARVEIRO, V.C.S. **Direitos Humanos: Múltiplos Olhares**. Salvador: Roma Negra/Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2014, p. 81-110.

CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (orgs.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar Editores, 1985.

COKER, A. L., DERRICK, C., LUMPKIN, J. L., ALDRICH, T. E., OLDENDICK, R. Help-seeking for intimate partner violence and forced sex in South Carolina. **American Journal of Preventive Medicine**, v.19, n.4, p.316-20, 2000.

CONRADI, L.; GEFNER, R.; HAMBERGER, L. K.; LAWSON, G. An exploratory study of women as dominant aggressors of physical violence in their intimate relationships. **Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma**, v. 18, n. 7, p. 718-738, 2009. .

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Pesquisa nacional sobre as condições de funcionamento das delegacias especializadas no atendimento às mulheres: Relatório Final**. Brasília: Ministério da Justiça/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, s/d. (Resumo Executivo), 2001.

COSTA, M. C.(Org.). **Revista Violência e vitimização na infância e adolescência: a inclusão da escola no reconhecimento e prevenção**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana -UEFS, 2013.

CUNHA, O. N. **Adaptação Transcultural e validação de conteúdo do questionário “pacours amoureux des jeunes”**– PAJ – Montreal/ Canadá para o contexto do Brasil. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

DESLAURIERS, J.; KERISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART. **A pesquisa qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 127-153.

DIAS, I. Violência doméstica e justiça. **Sociologia**: Porto, v. 20, 2010, p. 245-262.

DIAS, I. **Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

DIAS, I. **Violência na Família: Uma abordagem Sociológica**. Porto: Afrontamento, 2010. Viver com a violência doméstica: Fatores de risco e impacto sobre as crianças. **Rediteia-Revista de Política Social da Rede Europeia Anti-Pobreza**, v. 46, p. 30-43, 2013.

DIAS, M.I.B. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DUTTON, D. Limitations of social learning models in explaining intimate aggression. In: ARRIAGA X. B.; OSKAMP S. (Eds.). **Violence in intimate relationships**. California: Sage, 1999, p. 73-87.

ESTEVÃO, C. A .V. Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 28-34, jan./abr. 2013. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12296/8737>>.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (FRA). **Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia - Síntese dos resultados**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. Disponível em:<file:///C:/Users/user/Downloads/fra-2014-vaw-survey-at-a-glance-oct14_pt.pdf>. Acesso em: 25 mar.2018.

EUROPEAN UNION. European Union Agency for Fundamental Rights (2014), **Violence against Women: an EU-Wide survey, Main results**. FRA: Viena, Áustria, 2014. Disponível em:<http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf>. Acesso em: 01-09-2018.

FALCKE, D. Filho de peixe, peixinho é: A importância das experiências na família de origem. **Colóquio**, v. 3, p. 83-97, 2006.

FALCKE, D. ; ZORDAN, E. Amor, Casamento e Sexo: Opinião de Adultos Jovens Solteiros. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 2, p. 143-155, 2010.

FARIAS, C.; ROSENVALD, N. **Direito das Famílias**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2013.

FERGUSON, D. M.; BODEN, J. M.; HORWOOD, L. J. Examining the intergenerational transmission of violence in a New Zealand birth cohort. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, n. 2, p. 89-108, 2006.

FERNANDEZ-FUERTES, A. A.; FUERTES, A. **Physical and psychological aggression in dating relationships of Spanish adolescents: Motives and consequences**. **Child Abuse Neglect**, v. 34, n. 3, p. 183-191, 2010.

FERREIRA, M. J. S. **A violência no namoro**: Estudo exploratório de caracterização das reações dos adolescentes face à violência. 2011. Dissertação (Mestrado em psicologia). Braga: Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.

FLANDRIN, J. L. **Famílias**: Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

FONSECA, C. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destina na família brasileira contemporânea. **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**, São Paulo, v. 1, 2002.

FRANG, X.; CORSO, P. S. Child maltreatment, youth violence, and intimate partner violence. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 33, n. 4, p. 281-290, 2007.

FREITAS, H. M. R. **Análise léxica e análise de conteúdo**: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exposição de dados qualitativos. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2013.

FRESE, B.; MOYA, M.; MEGÍAS, J. Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. **Journal of interpersonal violence**, v. 19, n. 2, p. 143-161, 2004.

GELLES, R. J. **Intimate violence in families**. California: Sage Publications, 1997.

GOMES, C. B. **Violência nas Escolas**: Uma realidade a ser Transformada. Curitiba: Juruá, 2013.

GOMES, N.P.; DINIZ, N.M.F., ARAÚJO, A.J.S.; COELHO, M.F. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias de gênero e geração. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 4, p. 504-8, 2007.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade, Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 67-80.

_____. Invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. (Orgs.). **Amor e violência**: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

GOMES, R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 117-135.

GOMES, R.; MINAYO, M.C.S.; SILVA, C.F.R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde (Org.). **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde; 2005. p. 117-40

GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P.; NJAINE, K. Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: Um estudo bibliográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 171-18, 1999.

GUERRA, V. N. de A.; AZEVEDO, M. A. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERREIRO, A. et al. Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as jovens. In: **Atas do Colóquio internacional "Os jovens e o crime: transgressões e justiça tutelar"**. Porto, 2015, p. 14-26.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. O futuro das relações entre os sexos. In: **A crise da família e o futuro das relações**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HICKMAN, L.J.; JAYCOX, L.H.; ARONOFF, J. Dating violence among adolescents: prevalence, gender distribution, and preventing program effectiveness. **Trauma Violence Abuse**, v. 5, n.2, p. 123-42, 2004.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2017**. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>. Acesso em 03 de outubro de 2018.

_____. **Dinâmica demográfica da população negra brasileira: Comunicados do Ipea**.n. 91. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110512_comunicadoipea91.pdf>.

JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: CARNEIRO, T. F. **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**: Rio de Janeiro: Loyola, 2003, p. 141-168.

JACKSON, S. M. Issues in the dating violence research: A review of the literature. **Agression and Violent Behavior**, v. 4, n. 2, p. 233-247, 1999.

JACKSON, S. M.; CRAM, F.; SEYMOUR, F. W. Violence and sexual coercion in high school students' dating relationships. **Journal of Family Violence**, v. 15, n. 1, p. 23-36, 2000.

JESUS, J. S. O. Ficar ou namorar: um dilema juvenil. **Revista de Psicologia**: São Paulo, v. 6, n. 1, p. 67-73, 2005.

JEWKES, R. Intimate partner violence: causes and prevention. **The lancet**, v. 359, n. 9315, p. 1423-1429, 2002.

KOSS, M. P.; GIDYCH, C. A.; WISNIEWSKI, N. O escopo do estupro: incidência e prevalência de agressão sexual e vitimização em uma amostra nacional de estudantes do ensino superior. **Revista de Consultoria e Psicologia Clínica**, v. 55, n. 2, 162-17, 1987.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 695-701. 2005.

LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. São Paulo: **Estudos avançados**, v.11, n.30, p.55-65, 1997.

LEITÃO, M. N. Violência nas Relações de Intimidade. In: LEITÃO, M. N. C.; FERNANDES, M. I. FABIÃO, J. S. et al. **Saúde, Prevenir a violência no namoro - n(amor)o (im)perfeito**: Fazer diferente para fazer a diferença. Coimbra: Série Monográfica Educação e Investigação em Saúde, 2013, p. 23-42.

- LEVESQUE, R. **Culture and family violence: Fostering change through human rights law.** Washington: American Psychological Association -APA, 2001.
- LEVI- STRAUSS, C. A Família. In: LEVI-STRAUSS, C. GOUCH, K.; SPIRO, M. **A família: origem e evolução.** São Paulo: Editorial Vila Martha, 1980, p.7-28.
- LEWIS, S. F.; FREMOUW, W. Dating violence: A critical review of the literature. **Clinical psychology review**, v. 21, n. 1, p. 105-127, 2001.
- LISBOA, C. S. M.; ALVES, P. B.; DOTTA, R. M. **Infância: Sexualidade, agressividade e AIDS.** Material didático não-publicado. Curso de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2000.
- MACHADO, C.; MATOS, M.; GONÇALVES, M. M. - E. C. V. C. - Escala de crenças sobre a violência conjugal. In: ALMEIDA L.; SIMÕES M., MACHADO C.; GONÇALVES M. M. (Coords.). **Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa.** Coimbra: Quarteto, v. II, 2008, p. 127-140.
- MACHADO, C.; MATOS, M.; MOREIRA, A. I. Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. **Psychologica**, v. 33, p. 69-83, 2003.
- MAGALHÃES, S.; ALVAREZ, T. (Orgs.). **Romper as fronteiras: A interseccionalidade nas questões de gênero e feministas.** Portugal: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, p.23-31, 2013.
- MAKEPEACE, J. M. Courtship violence among college students. **Family relations**, p. 97-102, 1981.
- MATOS, M. et al. Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 55-75, 2006.
- MÉNDEZ, R. G.; HERNÁNDEZ, J. D. S. **Violencia em parejas jóvenes: análisis y prevención.** Madrid: Pirámide, 2001.
- MILLETICH, R. J.; KELLEY, M. L.; DOANE, A. N.; PEARSON, M. R. Exposure to interparental violence and childhood physical and emotional abuse as related to physical aggression in undergraduate dating relationships. **Journal of Family Violence**, v. 25, n. 7, p. 627-637, 2010.
- MINAYO, M.C.S. **Amor e Violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
- MINAYO, M.C.S. Implementação da Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 4-5, 2007.
- MINAYO, M.C.S. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?. **Saúde e Sociedade**, v.3, n. 2, p. 5-21, 1996.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde .** 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

- MINAYO, M.C.S.; GONÇALVES, S.; FERREIRA, S; RAMOS, E. **Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia**. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Estudo a Violência e Saúde, 2003.
- MOLIDOR, C.; TOLMAN, R. M. Gender and contextual factors in adolescent dating violence. **Violence Against Women**, v. 4, n.2, p. 180-194, 1998.
- MONTEIRO, A. M. S. A violência na escola: a percepção dos alunos e professores. **Série Idéias**, v. 28, p. 253-267, 1995.
- MOTTA, A. B. A juvenilização atual das idades. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, n. 2, Uberlândia-MG, 2012.
- MOTTA, A. B. Teoria de gerações na perspectiva de gênero. **Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos**. Aracaju: REDOR/NEPIMG, p. 1-20, 2005.
- MOURA, G. A. **Violência no namoro e estilos parentais na adolescência**: compreensão das atitudes face à violência nas relações de namoro em adolescentes e a relação com a sua percepção dos estilos parentais, 2012. Tese (Mestrado em Psicologia). Porto: ISPA- Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.
- MURTA, S. G. et al. Desenvolvimento de um website para prevenção à violência no namoro, abandono de relações íntimas abusivas e apoio aos pares. **Contextos Clínicos**, v. 7, n.2, p. 118-132, 2014.
- MURTA, S. G. et al. Prevenção à violência no namoro e promoção de hábil idades de vida em adolescentes. **Psicologia USP**, v. 24, n. 2, p. 263-288, 2013.
- NASCIMENTO, F. S. **Namoro e violência: um estudo sobre amor, namoro e violência para jovens de grupos populares e camadas médias**. 2009. Dissertação (Mestrado em psicologia). Recife - Universidade Federal de Pernambuco.
- NASCIMENTO, O. C. **Adaptação transcultural e validação de conteúdo do questionário “Parcours Amoureux des Jeunes-PAJ” Montréal/Canadá-para o contexto do Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA.
- NEVES, A. S. A. **(Des)construção dos discursos Genderizados sobre o Amor, o Poder e a Violência nas relações Íntimas**: Metodologias Feministas na Psicologia Social Critica. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Braga: Universidade do Minho, Portugal.
- NEVES, A.S.A. Amor, Poder e Violência (s) contra as mulheres: a importância do género nas relações íntimas. **Psicologia: Teoria, Investigação e prática**, v. 8, n. 1, p. 133- 144, 2003.
- NEVES, A. S. A. As mulheres e os discursos generalizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 609-627, 2007.
- NEVES, A. S. A. **Amor, poder e violências na intimidade**: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político. Coimbra: Quarteto, 2008.

NEVES. S.; GOMES, S.; MARTINS, D. Media narratives on intimate femicide: analysis of a popular Portuguese news paper. **Ex aequo**, Lisboa, n. 34, p. 77-92, 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.06>. Acesso em 02 out. 2018.

NEVES. S; GOMES. S, Matar ou Morrer – Narrativas de mulheres, vítimas de violência de gênero, condenadas pelo homicídio dos seus companheiros. **Configurações**, v. 21, n.1, p. 80-95, 2017.

NJAINE, K. et al. Prevenção da Violência nas Relações Afetivo-Sexuais. In: MINAYO, M. S. C.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. (Org.). **Amor e Violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. 2015, p. 1-10. Disponível em: <http://antropologia.org.br/arti/colab/a38-movaes.pdf>.

O’KEEFE, M. Factors mediating the link between witnessing interparental violence and dating violence. **Journal of Family Violence**, v. 13, n. 1, p. 39-57. 1998.

OLIVEIRA, D. C. et al. “Pegar”, “ficar” e “namorar”: representações sociais de relacionamentos entre adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 5, p. 497-502, 2007

OLIVEIRA, M. S.; SANI, A. I. Comportamentos dos jovens universitários face a violência nas relações amorosas. IN: SILVA, B.D.; ALMEIDA, L.S. (Coords). **Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEEd), 2005, p. 1061-1074.

OLIVEIRA, Q. B. M. et al. Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 707-718. 2014.

OMS - Organização Mundial de Saúde/OPAS; Organização Pan-Americana da Saúde. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência**. OMS, 2014.

OMS - Organização Mundial de Saúde/OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

ONU - Organização das Nações Unidas. Conselho Social e Econômico. **Relatório do Trabalho de Grupo na Violência contra a Mulher**. Viena, Nações Unidas, 1992.

OPAS. ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Oficina Regional para las Américas de Organización Mundial de La Salud. La violencia, un problema mundial de salud pública. Organización Panamericana de La Salud. **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington: OPAS, 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará. 1994. Disponível em: < <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm> >.

PAIVA, C.; FIGUEREDO, B. Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. **Psychologica**, v. 36, p. 75-107, 2004.

PASINATO, W. **Justiça e Violência Contra a Mulher** – O Papel do Sistema Judiciário na Solução dos Conflitos de Gênero. São Paulo: Annablume, 2004.

PASINATO, W. **Acesso à justiça e violência contra a mulher em Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume/ FAPESB, 2012.

PASINATO, W. Estudo de Caso sobre o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Rede de Serviços de Cuiabá-Mato Grosso. **Cadernos Observe**, n. 2, 2010.

PASINATO, W. Femicídios; e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**, v. 37, p.219-246, 2011.

PASINATO, W. Rede de serviços para enfrentamento da violência contra as mulheres em Belo Horizonte: um estudo de caso. In: LEOCÁDIO, E.; LIBARDONI, M. (Org.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: Agende, 2006, p. 131-167.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M.. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Campinas: Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp/Ceplaes/IDRC, 2008.

PEIXOTO, C.E; BOZON, M. Apresentação: Comportamentos familiares: resultados e perspectivas. **Interseções: Revista de estudos interdisciplinares**, v. 3, n. 2, p.25-30, 2001.

RIBEIRO, F. M. L. et al. Entre o ‘ficar’ e o namorar: relações afetivo-sexuais. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. (Orgs). **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 55-86.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p.115-136, 2001.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero e Patriarcado**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-41, 2005.

SANDEBERG, H; I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, M. C. A. **Uma Questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n.79, p.71-94, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>>. Acesso em 26 set. 2018.

SANTOS, B. S. **Entrevista** - Ecologia de Saberes e construção de conhecimentos. Fortaleza, 2015. Disponível em:< <http://alice.ces.uc.pt/news/?p=4466>>.

SANTOS, B. S. (org.) . **Globalização: Fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, C. M. dos Women's Police Stations: Gender, Violence, and Justice in São Paulo, Brazil. New York: Springer, 2005.

SANTOS, L. S.; JABLONSKI, B. Sexo, infância, TV e consumo: estereótipos do prazer. **Alceu**, v.4, n.7, p. 37-54. 2003.

SARDENBERG, C. M. B. A Mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista cinquentona. In: FERREIRA, S. L. e ROSENDO, E. (Orgs.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2002.

SARDENBERG, C. M. B. & COSTA, A. A.A. Introdução. In: Costa, Ana Alice & SARDENBERG, C. M. B. (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002.

SARDENBERG, C. M. B. Classe, gênero e raça: lidando com diferenças e combatendo desigualdades. In: WATANABE, C. C., M. V. e ALMEIDA, R. de (Orgs.). **Identidades culturais**. Recife: Bagaço: Escola de Formação Sindical da CUT do Nordeste, 2000.

SARDENBERG, C.M.B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, A. A.A.; SARDENBERG, C. M. B. (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002.

SARDENBERG, C.M.B. Educação escolar um instrumental importante para o empedramento de mulheres? In: **Anais do Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres**. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

SARDENBERG, C.M.B. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: MOTA, A. B., SARDENBERG, C. e GOMES, M. (Orgs.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2000.

SARDENBERG, C.M.B.; COSTA, A. A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994, p. 81-113.

SARTI, C. A. O jovem na família: o outro necessário. In NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHLICKMANN, F.; SILVA M. A Geração de Nudes, A Pornografia Não Consensual e o Papel Vitimológico nos Crimes Cibernéticos. **Ponto de Vista Jurídico**, v. 6, n. 2, 2017.

SEGATO, R. L. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

SILVA, A. M. & TAVARES, C. (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. El papel de la educación em derechos humanos em la formación de una ciudadanía activa. **Revista Interamericana de Educación para la Democracia**, v. 3, n. 1, p. 95-107, 2010.

SILVA, I. V. Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.19, p.263-72, 2003.

SILVA, S.M. **O Direito na Perspectiva Feminista**: Pensando o ensino e a prática jurídica a partir do desafio da transversalização de gênero no Direito. Trabalho apresentado no XXI ERED/ERAJU Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária. Crato-CE, 2008.

SILVA, S. M; WRIGHT, S. As mulheres e o novo constitucionalismo: uma narrativa feminista sobre a experiência brasileira. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 1, n. 1, p. 170-190, 2015.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, M. V.B. Educação em direitos humanos: de que se trata?. In: BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 309-318.

STOCKL, H.; DEVRIES, K.; ROTSTEIN, A. et al. The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. **The Lancet**, v. 382, n. 9895, p. 859-865, 2013.

STOLCKE, V. Direitos Reprodutivos. In: STOLCKE, V.; AZEREDO, S. **Direitos Reprodutivos**, São Paulo: FCC, 1990, p. 73-108.

STRAUS, M. A., & SWEET, S. Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics. **Journal of Marriage and the Family**, 1992, 54, p. 346-357.

SUAREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

TAVARES, M. S. Roda de Conversa entre Mulheres: Denúncias Sobre a Lei Maria da Penha e Descrença na Justiça. **Estudos Feministas**, 2015. v. 23, n. 2, p. 547-559

TAVARES, M. S.; SARDENBERG, C. M. B.; GOMES, M. Q. C. Feminismo, Estado e Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres: Monitorando a Lei Maria da Penha. **Labrys**, v. 20, p. 1-30, 2011.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2005.


UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta. **OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR**. Lisboa: 2014. Disponível em:<http://umarfeminismos.org/images/stories/oma/2014/OMA_2014_Relat%C3%B3rio_A_nual.pdf>.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Study on Homicide**: Trends, Contexts. Viena, United Nations Office on Drugs and Crime, 2011.

_____. **Global Study on Homicide 2013**: trends, contexts. Viena: UNODC, 2013. Disponível em:< https://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf>.

VELÁZQUEZ, S. **Violências Cotidianas, Violência de Gênero**: escutar, compreender, ajudar. Buenos Aires: Paidós, 2006.

APÊNDICE 1- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**NOVA
UCSAL**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

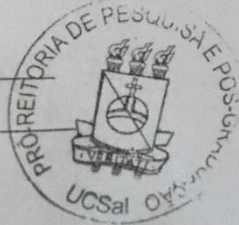
Você está sendo convidado para participar de um estudo sobre violência e adolescência, que é orientado por mim, Professora Doutora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, e tendo como pesquisadora responsável a Professora Doutora Maria Conceição Oliveira Costa. A equipe de pesquisa pertence ao Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência – NNEPA da Universidade Estadual de Feira de Santana. Uma pesquisa semelhante já foi realizada no Canadá e através desta, aqui no Brasil, será possível entender e conhecer como ocorre a violência nos laços de amizade e amorosos dos adolescentes, sabendo o porquê de determinadas pessoas cometerem atos violentos e os tipos de violência que acontecem na fase da adolescência. As autoridades, a comunidade e escolas serão informadas sobre os resultados desta pesquisa com relatórios e encontros organizados pela equipe da pesquisa. Dessa forma, a equipe poderá ajudar a prevenir violências entre adolescentes e jovens através de programas, palestras e ações junto ao governo e comunidade para que a sociedade, escolas e autoridades possam se preparar para melhor enfrentar este problema. Você só participa se quiser e as suas respostas ficarão em segredo, em nenhum momento o seu nome será divulgado. Este questionário será respondido por adolescentes alunos de escolas do município de Feira de Santana, em horário permitido pelos professores do dia da pesquisa, onde todos os alunos serão divididos em duas salas, de acordo com a disponibilidade local da escola, para que possam responder mais livremente e de maneira privada os seus questionários. As entrevistas serão gravadas e transcritas posteriormente, mantendo sigilo e confidencialidade. No dia da aplicação estarão presentes pesquisadores devidamente treinados para atender você e tirar dúvidas que possam surgir no momento do preenchimento do questionário. Após você preencher o questionário, ele será guardado em envelopes que serão lacrados e encaminhados para o Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência, no endereço Universidade Estadual de Feira de Santana- Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência. Endereço: Avenida Transnordestina, S/N- Novo Horizonte. Caixa postal: 252 e 294. Tel: (75) 3161 - 8135. CEP: 44036-900, Feira de Santana- BA –Brasil, no Prédio de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, situado atrás do módulo VI. Home page: <http://www.uefs.br>. Seu questionário ficará guardado por 5 anos, em posse única deste Núcleo de Pesquisa, sendo destruído após este período e seu nome jamais será revelado.

Em algum momento, ao responder o questionário, se você se sentir constrangido, relembrar momentos que não gostaria de ter vivido ou achar que alguma pergunta é desagradável, caso queira, você poderá desistir de participar da pesquisa, em qualquer momento, sem necessidade de dar explicações ou desculpas de sua desistência, como também poderá pedir informações a qualquer momento que sentir necessidade, pois será acolhido, encaminhado e acompanhado para alguma instituição que possa te ajudar. Caso queira nos procurar depois, se dirija ao endereço acima citado. Sua participação nesta pesquisa não lhe trará despesas. Se você achar que está devidamente sem dúvidas e concordar em participar por vontade própria, assine este documento em duas vias, ficando com uma delas para nos assegurarmos de que você aceitou participar da nossa pesquisa.

Feira de Santana, ____ de _____ de 2018.

Participante: Yves Bonneri Cunha Luz

Pesquisador(a) Responsável: V. Cavalcanti



ANEXO 1 – QUESTÕES DO INSTRUMENTO PAJ

Universidade Estadual de Feira de Santana
 Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
 Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência
 Tradução da “Enquête PAJ – Enquête sur les Parcours Amoureux des Jeunes”

ENQUETE PAJ

Enquete sobre o
Percurso Amoroso de Jovens

Universidade do Québec a Montréal
 Universidade Laval
 2016

Precisamos manter sua identidade em segredo, para isso, seu código pessoal é essencial, pois ele nos permitirá organizar o questionário que você responderá. Esse código permitirá que suas respostas sejam confidenciais e você não será identificado. Para criar seu código pessoal, responda as questões a seguir:

Quais são as duas primeiras letras do nome de sua mãe? (exemplo: VE para VERA) ____ ____

Quais são as duas primeiras letras do nome de seu pai?(exemplo: PE para PEDRO) ____ ____

Quais são as duas primeiras letras do seu nome? (exemplo LU para LUCAS) ____ ____

Escolha a cor natural de seus cabelos entre as cores seguintes: [] louro [] ruivo [] marrom [] preto

Escolha a cor de seus olhos dentre as seguintes: [] azuis [] verdes [] marrom [] preto

Seção 1 – Informações Gerais

1. Qual o seu sexo? a) Masculino b) Feminino

2. Qual a sua data de nascimento?

_____/_____/_____

3. Neste momento, com quem você mora?

- a) Com seus pais, na mesma casa (pais biológicos ou adotivos).
- b) Com seus pais, separadamente (seus pais dividem sua guarda);
- c) Com sua mãe
- d) Com seu pai
- e) Com um membro de sua família. Qual? _____
- f) Em um centro de acolhimento
- g) Com seu namorado ou sua namorada (companheiro)
- h) Outro (especificar) _____

04. Olhando sua família e você, como você considera a si e seus pais (ou quem assume esses papéis):

I. PAI

Branco
 Mestiço/ pardo /moreno
 Negro
 Indígena
 Outro _____

II. MÃE

Branco
 Mestiço/ pardo /moreno
 Negro
 Indígena
 Outro _____

III. Você

Branco
 Mestiço/ pardo /moreno
 Negro
 Indígena
 Outro _____

05. Em qual nível de estudos você está?

- a) Fundamental I (1ª a 5ª série)
- b) Fundamental II (6ª a 9ª série)
- c) Ensino Médio (secundário)
- d) Curso Técnico profissionalizante
- e) CPA (séries do ensino médio condensadas)
- f) EJA (Educação de Jovens e Adultos)

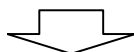
- g) Pré- vestibular
- h) Universitário. Qual o curso/ universidade? _____
- i) Outro (especificar) _____

06. Você participa de alguma atividade cultural, esportiva, dança, música em alguma escola, instituição, comunidade, ONG?

- a) Sim. Qual? _____ Onde? _____
- b) Não

7. De modo geral, você diria que seu desempenho estudantil (avaliações, notas, boletins, trabalhos apresentados, etc.) pode ser considerado:

- a) Muito bom
- b) Bom
- c) Na média
- d) Fraco
- e) Muito fraco



05. Com qual frequência as situações seguintes ocorreram durante um conflito ou discussão com seu parceiro (a), ficante ou namorado (a):

	A <i>Nos últimos doze meses, com qual frequência seu NAMORADO (A), FICANTE OU PARCEIRO (A) se comportou desta forma com você?</i>				B <i>Nos últimos doze meses, com qual frequência VOCÊ se comportou desta forma com seu namorado (a), ficante ou parceiro (a)?</i>			
	Nunca	1 a 2 vezes	3 a 5 vezes	6 vezes ou mais	Nunca	1 a 2 vezes	3 a 5 vezes	6 vezes ou mais
Disse coisas que provocou raiva.	①	②	③	④	①	②	③	④
Esmurrou ou deu pontapé.	①	②	③	④	①	②	③	④
Estapeou ou puxou os cabelos.	①	②	③	④	①	②	③	④
D. Ameaçou fazer mal ou machucou.	①	②	③	④	①	②	③	④
Ameaçou bater ou atirar objetos.	①	②	③	④	①	②	③	④
Empurrou, sacudiu ou engargelou.	①	②	③	④	①	②	③	④

Não esqueça de preencher as duas colunas!

. Zombou/ tirou sarro ou ridicularizou na frente de outras pessoas (bullying).	0	1	2	3	0	1	2	3
. Seguiu para saber com quem iria se encontrar.	0	1	2	3	0	1	2	3
ABRAÇOU, ACARICIOU OU APALPOU SEM CONSENTIMENTO								
I. Utilizando argumentos ou pressão.	0	1	2	3	0	1	2	3
Até mesmo usando força física.	0	1	2	3	0	1	2	3
K. Dando-lhe bebida ou droga.	0	1	2	3	0	1	2	3
TENTOU MANTER UMA RELAÇÃO SEXUAL SEM CONSENTIMENTO								
L. Utilizando argumentos ou pressão.	0	1	2	3	0	1	2	3
. Até mesmo usando força física.	0	1	2	3	0	1	2	3
N. Dando-lhe bebida ou droga.	0	1	2	3	0	1	2	3
MANTEVE UMA RELAÇÃO SEXUAL COM PENETRAÇÃO SEM CONSENTIMENTO								
O. Utilizando argumentos ou pressão.	0	1	2	3	0	1	2	3
Até mesmo usando força física.	0	1	2	3	0	1	2	3
Q. Dando-lhe bebida ou droga.	0	1	2	3	0	1	2	3

6. Na sua convivência com seu/sua namorado(a), ficante ou parceiro(a), nos

últimos 12 meses, você chegou a ter...

	Nunca	1 a 2 vezes	3 a 5 vezes	6 vezes ou mais
A. Um machucado, uma mancha roxa, ou um corte provocado por uma briga entre	1	2	3	4
B. Um machucado provocado por causa de uma briga entre vocês que necessitou de	1	2	3	4
C. Dores no corpo até o outro dia, depois de uma briga entre vocês?	1	2	3	4

ENTREVISTA – A partir de 3 questões subjetivas do PAJ

Idade :

Gênero:

Colégio:

Escolaridade:

1. Relate em poucas palavras sobre a EXPERIÊNCIA MAIS DIFÍCIL que você viveu em suas relações amorosas. Se você ainda não teve uma relação amorosa, pense nas suas interações com amigos(as).

a) Como foi à situação? (DESCREVA A SITUAÇÃO QUE PRECIPITOU – PRECIPITA COM MAIS FREQUENCIA OS EVENTOS VIOLENTOS)

b) Fale sobre a outra pessoa envolvida (DESCREVA AS CARACTERÍSTICAS DO SEU COMPANHEIRO QUE ESTÃO MAIS RELACIONADAS ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA)

c) Fale sobre o que aconteceu (COMO FOI A SITUAÇÃO? O QUE ACONTECEU E COMO VOCÊ REAGIU – VIOLACÃO – REACÃO – VITIMIZACÃO – AGRESSÃO)

ANEXO 2: CARTA DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
FEIRA DE SANTANA - UEFS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E CICLOS DE VITIMIZAÇÃO / AGRESSÃO INTERPESSOAL, FAMILIAR E SOCIAL: PROJETO INTEGRADO ENTRE UNIVERSIDADES E SISTEMAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E GARANTIAS DE DIREITOS

Pesquisador: Maria Conceição Oliveira Costa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 05799512.5.0000.0053

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Feira de Santana

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 275.998

Data da Relatoria: 19/05/2013

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E CICLOS DE VITIMIZAÇÃO/AGRESSÃO INTERPESSOAL, FAMILIAR E SOCIAL: projeto integrado entre Universidades e Sistemas de Saúde, Educação, Segurança Pública e Garantias de Direitos Integra uma linha de pesquisa "Riscos e vulnerabilidades na Infância, Adolescência e Juventude", do Núcleo de Estudos e Pesquisa na Infância e Adolescência /NNEPA/UEFS, cujo objetivo geral é consolidar o processo de intercâmbios e parcerias desenvolvidas entre o NNEPA/UEFS, a Universidade de Québec Montreal/UQAM e os sistemas de Saúde, Educação, Garantias de Direitos e Segurança Pública do município e região semiárida da Bahia, na perspectiva de desenvolver projetos Interinstitucionais que possam contribuir com a formação de novos pesquisadores, Intensificar a produção científica nesta área e subsidiar estratégias de fortalecimento da Rede de Instâncias. Este projeto é composto de três subprojetos: subprojeto I- Os serviços de saúde na notificação de violência na infância e adolescência : características das violações pelo Sistema de Informação em Acidentes e Violência/VIVA/SUS/MS; o subprojeto II - Indicadores da vitimização e agressão na infância e adolescência segundo registros dos Sistemas de Segurança Pública e Garantia de Direitos: Incidências das violações e perfis dos agressores e perpetradores da violência contra

Endereço: Km 03 - BR 116- Campus Universitário
Bairro: Módulo I **CEP:** 44.031-480
UF: BA **Município:** FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-8067 **E-mail:** cep.uefs@yahoo.com.br

Continuação do Parecer: 275.998

crianças e adolescentes; subprojeto III- Violência na perspectiva dos elos de convivência entre amigos e relações amorosas de adolescentes: estudo de fatores e perfis em diferentes contextos socioculturais. Consta de uma fundamentação teórica que segundo os pesquisadores qualifica o tema central a ser estudado, a partir dos subtópicos apresentados, porém sucintamente: 1) contextualização da violência contra crianças e adolescentes, 2) Desigualdade social, vulnerabilidade e participação de diferentes segmentos, 3) O sistema de saúde face à violência contra crianças e adolescentes, 4) Notificação e responsabilidade profissional, 5) Sistema de saúde na vigilância das violências, 6) Articulação dos sistemas de saúde e de garantia de direitos, 7) Ciclos de vitimização- agressão infanto-juvenil e a mudança do perfil de agressores, 8) A escola no contexto da prevenção da violência contra crianças e adolescentes. 9) Participação da Universidade na prevenção e enfrentamento de violência. Metodologia: os três subprojetos utilizarão o método epidemiológico como eixo para o estudo da violência contra crianças e adolescentes, particularizando-se nos subprojetos I e II o uso de dados secundários, oriundos do Sistema de Vigilância a Acidentes e Violência do Ministério da Saúde/VIVA e dos Sistemas de Garantia de Direitos (CREAS) e de Segurança Pública (SEPREV). No subprojeto III, os dados primários serão obtidos através de inquérito a ser realizado com estudantes adolescentes, observando-se os seguintes critérios de elegibilidade: "adolescentes matriculados nas Escolas da rede pública de ensino do município de Feira de Santana, ambos os sexos, na faixa etária de 14 a 19 anos, matriculados nas escolas selecionadas dos três turnos (matutino, vespertino e noturno) do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, estar desempenhando efetivamente suas atividades escolares no período da coleta de dados, aceitar voluntariamente participar do estudo e assinar o TCLE (maiores de 18 anos), os menores de 18 anos devem ter o TCLE assinado pelos pais." (p. 44)

O estudo será dividido em duas partes: na 1ª, será realizada a validação do Instrumento de pesquisa Enquete PAJ-percurso amoroso dos jovens, já validado em Montreal/Canadá; a 2ª parte, com Instrumento já traduzido, validado e adequado ao contexto sociocultural, será realizada a aplicação do mesmo nas Escolas de Feira de Santana, considerando-se a amostragem aleatória por conglomerado em dois estágios (estágio I- porte das escolas e localização por área, segundo critério da Secretaria de Educação) e (estágio II- classes escolares das escolas sorteadas). O Instrumento (Apêndice C - Enquete PAJ), faz referência na p.45 às variáveis do estudo apresentado em parte: 1- Informações gerais, 2- Relações amigáveis e amorosas, 3- Experiências difíceis, 4- Comportamentos sexuais, 5- Família, 6- Comportamentos e

Endereço: Km 03 - BR 116 - Campus Universitário
Bairro: Módulo I CEP: 44.031-460
UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-8067 E-mail: cep.uefs@yahoo.com.br

Continuação do Pnscor: 275.998

hábitos de vida, 7- Sentimentos e emoções. A análise dos resultados é baseada na análise descritivas, bivariadas e estratificadas. O cronograma detalha as atividades previstas em 36 meses.

Quanto ao Orçamento, a pesquisa apresenta um valor de R\$ 59.905,30, justificando cada despesa de custeio. Explicitem a contrapartida da UEFS em torno de R\$29.400,00, relativo a equipamentos, materiais permanentes, espaço físico.

Objetivo da Pesquisa:

São três subprojetos com uma diversidade de objetivos específicos (p. 17 e 17 do projeto na Integra). Destacaremos o geral de cada subprojeto.

SUBPROJETO I- Os serviços de saúde na notificação de violência na infância e adolescência: características das violações pelo Sistema de Informação em Acidentes e Violência/VIVA/SUS/MS. Objetivo geral: Levantar Indicadores dos diferentes tipos de vitimização de crianças e adolescentes, com base nos registros Sistema de Informação de Violência e Acidentes(VIVA) do Ministério da Saúde, desde a implantação no município.

SUBPROJETO II - Indicadores da vitimização e agressão na infância e adolescência segundo registros dos Sistemas de Segurança Pública e Garantia de Direitos: Incidências das violações e perfis dos agressores e perpetradores da violência contra crianças e adolescentes.

Objetivo geral: Integralizar os indicadores da vitimização de crianças e adolescentes, traçando coeficientes dos diferentes tipos de violação e perfis dos agressores e perpetradores infanto-juvenis, segundo os Sistemas de Segurança Pública e de Garantia de Direitos, em distintos períodos de uma década (p. 17)

SUBPROJETO III- Violência na perspectiva dos elos de convivência entre amigos e relações amorosas de adolescentes: estudo de fatores e perfis em diferentes contextos socioculturais. Objetivo geral: Estudar a violência contra crianças e adolescentes, na perspectiva das relações amorosas e entre amigos de adolescentes e fatores relacionados ao contexto social, familiar e cultura (p.18).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Informa como RISCOS, no TCLE: "Em algum momento, ao responder o questionário, se você se sentir constrangido, relembrar momentos que não gostaria de ter vivido ou achar que alguma pergunta é desagradável, caso queira, você poderá desistir de participar da pesquisa, em qualquer momento, sem necessidade de dar explicações ou desculpas de sua desistência, como também

Endereço: Km 03 - BR 116- Campus Universitário
Bairro: Módulo I CEP: 44.031-460
UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-6067 E-mail: cep.uefs@yahoo.com.br

Continuação do Parecer: 275.990

poderá pedir informações a qualquer momento que sentir necessidade, pois será acolhido, encaminhado e acompanhado para alguma Instituição que possa te ajudar."

Como BENEFÍCIOS, informa que, a partir dos resultados, poderá se compreender um pouco mais sobre a violência na fase da adolescência, e assim "a equipe poderá ajudar a prevenir violências entre adolescentes e jovens através de programas, palestras e ações junto ao governo e comunidade para que a sociedade, escolas e autoridades possam se preparar para melhor enfrentar este problema." (TCLE)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os autores destacam as contribuições científicas ou tecnológicas da pesquisa, dentre eles a ampliação da produção científica integrada entre docentes e discentes das universidades; formar recursos humanos, novos pesquisadores, divulgar o conhecimento científico nesta área; consolidar intercâmbios e parcerias estabelecidas entre UEFS e UQAM e os Sistemas de Saúde, Educação, Segurança Pública e garantia de Direitos a crianças e adolescentes(p. 6).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta todos os documentos exigidos para submissão ao CEP, segundo a Resolução 196/96.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após o atendimento das pendências, o Projeto de Pesquisa está aprovado para execução.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Km 03 - BR 116- Campus Universitário
Bairro: Módulo I CEP: 44.031-460
UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-8067 E-mail: cep.uefs@yahoo.com.br

CRÉDITOS DA AUTORA

Formada em Direito pela Faculdade Social da Bahia. Especialista em Direito Civil pela Faculdade Baiana de Direito. Possui curso de extensão Universitária em Direito Público através do Instituto de ensino jurídico – JUSPODVIM. Atualmente é Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea através da Universidade Católica do Salvador (CAPES 5). Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Membro Suplente do Programa de Ações Integradas e referenciais de enfrentamento a violência Sexual Infanto- Juvenil (PAIR), no Município de Feira de Santana. É integrante (investigadora) do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL), da Universidade Católica do Salvador e colaboradora/membro de pesquisa também no Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência da Universidade Estadual de Feira de Santana (NEEPA/UEFS).

“Participou no ano de 2014 como membro do Projeto “VIOLÊNCIA INTERPESSOAL NA ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: ESTUDO DE FATORES ASSOCIADOS AOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS, AMIGÁVEIS E FAMILIARES EM CONTEXTOS SOCIOCULTURAIS DISTINTOS”, desenvolvido em parceria com a Universidade du Quebec a Montreal através no Núcleo de Estudos e pesquisas na infância e adolescência (NEEPA/UEFS).

Em 2016, participou como membro do Projeto “VIOLÊNCIA PERPETRADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DAS VÍTIMAS E AGRESSORES: CASOS PERICIADOS NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL E NOTIFICADOS NOS CONSELHOS TUTELARES E DELEGACIAS, EM UMA DÉCADA”, desenvolvido e parceria com a Universidade D Quebec a Montreal através no Núcleo de Estudos e pesquisas na infância e adolescência/UEFS.

Como produção em formato artigo, no ano de 2017, publicou dois artigos intitulados: “Agressor Sexual de Crianças e Adolescente” e “Análise de situações relacionadas à violação e vítima”, na Revista Adolescência e Saúde (ISSN 21777-5281).

Em 2018, publicou em parceria com a Prof. Dra. Vanessa Cavalcanti, artigo no Jornal A Tarde: Lentes Urgentes – Violência de Gênero. Também integrou novo número da Revista Adolescência e Saúde, com título “VIOLÊNCIA NO PERCURSO AMOROSO

E SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES - JOVENS: REVISÃO INTEGRATIVA”
(ISSN 16777522).

Em 2017 e 2018 participou de diversos eventos como ouvinte, participante e integrante. Integrou uma Mesa Redonda intitulada de “Violências na intimidade”, realizada através do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos – Universidade Católica do Salvador e também, apresentou trabalho na Universidade Portucalense, Instituto Jurídico, Portugal, sob o título “Violência de Gênero – A Juventude está em risco”.